

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Maria Luisa Oliveira da Cunha

**AS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NAS PRAÇAS E PARQUES
PÚBLICOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (1920 - 1940)**

Porto Alegre

2009

Maria Luisa Oliveira da Cunha

**AS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NAS PRAÇAS E PARQUES
PÚBLICOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (1920 - 1940)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Movimento Humano.

Orientadora: Prof.^a Dra. Janice Zarpellon Mazo

Porto Alegre

2009

Maria Luisa Oliveira da Cunha

**AS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS NAS PRAÇAS E PARQUES
PÚBLICOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE (1920 - 1940)**

Conceito Final:

Aprovado em..... dede.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Rigo – UFPEL

Prof. Dr. Marco Paulo Stigger – UFRGS

Prof. Dr. Alberto Reinaldo Reppold Filho – UFRGS

Orientadora Prof. Dra. Janice Zarpellon Mazo - UFRGS

Ao grande “Mestre” Doutor Miguel Vieira Ferreira, abolicionista, republicano, incansável em lutar pelo bem de seu semelhante, especialmente por sua luta pelo ensino feminino no Brasil possibilitando-me hoje defender esta dissertação de Mestrado. Por ser minha fonte de luz, a ele dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

- Em primeiro lugar a Deus, por ter me presenteado com a vida, predestinado o meu caminho e por dirigir meus passos;
- A Professora Dr. Janice Zarpellon Mazo, pela orientação recebida. Foram teus conhecimentos, tua capacidade científica, tua imensa disponibilidade que possibilitaram a realização deste trabalho. Nestes anos de convívio, sempre encontrei a acolhida, o sorriso, a palavra amiga que me deram confiança para concluir mais uma etapa em minha vida. Mas especialmente por ter-me dado a oportunidade de convivendo contigo, lapidar-me mais um pouco para transformar-me na professora que quero ser;
- A UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul em sua Escola De Educação Física, por ter-me aberto as portas do conhecimento por onde somente por meu desejo e empenho poderia entrar. Por ter sido o palco de minha vida acadêmica nos quinze últimos anos e por me permitir realizar um sonho: - ensinar na casa onde aprendi.
- Aos Professores Drs. Luiz Carlos Rigo, Marco Paulo Stigger e Alberto Repold Filho por comporem a banca de defesa e por terem contribuído de maneira singular na qualificação do projeto desta dissertação.
- A todos os integrantes do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte – NEHME/ESEF/UFRGS por termos começado este caminho juntos e por juntos acreditarmos na importância do passado, para o presente e para o futuro;
- Ao Centro de Memória do Esporte – CEME/ESEF/UFRGS por ter me permitido ficar tardes e tardes abraçada a um tesouro coberto do pó dos tempos, e por ter suas portas abertas sempre que precisei;
- A todos os colegas Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano – PGCMH/ESEF/UFRGS ficarão guardados em minhas lembranças como uma fonte de energia positiva, força de vontade, otimismo e acima de tudo de amizade.
- A Ana, desde a especialização em 1999 e ao André, já nesta fase do Mestrado, colaboradores do PPGCMH por compreenderem minhas aflições através do vidro e por nunca terem deixado de ajudar.

- As colegas de um sonho e amigas do coração: Daisy, Ludmila e Andréa pela confiança em minha capacidade de realização e incentivo nos momentos decisivos. Lembranças de nossos momentos sempre me estimularam a seguir.
- Aos meus irmãos Carlos e Dêisi, e nosso tempo na “pracinha” perto de casa. Na verdade ainda somos aquelas crianças e o que fica é o nosso amor. E as crianças que eles me deram de presente, meus sobrinhos, Thyara, Hannah, Damaris, Daniel, André e Mariah.
- A todos que de alguma maneira, ajudaram na realização deste trabalho.

Especialmente,

- De uma forma toda ela singular, e, com profunda emoção, aos meus pais Belcino e Carolina. Meu pai, um atleta das praças de Canoas, despertou em mim ainda criança a curiosidade pela prática esportiva. A ele devo o respeito a sua história e o amor incondicional. Minha mãe por ter me tornado corajosa através de seu exemplo de coragem e perseverança, por ter me ensinado a amar! A ela devo tanto que talvez meu amor somente não possa pagar. Tento então fazê-la feliz com meus estudos para que saibas que teu esforço em dar-me e preservar-me a vida não foi em vão. Amo vocês!

“A Escola do Povo quer o ensino da infância em comum para que possa vir a ter lugar os dois sexos e se habituem ao respeito que se devem mutuamente, não a um respeito hipócrita como o que atualmente existe em nossa sociedade, mas a um respeito sincero e profundo. Desde que fundamos a Escola do Povo, empunhamos as armas, entramos em vida ativa, nos propusemos a grande luta. Enquanto as feridas não me inutilizarem, afirmo-vos que hei de lutar; e se me virdes desaparecer da arena, ficai certos que retirei-me gravemente ferido, para readquirir forças e voltar mais tarde à luta.”

Trecho da conferência do dia 7 de outubro de 1873 pelo Doutor Miguel Vieira Ferreira, precursor do ensino feminino no Brasil.

RESUMO

Este estudo trata de uma abordagem histórico-cultural sobre as práticas corporais e esportivas realizadas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre nas décadas de 1920 a 1940. Desde o início deste período, as praças e parques públicos se afirmaram enquanto espaços de sociabilidade e lazer dos porto-alegrenses. As formas de ocupação destes espaços sociais foram sendo reformuladas em decorrência das transformações urbanas e o advento das novas práticas deflagradas pela modernidade. Nesse contexto, começaram a ser promovidas competições esportivas entre os “clubes” das praças chegando-se até os anos 1940, quando os espaços foram potencializados enquanto palco de demonstrações de Educação Física em eventos com caráter cívico. O objetivo do presente estudo é compreender como ocorreu a emergência e difusão das práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos de Porto Alegre nas décadas de 1920 a 1940, identificando quais as primeiras práticas introduzidas nestes espaços públicos; como foram organizadas; e que representações culturais de uma identidade nacional foram construídas. A análise documental de fontes históricas impressas revelou que a utilização das praças e parques públicos, nos mandatos dos prefeitos Otávio Rocha (1924-1928) e Alberto Bins (1928-1937), foi privilegiada no que diz respeito à promoção de práticas corporais e esportivas. Ao traçarmos o panorama das praças e parques na cidade encontramos as denominadas Praças de Desportos, que se constituíram em espaço para as práticas organizadas e dirigidas pelo Serviço de Recreação Pública (SRP) instaurado em 1926. No ano seguinte a criação da SRP evidenciou-se a existência dos *clubs* da praça, que tinham diretoria estabelecida e registrada, equipes federadas e participação em campeonatos municipais. Com a instauração do Estado Novo, além do controle e organização do espaço público, uma das maneiras encontradas para efetivar o projeto de sociedade controlada com a participação popular e aceitação das idéias nacionalistas, foi acionar o civismo, a educação moral e as práticas corporais e esportivas para forjar uma nova ordem social. As demonstrações de Educação Física e competições esportivas realizadas nas festas cívicas sediadas nas praças e parques públicos foram mecanismos de construção de representações culturais de uma identidade nacional.

Palavras-chave: práticas corporais e esportivas, praças e parques públicos, história do esporte.

ABSTRACT

This study deals with a historical and cultural approach about the corporal and active sports practices accomplished at the public parks and squares from Porto Alegre City in the decades of 1920 to 1940. Since the beginning of this period, the public parks and squares have asserted as sociable and leisure spaces of the inhabitants from Porto Alegre. The means to occupy these social spaces have been reformulated in consequence of urban transformations and the coming of new practices aggravated by modernity. In this context, many sportive competitions have started to be promoted among the clubs of the squares arriving in the 1940s, when the spaces were made possible the creation of a stage for Physical Education demonstrations in civic feature events. The objective of this present study is to understand how it has happened the emergency and diffusion of the corporal and active sports practices in the parks and squares from Porto Alegre during the decades of 1920 and 1940, by identifying the first practices introduced in those public spaces; how they were organized; and what kind of cultural representations of a national identity were created. The documental analysis from printed historical sources have shown the utilization of public parks and squares during the mandates of the Mayors Otávio Rocha (1924-1928) and Alberto Bins (1928-1937), it was privileged concerning the promotion of corporal and sports active practices. By outlining the perspective of parks and squares of the city we find the so called "Praças de Desportos", which have established in spaces to the organized practices and they are ruled by the "Serviço de Recreação Pública" (SRP) set up in 1926. One year later the creation of SRP we could notice the existence of clubs in the squares, which had an established direction and they were registered, with federate teams and the participation in municipal championships. With the establishment of the Estado Novo (New State), besides the control and organization of public space, one of the ways found to put into effect the society project controlled by the popular participation and the acceptance of nationalist ideas it was to set in motion the civism, the moral education and the corporal and active sportive practices to forge a new social order. The Physical Education demonstrations and sportive competitions accomplished in civic festivities done in public squares and parks were mechanisms of construction of cultural representations of a national identity.

Key words: corporal and active sports practices, squares and parks, sport history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Praça General Osório ou Praça Alto da Bronze / 1927 Fonte: Acervo CEME/ ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	56
Ilustração 2 – Planta baixa do primeiro Jardim de Recreio na Praça de Desportos General Osório. Fonte: Arquivo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	57
Ilustração 3 – Planta modelo de aparelhos indispensáveis para construção de um Jardim de Recreio. s/d. Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	58
Ilustração 4 – Praça de Desportos José Montauray. s/d. Fonte: Acervo CEME/ ESEF/ UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	59
Ilustração 5 – Gráfico de freqüência nas praças. s/d. Fonte: Acervo CEME/ ESEF/ UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	62
Ilustração 6 – Convite para festejos do segundo aniversário de inauguração da Praça de Desportos General Osório datado de 16 de Agosto de 1929. Fonte: Arquivo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	64
Ilustração 7 – Planta da cidade de Porto Alegre (1932) e suas áreas de recreação. Fonte: Arquivo Histórico Moysés Velhinho.....	66
Ilustração 8 – Planta da cidade de Porto Alegre (1932) com a localização das áreas de Lazer destacando-se as Praças de Educação Física e as Áreas de Recreação. Fonte: Arquivo Histórico Moysés Velhinho	67
Ilustração 9 – Planta da cidade de Porto Alegre (1932) destacando-se os nomes das praças em funcionamento, em construção e em fase de projeto. Fonte: Arquivo Histórico Moysés Velhinho.....	68
Ilustração 10 – Convite para a Festa da Primavera em um dos Jardins de Recreio. constando competições entre o <i>team</i> da praça e Colégio Paula Soares. s/d. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.....	71
Ilustração 11 – Ofício de fundação do time da Praça Florida, <i>Bataclan Wolley Ball Club</i> datado de 27 de Julho de 1927. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	73
Ilustração 12 – Cartaz do <i>Bataclan Wolley Ball Club</i> fundado em 24 de Julho de 1927. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	74
Ilustração 13 – Programa das atividades realizadas no Jardim de Recreio Florida. s/d. Fonte: CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	77

Ilustração 14 – Time de Basquetebol da Praça nº 3 Florida. Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	78
Ilustração 15 – Time de Voleibol da Praça nº 2 Pinheiro Machado. Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	78
Ilustração 16 - Time de Voleibol da Praça nº 5 Jaime Teles. Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	80
Ilustração 17 – Florida Atlético Clube, equipe da Praça Florida filiada a Federação Atlética do Rio Grande do Sul. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública	84
Ilustração 18 – Alunos do Colégio Concórdia realizando a prova atlética nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.10, n.236, p.44, 14 set.1938 Fonte: MAZO (2005).....	91
Ilustração 19 – Assistência das festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.10, n.236, p.44, 14 set.1938 Fonte: MAZO, 2005.....	92
Ilustração 20 – Presidente Getúlio Vargas assistindo as demonstrações de Educação Física nas festividades de comemoração ao Bicentenário de Porto Alegre nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.12, n.285, p.136, 30 nov.1940 Fonte: MAZO (2005).....	94
Ilustração 21 – Alunas do Instituto Educação nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção em 11 de Setembro de 1943. Revista do Globo, Porto Alegre, v.13, n.303, p.32, 13 set.1941 Fonte: MAZO (2005)	95
Ilustração 22 – Alunos nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção em 05 de Setembro de 1939. Revista do Globo, Porto Alegre, v.11, n.259, p.47, 16 set.1939 Fonte: MAZO, 2005.	96
Ilustração 23 – Alunos da EPC Escola Preparatória de Cadetes nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.15, n.347, p.36, 11 set.1943 Fonte: MAZO (2005).....	97
Ilustração 24 – Alunas do Instituto de Educação nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.13, n.303, p.32, 13 set.1941 Fonte: MAZO (2005)	99
Ilustração 25 – Alunas da Escola Superior de Educação Física nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.13, n.303, p.32, 13 set.1941 Fonte: MAZO (2005)	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <i>Clubs</i> formados nas Praças de Desportos e Jardins de Recreio números um, dois e três.....	72
Quadro 2 – Relação de dirigentes, gestão e praças dos clubes <i>Gaúcho Wolley- ball Club</i> e <i>Club Athletico General Osório</i>	75

LISTA DE ABREVIATURAS

CEME – CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE

ESEF – ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NEMHE- NÚCLEO DE ESTUDOS EM MEMÓRIA E HISTÓRIA DO ESPORTE

PPGCMH – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO MOVIMENTO HUMANO

SMOV – SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

SRP – SERVIÇO DE RECREAÇÃO PÚBLICA

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
EPIGRAFE.....	7
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	10
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
SUMÁRIO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Pelo prisma da História Cultural.....	18
2.2 A Construção da modernidade em Porto Alegre (1920 1940).....	24
2.2.1 “Novas” práticas culturais dos porto-alegrenses.....	33
2.3 Panorama das Praças e Parques Públicos de Porto Alegre.....	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	49
4 AS PRAÇAS DE DESPORTO DE PORTO ALEGRE.....	53
5 OS <i>CLUBS</i> DA PRAÇA.....	72
6 PARQUE FARROUPILHA: PALCO DAS DEMONSTRAÇÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICES.....	109

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de uma abordagem histórico-cultural sobre as práticas corporais e esportivas realizadas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre nas décadas de 1920 a 1940. Embora, o surgimento das primeiras praças e parques públicos em Porto Alegre seja datado do final do século XIX, somente no início do novo século estes espaços começaram, gradualmente, a serem ocupados pelos porto-alegrenses para a sociabilidade e lazer. As formas de ocupação das praças e parques foram sendo reformuladas em decorrência das modificações políticas, econômicas e sociais, desencadeadas no século XIX.

A partir da Revolução Industrial, e como uma das conseqüências ocasionadas por ela, observa-se a disseminação da prática dos lazeres, não apenas no cenário nacional, mas em um quadro ocidental, no qual as camadas sociais usavam em escala cada vez mais alargada o tempo livre em diversas atividades. Esta nova situação mundial implicou em outro olhar sobre as praças e parques de Porto Alegre, espaços que, inicialmente, eram destinados apenas aos passeios dos porto-alegrenses. Com a transformação do significado destes espaços e sua apropriação pela população, outras formas de lazer começaram a emergir destacando-se as práticas corporais e esportivas.

As práticas corporais e esportivas, nos anos 1920, começaram a tomar lugar nas praças públicas de Porto Alegre. Posteriormente foram criados os *clubs* das praças, que passaram a competir entre si e até mesmo com os clubes esportivos da cidade nas competições organizadas nas denominadas Praça de Desportos. À medida que passaram a ser utilizadas, especialmente, pelas escolas, constituindo-se em uma extensão das mesmas, as Praças de Desportos, passaram a ser denominadas de Praças de Educação Física, pois começaram a contar com o trabalho de instrutores Educação Física. Neste período compreendido entre a segunda metade dos anos de 1930 até meados da década de 1940, as praças e parques foram potencializados enquanto palco de eventos esportivos e das demonstrações de educação física com caráter cívico.

O objetivo do presente estudo é compreender como ocorreu a emergência e difusão das práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos de Porto Alegre no período dos anos 1920 a 1940. Deste objetivo central emergem as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

a) Quais as primeiras práticas corporais e esportivas que foram introduzidas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre nos anos de 1920 a 1940?

b) Como foram organizadas as práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre nos anos de 1920 a 1940?

c) Que representações culturais de uma identidade nacional foram construídas nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre através das práticas corporais e esportivas nos anos de 1920 a 1940?

Justifica-se a realização desta pesquisa em razão de se perceber que os estudos que tratam do lazer e da recreação pública em Porto Alegre (AMARAL, 1998; AMARAL, 2001; FEIX, 2003; MAZO, 2004; WERNECK, 2002), em geral, focalizam apenas o período da segunda metade dos anos 1920, quando iniciaram as atividades recreativas nas praças públicas de Porto Alegre e o Serviço de Recreação Pública. Há uma lacuna no que diz respeito a difusão das práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos nas décadas seguintes.

A estrutura desta dissertação, além deste segmento “Introdução” - compõem-se pelos demais segmentos abaixo relacionados.

No primeiro capítulo temos o referencial teórico que se subdivide em quatro pontos. O primeiro – Pelo prisma da História Cultural – apresenta a perspectiva da História Cultural trazendo suas características e ressaltando o olhar que guiará a interpretação dos fatos históricos. O segundo – A construção da Modernidade em Porto Alegre – que apresenta num espectro geral como se estabeleceram as transformações urbanas e as novas práticas impulsionadas pela modernização. E, num espectro específico, abordamos os – “Novos” Costumes e Hábitos dos Porto-Alegrenses – impulsionados pela modernização. No terceiro traçamos um – Panorama das Praças e Parques Públicos de Porto Alegre – desde a instalação das primeiras praças até a criação das Praças de Desporto. Deste item resultou a construção de uma base de dados onde listamos as praças e parques públicos da cidade no período estudado, a qual se encontra no apêndice um.

O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa de caráter histórico.

No terceiro capítulo – As Praças de Desportos em Porto Alegre – apresentamos uma análise de como as praças se constituíram em espaço para as práticas organizadas e dirigidas pelo Serviço de Recreação Pública (SRP) instaurado em 1926.

O quarto capítulo – Os *clubs* da Praça - mostra o surgimento destas associações a partir de 1927, num espaço configurado para além dos clubes esportivos da cidade.

O quinto capítulo – Parque Farroupilha: palco das Demonstrações de Educação Física – revela como as manifestações cívico-esportivas realizadas nas praças e parques públicos de Porto Alegre no período do Estado Novo (1937-1945) foram mecanismos de construção de representações culturais de uma identidade nacional.

E por fim seguem-se as nossas considerações finais a respeito do que foi enunciado e descrito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Pelo prisma da História Cultural

Iniciamos nossa reflexão sugerindo ao leitor imaginar que está olhando uma pedra preciosa, um “brilhante”, esta raríssima jóia multifacetada que merece neste momento nossa atenção. Ao observá-la descobriremos que dos distintos lugares que nos colocarmos teremos pontos de vista diferentes. Ponto de vista, lugar de onde analisamos. É através dele que olhamos e então veremos revelar-se a nós os múltiplos prismas deste “brilhante”. Neste trabalho nosso “brilhante” são as práticas corporais e esportivas construídas, pensadas, dadas a ler, na Porto Alegre de 1920 a 1940. E a ele vamos olhar então, pelo prisma da história cultural.

A história representando um momento de registro do passado tem recebido um novo olhar no contexto deste milênio. Pesavento (2002) mostra a importância das fontes diversas que podem contar a história dizendo que, se não podemos estar no passado para viver os fatos que já aconteceram temos que nos cercar de formas diversas para reconstruir a história partindo de um princípio fundamental onde todos os fenômenos envolvidos são entendidos como culturais.

Assim, a História Cultural se afirma buscando a aproximação da verdade reconstruindo os fatos passados, à luz do presente. Esta necessidade da reconstrução histórica vem percorrendo o caminho dos tempos, passando por várias vertentes, apreciando o rompimento e a proposição de paradigmas. Num processo permeado pela descoberta da não existência das verdades absolutas, apresenta-se a possibilidade de valorar a nossa representação dos fatos, a experiência, o conhecimento sobre o assunto e a nossa capacidade de erudição coerente dentro de referencial específico.

Cardoso (1992) afirma que a história por si, já tem sua palavra a dizer, os seus elementos a contribuir à compreensão das estruturas atuais e ao planejamento do futuro, pois que os processos históricos são sempre únicos, mas iluminam em perspectiva as condições comuns a todos eles, ou a certo número. A história é uma narrativa sobre o passado, resultante de um entrelaçamento de objetividade e subjetividade (percepções e olhares diferentes). O conhecimento histórico é uma construção que envolve a subjetividade de quem escreve e a mediação entre o passado (objeto de investigação) e o presente (tempo no qual se escreve), porém, sem o juízo de valor do contexto contemporâneo do historiador.

Mas esta velha história, narrativa, criadora de mitos que cumprem exatamente uma função preservadora das estruturas em vigor, através dos mecanismos de hegemonia ideológica foi, em determinado momento, colocada em questão. Abre-se aqui o espaço para vermos surgir à necessidade de que uma nova história, com sua ênfase no coletivo ou no social, consolidem seu espaço.

Percorramos então um pequeno trecho deste momento histórico, onde a história começa a buscar novos caminhos. A "História Nova", conforme Le Goff (1992), nasceu na França, em 1929, a partir de uma revista denominada *Annales d'histoire économique et sociale*, que pretendia ser algo mais que uma revista histórica, e sim exercer uma liderança intelectual no campo da história social e econômica (BURKE, 2005). Seus fundadores trabalhavam com o propósito de tirar à escrita da história "do marasmo da rotina", do seu confinamento em barreiras estritamente disciplinares.

A Revista *Annales*, como cita Peter Burke (2005) seria o porta-voz, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história. Para tanto, une-se a outras ciências humanas como a sociologia, a geografia, a demografia, a antropologia e a etnologia, e permite ainda, se articular com outras ciências como à psicanálise, na história psicanalítica, com a matemática, na matemática social, e com as ciências biológicas, que ampliam a pesquisa às dimensões da ecologia humana.

Em meados da década de 1980 a História Nova aparece na historiografia brasileira revelando em pouco tempo a Nova História Cultural. Burke (2005) coloca que a expressão "Nova História Cultural" entrou em uso no final da década de 1980, seguindo um novo paradigma. Através da palavra "nova" procurou-se distinguir das formas mais antigas e, a utilização da palavra "cultural", distingue-a da história intelectual e da história social.

A História Cultural possibilita decifrar a realidade por meio das suas representações e construir o real de outros tempos acessando os registros e sinais do passado – fontes/documentos. Para Elias (1989), tempo e espaço também devem ser estudados conjuntamente porque estão imbricados. De acordo com ele tempo e espaço são símbolos conceituais de certos tipos de atividades e instituições sociais que permitem aos homens orientarem-se diante de posições ou distâncias entre estas posições que acontecimentos de todo tipo tomam. Portanto, se a

proposta é compreender o tempo no contexto onde esse é produzido, deve-se considerar o espaço como relevante na configuração das relações sociais.

Segundo Chartier (1990) o objetivo da nova história cultural é identificar o modo como em diferentes lugares (espaço) e momentos (tempo) uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler; desta forma, observar a cultura enquanto *prática* e estudá-la através de categorias como *representação* e *apropriação*. Estas categorias dão norte à visão, pois que, as práticas possibilitam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição. As representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza, sendo também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se representam como naturais.

Burke (2005) esclarece que um dos paradigmas da nova história cultural é o estudo das práticas. Isto se dá nos estudos das últimas décadas, ressaltando, contudo, que ocorreram poucas inovações de método, no sentido estrito do termo, porém muitos novos temas foram descobertos e explorados com a ajuda de novos conceitos. Ao buscarmos como se dá certa construção social e suas representações nos depararemos com circunstâncias que podem dar significado abrangente as práticas atuais.

A riqueza de estudar e escrever a história de um determinado acontecimento está na possibilidade criativa, investigatória e no olhar não convencional da linearidade e das fontes tradicionais. A sensibilidade do/a pesquisador/a e o seu referencial teórico é que vão direcionar várias perspectivas de um texto mais comprometido com o contexto social, econômico e cultural da época em pauta. Fazer história da história é uma arte e um grande desafio, pois o/a pesquisador/a terá que se comprometer com o estudo do ser humano no tempo, entender as suas representações de mundo, verificar a sua cultura, além de levantar os fatos e obras de um tempo que não viveu, mas que deixou seus vestígios (BURKE, 2005; PESAVENTO, 2002).

Nesta pesquisa partimos do entendimento de que toda atividade humana produz história, pois que tudo tem um passado que pode, em princípio, ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. Para transitar pela história cultural que este passado nos revela, na cidade de Porto Alegre nas décadas de 1920 a 1940 vamos referendar nossos discursos com os autores Roger Chartier e Peter Burke. Para tratar do aparecimento de “modernas” modalidades de lazer, seu significado e dimensão social e as práticas dela resultantes, com o autor Norbert Elias.

O trabalho de Elias permite, em especial, articular as duas significações do termo cultura, a primeira designando as obras e os gestos que, em uma sociedade, estão ligados ao julgamento estético ou intelectual. A segunda refere-se às práticas ordinárias, "sem qualidades", que tecem a trama das relações quotidianas e exprimem a maneira como uma comunidade, em um determinado tempo e lugar, vive e reflete sua relação com o mundo e a história. Pensar historicamente as formas e as práticas culturais é, portanto necessariamente elucidar as relações alimentadas por essas duas definições.

Burke afirma que esta direção aos estudos das práticas ampliou, por exemplo, os estudos da teologia para a história das práticas religiosas, da lingüística para a história da fala e da teoria científica para a história do experimento. Dessa maneira, até as práticas mais cotidianas, como a leitura, a alimentação, o vestuário, a habitação e os esportes transformaram-se em campos férteis de investigação por parte dos historiadores da História Cultural (BURKE, 2005).

Entretanto, não só pelo prisma das práticas que Elias sustentará nosso discurso. O aparecimento de novas modalidades de lazer deve ser entendido à luz do processo civilizador dos costumes, de acordo com Elias e Dunning (1992). Isto é, para entendermos a natureza das modalidades predominantes de recreação e divertimento, seu significado e dimensão social, é necessário entender como o processo civilizatório atuou sobre as necessidades e hábitos de lazer na sociedade moderna. O processo civilizador reflete, em poucas palavras, o desenvolvimento de normas de conduta social que inibem as demonstrações espontâneas de emoções; conformando hábitos culturais civilizados e padrões de relacionamento que são internalizados pelos indivíduos e reproduzidos. O desenvolvimento do autocontrole dos impulsos molda uma segunda natureza nos indivíduos, forjada pela ação de instituições civilizatórias (família, escola, empresa, clube social, etc.) (ELIAS, 1994).

O avanço deste processo está associado à mudança no estilo de vida operante, e nas diversas configurações sociais existentes. Tais mudanças que se processaram na civilização ocidental ao longo dos últimos séculos estiveram relacionadas com o desenvolvimento de formas de controle social mais eficaz e favoreceram o surgimento de uma gama de opções de entretenimento, como as práticas corporais e esportivas nas praças, que se difundiram com maior êxito à medida que os indivíduos desenvolveram mecanismos de domínio sobre os seus instintos e emoções.

Para Elias & Dunning (1992), as modernas atividades de lazer liberam as tensões provenientes do estresse diário ao mesmo tempo em que permitem manifestações intensas de sentimentos, contudo, sem ameaçar a integridade física e moral das pessoas e sem afrontar a ordem estabelecida. Para estes autores as atividades de lazer apresentam três formas elementares de ativação emocional: sociabilidade, mobilidade e imaginação e invariavelmente pelo menos uma destas três formas elementares estarão associadas a sua prática.

As noções de “práticas” e “representações” as quais são primordiais para o historiador da cultura são explicitadas por Chartier (1990). De acordo com este horizonte teórico, a cultura (ou as mais diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Tanto os objetos culturais seriam produzidos entre práticas e representações, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos.

A representação acrescenta Chartier (1990) inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” – em outras palavras, são produzidas verdadeiras lutas de representações. E estas lutas geram inúmeras apropriações possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano.

Ao trabalhar sobre as lutas de representação a história cultural opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade. Dessa forma, pode-se pensar uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social

– que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou gostariam que fosse.

Surgem então as tentativas para decifrar as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas). Considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles, nosso ponto de entrada particular é, neste estudo, as práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos de Porto Alegre nas décadas de 1920 a 1940.

As diferentes práticas corporais institucionalizadas têm chamado a atenção de cientistas sociais e historiadores como objetos que podem contribuir para ampliar nosso olhar sobre o contexto social em que se inserem. Entre tantos, Norbert Elias (1992) dirigiu às práticas corporais e esportivas um olhar privilegiado, reconhecendo sua relevância no quadro cultural da modernidade e contemporaneidade.

Muito diferente dos “retratos” relativamente estatísticos de épocas inteiras, Peter Burke (2005) considera que é possível escrever a história cultural de uma forma narrativa. O desafio é efetuar esse procedimento sem oferecer à história um enredo triunfalista. Desse modo, narrativas complexas, expressando multiplicidades de pontos de vista, norteadas por uma problemática, possibilitam tornar inteligíveis os conflitos. Nossa narrativa se dará neste trabalho, como bem afirma o autor, centrada na preocupação em analisar os contextos socioculturais que envolvem as pessoas comuns, salientando as maneiras pelas quais elas aplicavam sentido às suas práticas e mundos.

2.2 A Construção da modernidade em Porto Alegre (1920-1940)

Nas décadas de 1920 a 1940 a disseminação de um ideário de modernidade reorganizou as relações sociais na cidade de Porto Alegre, através das obras de remodelação que foram impulsionadas pelo desenvolvimento econômico. Neste capítulo e no subcapítulo seguinte abordaremos a modernização e as transformações dos espaços urbanos por que passou a cidade influenciando diretamente nos hábitos, costumes dos porto-alegrenses e no incremento das práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos.

A década de 1920, em Porto Alegre, caracteriza-se por grandes transformações na organização do espaço urbano e do imaginário de cidade, mas para chegar até aqui é necessário olhar um pouco mais para trás no tempo.

A partir da segunda metade do século XIX crescia a influência da presença dos imigrantes alemães e seus descendentes na cidade de Porto Alegre. Eles fundaram uma série de sociedades e clubes congregando sua comunidade e trazendo assim, um novo componente da vida em sociedade com a prática da ginástica e de atividades como o ciclismo, o remo e o tiro ao alvo. Singer (1977) chama esse período, que compreenderia a segunda metade do século XIX até a década de 1920, de "a cidade dos alemães".

Esta influência também estava presente no estilo arquitetônico dos prédios, nas sociedades fundadas, nas associações esportivas, nos estabelecimentos comerciais e nas novas empresas. Neste período inicial de estruturação da cidade nascente, à medida que esta evoluía foram surgindo áreas parecidas com o que conhecemos atualmente como bairros, que na época eram chamados de arraiais.

Eram quatro arraiais principais: o Arraial dos Navegantes (que corresponde aos atuais bairros de Navegantes e Humaitá), o Arraial do Menino Deus (que corresponde aos bairros Menino Deus e Paraia de Belas), o Arraial de São Miguel (na área do atual bairro Santana) e o Arraial de São Manoel (numa área que hoje seria partes dos bairros Auxiliadora, Moinhos de Vento, Floresta e Independência). Este crescimento fez com que os cruzamentos de estradas com funções comerciais ganhassem relevância em seu significado para a estrutura urbana, surgindo assim as importantes estradas que permanecendo através dos tempos chegaram até os nossos dias como a São Manuel, São João e Navegantes.

Esses caminhos do povoamento partiam do núcleo inicial em forma de leque e, com o avançar dos anos, foram prolongando-se e este núcleo inicial começou a ganhar contornos de centralidade, espaço de convergência comercial, realizando a ligação entre estes arraiais. Assim com esta relativa facilidade de acesso, os arraiais passaram a ser freqüentados para recreação, pois neles se localizavam os prados¹ Rio-Grandense (Menino Deus), Boa Vista (São Miguel), Independência (São Manuel) e o dos Navegantes (MACEDO, 1973).

Com o passar dos anos já em 1914, por encomenda da Intendência, foi realizado um estudo visando implantar reformas de conjunto na cidade, como estavam acontecendo no Rio de Janeiro e São Paulo. O engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel foi o responsável pelo “Plano Geral de Melhoramentos” que previa a abertura de radiais ligando o centro aos bairros e o ajardinamento das áreas baldias próximas à área central. Contudo, a insuficiente receita do município impossibilitou a realização do projeto que necessitava, além de grandes recursos que deveriam ser obtidos através de vultosos empréstimos no exterior, de uma firme vontade de mudança que não caracterizou a administração de José Montauray (BOEIRA, 1980).

Entre 1914 e 1920, iniciou um período de desenvolvimento sem precedentes para a cidade. As obras para a construção do cais do porto pelo governo do Estado estavam começando com o aterramento de um grande trecho da Praia do Guaíba. Estas obras possibilitaram um grande desenvolvimento da navegação fluvial através do Rio Jacuí e seus afluentes. As linhas ferroviárias haviam sido bastante ampliadas, com o ramal do planalto atingindo a cidade de Caxias do Sul e a ligação deste com o ramal que cobria o Oeste do Estado. Dessa forma, Porto Alegre desenvolveu-se extraordinariamente tornando-se a Indústria porto-alegrense, a mais importante do Estado (ROCHE, 1966; SINGER, 1977).

Entretanto, mesmo a sociedade se modificando e a arquitetura dos prédios se tornando imponente, ocorrendo uma série de melhoramentos urbanos importantes

¹ Na segunda metade do século XIX surgem os “prados” para corrida de cavalos em Porto Alegre. A planta da cidade elaborada por João Cândido Jacques em 1888 registra dois destes, o Prado Rio-Grandense no Menino Deus e o Boa Vista, no arraial de São Miguel, entre as Ruas Boa Vista e Santana. A planta de autoria de Alexandre Ahrons registra mais dois, o Prado Navegantes e o Independência, mais tarde Hipódromo Moinhos de Vento. Havia, pois, no fim do século quatro hipódromos a igual distância do centro e à margem das radiais mais importantes, como a representar importantes núcleos periféricos, candidatos a centro de novos bairros que primitivamente teriam possuído as suas canchas retas. O Prado representou uma fase de crescimento para o Bairro Menino Deus, que em maio de 1909 foi palco da Exposição Agropecuária de Porto Alegre. Mais tarde, na área do prado, foi construído o Parque de Exposições Menino Deus, onde foram realizadas feiras organizadas pelo Estado até 1969 (MACEDO, 1973).

na administração de José Montauray (1897-1923), não se promoveu uma reordenação do espaço global da cidade, que manteve ainda na divisão destes espaços traços do período colonial. Muitas das iniciativas realizadas foram no sentido de melhorar o equipamento urbano já existente, especialmente ao nível arquitetônico (MONTEIRO, 1995).

Com a administração de Otávio Rocha, entre 1924 e 1928, inicia-se a remodelação urbana da área central da cidade, das ligações desta com os arrabaldes, assim como a reforma dos serviços industriais (MACEDO, 1973).

Um momento conflituoso historicamente se iniciava, pois a década de 1920, no Rio Grande do Sul, começara sob o signo da crise e da mudança: a crise da pecuária, os efeitos recessivos do pós-guerra, o processo de eleição para o governo do Estado, a ascensão de novas forças políticas e as disputas entre frações da classe dominante. De outra parte, a Revolução de 1923 prenunciava o início de novos tempos já que a crise de hegemonia na política e as alterações da estrutura social que evidenciam a ascensão de elementos vinculados à produção agrícola da zona colonial, ao grande comércio e à indústria, bem como o crescimento da classe operária exigiam alterações nas regras do jogo político (MONTEIRO, 1995).

É justamente nesta década, no Rio Grande do Sul e no Brasil, que as transformações das estruturas sociais, política e econômica exigiram modificações nas formas de pensar e planejar a organização do espaço urbano, espaço este que se apresenta simultaneamente como cenário e ator das transformações político-sociais, como território das disputas pela hegemonia entre os diferentes grupos sociais.

Podemos ver então sobre a cidade produzir-se um discurso que visa à atualização do imaginário da sociedade porto-alegrense e rio-grandense no sentido de alcançar a modernidade. Modernidade esta construída a partir do ideário das elites dirigentes, e que se apresenta sob a forma de um projeto social que almejava criar as condições para o desenvolvimento econômico, modernizar a capital do Estado em relação às capitais dos estados mais desenvolvidos brasileiros e mundiais, tudo isso, com a manutenção da ordem estabelecida e do *status quo* da elite dirigente.

Na administração municipal de Otávio Rocha este projeto social de modernidade traduziu-se em uma política de abertura e modernização do espaço urbano possibilitando a integração das camadas populares urbanas aos valores e às

formas de sociabilidade que até então eram somente da burguesia. O contexto político-social-econômico provoca modificações nas formas de pensar e planejar a organização do espaço político, social e econômico da cidade. A nova inserção do Rio Grande do Sul na economia nacional, a emergência de novos grupos sociais, o desenvolvimento industrial e o crescimento da população operária colocava a necessidade destas reformas no espaço urbano da capital do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, no curto período da administração Otávio Rocha, passa por grandes reformas urbanas na tentativa de reorganizar o espaço global da cidade.

A que se considerar que, falamos de uma cidade com população de mais de 200 mil habitantes, cerca de 10 mil operários, e que assumia a liderança industrial do Estado que ocupava o terceiro lugar em âmbito nacional e se consolidava como eixo de ligação entre a região serrana, a depressão central, a região do Alto Uruguai, o porto de Rio Grande e os outros grandes portos comerciais nacionais e estrangeiros (MONTEIRO, 1995).

Aliado a isso, a ampliação dos contatos com o mercado internacional e o desenvolvimento econômico colocavam a elite porto-alegrense diante de novos padrões de vida e de consumo que geraram um novo modo de viver e pensar a cidade. Novos padrões de conduta e sociabilidade, isto é, uma nova estética do viver em comum no espaço público impulsionou a criação de novos espaços urbanos (parques, praças, avenidas), a remodelação dos antigos espaços (alargamento de ruas, melhoria da iluminação pública, arborização) e um novo modelo de cidadão trabalhador, ordeiro e educado (ROCHA, 1987).

Essas eram as duas faces do mesmo processo, desenvolvimento econômico e o estabelecimento de um novo imaginário das relações sociais no meio urbano, motor do projeto de remodelação urbana de Porto Alegre e que atendia aos interesses dos grupos sociais emergentes.

A campanha da burguesia comercial e industrial promovida através dos jornais contra o jogo, alcoolismo, vagabundagem e mendicância era a busca de legitimação de um processo de expulsão das práticas e das vozes dissonantes à ordem estabelecida do centro da cena urbana, impondo um novo imaginário e um novo discurso ancorado em um ideal de modernidade. Discutiam-se medidas visando à higiene e a estética das habitações populares e dos logradouros públicos, sobretudo, no centro da cidade (MONTEIRO, 1995).

Podemos comparar o licenciamento de construções civis que vinham mantendo-se num índice baixo no exercício dos anos de 1903/1904, e que acompanhando o clima de crescimento econômico, iniciou um constante crescimento pelo espaço de nove anos, até 1911/1912. Nesse espaço de tempo, o total da área licenciada sobe de 16.624m² para 104.492m² anuais. E de 235 prédios licenciados para 1.590. De 1903 a 1912 licenciaram-se 6.060 prédios, o equivalente a uma cidade nova, se considerarmos o que fora a cidade dos “arraiais” do fim do século precedente (FRANCO, 1998).

Daí em diante, até o fim do decênio, houve verdadeira febre de edificações, com o pico de 2.191 licenciamentos em 1928/1929 e quase 200.000 m² de área. E apesar de alguma queda no total das construções licenciadas nos anos da grande depressão de 1929/1930 e exercícios subseqüentes, ainda assim as cifras se conservaram acima de mil ao ano (FRANCO, 1998).

É sugestivo que, nos trinta primeiros anos do século XX, espaço de uma geração, tenha sido construído na cidade 12.080 casas de madeira, com área média pouco superior a 40 m², o que caracteriza moradia proletária, sem que existissem quaisquer planos estatais de financiamento popular. Vale dizer que, num ciclo de economia liberal, quando só vigoravam os princípios do mercado, significava que uma parcela da população pobre achou meios de morar dignamente. E não se tratava das submoradias que se tornariam usuais, em “vilas” estimuladas pelo próprio poder municipal; tratava-se de construções licenciadas nos termos dos regulamentos administrativos. A cifra de 12.080 casas, numa época em que a cidade estava evoluindo dos 50 mil para os 200 mil habitantes foi prova do bom desempenho das classes pobres de Porto Alegre, à custa de seu próprio esforço de poupança e trabalho (FRANCO, 1998).

Este crescimento incita o discurso da burguesia e das autoridades públicas tentando legitimar a adoção de medidas políticas em relação à reorganização social do espaço urbano, colocadas de forma bastante técnica e racional. Porém, por trás desse discurso técnico-racional de higienização embelezamento da cidade, emerge a vontade da elite dirigente de organizar, planejar e disciplinar esse novo contingente de força de trabalho. Enfrenta-se a complexificação das relações entre os grupos sociais no meio político urbano através de um reordenamento da ocupação do espaço, que pretendeu afastar as classes populares e os traços culturais a ela relacionados da área central da cidade (MONTEIRO, 1995).

As reformas imprimiram, também, um novo ritmo e uma nova temporalidade à vida urbana, exigidos pelo desenvolvimento econômico e que permitiriam à burguesia um novo domínio sobre a cidade. Época ideal para que o trânsito do automóvel, um símbolo dessa nova liberdade da burguesia em ascensão, propiciasse visibilidade e velocidade para deslocar-se através da cidade rapidamente.

Otávio Rocha nomeia a Comissão para estudar os principais problemas que se apresentavam à organização do espaço urbano criando então a Comissão Especial para Obras Novas em 06/11/1924, que dividida em subcomissões trabalharia sobre as prioridades levantadas pela administração municipal. Foram criadas as Subcomissões de Viação Urbana, Saneamento, Embelezamento, Iluminação, Telefonia, Tração, Abastecimento Público, Finanças e Legislação.

Tomemos atenção que uma das comissões criadas era a de embelezamento da capital. Nela seriam estudados o ajardinamento e a arborização, as modificações a fazer nos jardins existentes, a conveniência de contratar um técnico especializado, escolheria a localização e o projeto do teatro municipal e reveria o projeto de ajardinamento dos Campos da Redenção (atual Parque Farrroupilha). À medida que se aprofunda a análise do projeto de remodelação de Porto Alegre, vislumbra-se a importância legitimadora conferida ao elemento estético. As praças e jardins seriam construídos para o desfrute da burguesia e para o trabalhador integrado aos padrões da "sociedade moderna", para os passeios familiares dos fins de semana e para o *footing*² (MONTEIRO, 1995).

É neste momento que podemos imaginar a cidade de Porto Alegre transformada, por Otávio Rocha, em um imenso canteiro de obras. Os desaterros e restos de demolição, que compunham o cenário urbano, representavam de forma alegórica a dissolução do passado e da tradição em favor de um ideal de modernidade e uma perspectiva de futuro ancorada na crença da idéia de progresso. Os antigos espaços de sociabilidade, as árvores centenárias e velhos prédios ancorados na memória coletiva, como elementos de identidade da própria

² A palavra *Footing*, do inglês ir a pé, de *foot*, pé, aparece neste contexto para designar passeio a pé constituído apenas do caminhar, sem esforço. Antigamente, nas pequenas cidades, o *footing* tinha um objetivo adicional ou talvez mesmo preferencial: o flerte. As moças faziam caminhadas e eram observadas a distância ou de perto por pretendentes a namorá-las. Por metonímia, a palavra passou a denominar também o lugar onde eram feitas essas caminhadas (SILVA, 2007).

cidade, tombam em nome da busca da modernização do espaço e da sociedade, para prover as condições necessárias ao "progresso" dessa mesma sociedade.

É significativo o fato de que o núcleo do projeto de modernização urbana estivesse centrado sobre a criação de praças, ajardinamentos e na abertura de largas e amplas avenidas, na quais seria instituído um novo regulamento de construção, só permitindo prédios com mais de três andares e que concorreriam a um prêmio anual para a melhor fachada. Em contraposição, serviços essenciais como ampliação da rede de esgotos, recolhimento do lixo a domicílio e a assistência pública são relegados a um plano secundário. A modernização da cidade parece ter um caráter de cartão postal mais do que da criação de condições reais para o desenvolvimento social (MONTEIRO, 1995).

Vários pontos da reorganização inter-regional da economia brasileira e da inserção do Rio Grande do Sul em um novo patamar de integração com grandes portos nacionais e internacionais chamam a atenção para este caráter de visibilidade que se queria atingir. Entre estes pontos a ascensão de novo grupos sociais e a crise de hegemonia do Partido Republicano Riograndense forjaram a necessidade de reelaborar o projeto político da elite dirigente e a sua ação sobre o espaço urbano e formas de sociabilidade públicas (MONTEIRO, 1995).

Em 1927, o Plano de Melhoramentos é reeditado, demonstrando uma preocupação de ordem técnico-burocrática com o planejamento do processo de remodelação urbana de Porto Alegre. A única diferença desta reedição para o original são os estudos orçamentários, colocados ao final do volume, prevendo os custos da abertura das novas avenidas, dos alargamentos e prolongamentos das antigas ruas. Macedo (1973) considera este plano como a primeira tentativa de uma visão global da cidade. Trata-se, sobretudo, de um plano viário que pretendia dar conta do desenvolvimento comercial, econômico e populacional que ocorrera em Porto Alegre, a partir da década de 1910.

O Plano de Melhoramentos pretendia "melhorar conservando" a cidade, como afirmava o próprio Moreira Maciel. Este objetivo se harmonizava perfeitamente com o projeto progressista-conservador da elite dirigente (BOEIRA, 1980). Nos argumentos estéticos e na pretensão de "abrir" a cidade ao livre trânsito e ao desfrute da burguesia nota-se a presença de concepções européias. Contudo, tratava-se de um fenômeno que se estendia bastante além dos limites de Porto Alegre com outras influências.

A revisão do Plano de Melhoramentos de Maciel coincide, por exemplo, com a elaboração do Plano Agache para o Rio de Janeiro de 1926. Este plano evidenciava preocupações com o aspecto visual da cidade, mas, também, com a engenharia urbana (o tráfego e o saneamento) que caracterizavam o ideal de cidade eficiente, na década de 1920 (REZENDE, 1982).

O Plano de Melhoramentos de 1914, reimpresso em 1927, embora fosse basicamente um plano viário, preocupava-se com a estética, prevendo a criação de espaços verdes e a higienização da cidade. Reunindo elementos de engenharia urbana de caráter funcional e preocupações estéticas, ele pretendia dar conta do tráfego crescente de veículos automotores, caminhões, carroças, coches, pedestres no centro da cidade e da organização dos terrenos ganhos ao rio Guaíba³ com a construção do novo cais do porto.

Justificando a denominação de Plano de Melhoramentos e Embelezamento da Capital, Moreira Maciel projeta o ajardinamento de alguns espaços na área central da cidade. Nas quadras que surgiram junto ao Guaíba com a construção do novo cais, idealizou duas praças ajardinadas, atrás do mercado, assim como no prolongamento das ruas Pinto Bandeira e Senhor dos Passos. Projetou também pequenos jardins diante do Correio e Delegacia Fiscal ao lado da Alfândega e a abertura das avenidas Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e São Rafael. Mas sem dúvida o tratamento urbanístico dos Campos da Redenção seria a maior obra de embelezamento e dele trataremos especialmente no último capítulo desta dissertação.

Nessa nova fase do capitalismo internacional, necessitava-se eliminar as barreiras constituídas pelo espaço e pelo tempo para criar de uma maneira ininterrupta, incessante e veloz mais valor e reproduzir o capital. O ritmo frenético da vida urbana é o ritmo da produção e do mercado. Além das necessidades de infraestrutura urbana e modernização dos hábitos e valores pré-capitalistas, o desenvolvimento econômico buscava instaurar essa nova noção de tempo "rápido, fluído, vertiginoso" relacionando-o à idéia de progresso. O tempo útil, produtivo que se opõe e se impõe ao tempo da vadiagem e do repouso (MONTEIRO, 1995).

³ Já faz muito tempo os especialistas vêm debatendo a verdadeira natureza do Guaíba. Depois de ser rio por dois séculos, passou alguns anos como lago e ultimamente tem sido considerado como estuário, que chega com ares de classificação definitiva. No entanto na linguagem popular da cidade de Porto Alegre ele continua sendo o Rio Guaíba como referência e ligação direta com a história da cidade (MORENO, 2008). Neste trabalho vamos guardar esta forma de expressão.

Contudo, para legitimar essa remodelação do centro da cidade, com a abertura de novas avenidas e alargamento de antigas ruas, que exigiriam a demolição de centenas de casas, cortiços, estalagens, tabernas, etc., foi preciso apoiar-se em um discurso de benefícios higiênicos e estéticos para a população, em detrimento de espaços tradicionais e hábitos arraigados. Dando ênfase a estes benefícios legitimavam, assim neste discurso, a remodelação urbana, o endividamento público, o aumento dos impostos e pretendiam incorporar as classes populares aos novos valores burgueses em harmonia com o surto de crescimento comercial e industrial de Porto Alegre (MONTEIRO, 1995).

Neste contexto, deu-se a emergência de uma ordem urbano-industrial, que reordenou as relações campo-cidade, colocou a urbe como o lugar onde as coisas acontecem e trouxe à cena novos atores sociais e novas práticas e idéias.

Neste capítulo tivemos oportunidade de nos transportarmos para um tempo de grandes reformas no espaço urbano da capital porto-alegrense, de verdadeira remodelação urbana baseada nos preceitos da modernidade que numa velocidade vertiginosa transformava as cidades por onde passava. A contrapartida cultural desta ampla gama de transformações materiais e sociais deixava vir a cena a modernidade. Traduzida em comportamentos, sensações e expressões que manifestavam o sentir e agir dos indivíduos que vivenciavam aquele processo de mudança. Ser moderno era estar de acordo com o seu tempo era sentir a mudança do mundo e mudar com ele, era esforçar-se para pegar o trem da história.

2.2.1 “Novas” práticas culturais dos porto-alegrenses

A modernização do espaço urbano através das obras de remodelação de Porto Alegre, empreendidas na administração de Otávio Rocha, projetaram seu amplo espectro sobre os espaços sociais públicos. O desenvolvimento do comércio, lojas e magazines, abertura de novas avenidas, o alargamento e remodelação das antigas ruas, a criação de praças, ajardinamentos e a nova iluminação pública modificaram as formas de vivenciar e utilizar o espaço urbano. Novas formas de sociabilidade iam surgindo e ocupando a cena urbana, sobretudo, na área central de Porto Alegre, que fora o alvo principal da política de remodelação do espaço urbano e sobre estas novas práticas culturais surgidas é que trataremos a partir de agora.

A cidade estava mudando sua fachada a fim de integrar-se na nova ordem mundial. De acordo com MONTEIRO (1995), este ideário de modernidade fazia parte das utopias da burguesia, em ascensão nos países industrializados, que promoveu a instituição de novos valores e de uma nova noção de sociabilidade urbana. A internacionalização deste processo, ocorrido a partir de uma matriz européia, correspondeu a uma internalização do capitalismo em terras americanas, expressa em transformações ao mesmo tempo econômico-sociais e político-ideológicas.

A abertura de avenidas e o crescimento comercial instauraram uma nova temporalidade e um novo ritmo à vida urbana. A fase do capitalismo, inaugurada com a II Revolução Industrial necessitava eliminar as barreiras do tempo e do espaço para criar velozmente novos valores de troca e reproduzir o capital. Este tempo é marcado pela produção, por um fluir incessante do tempo para frente, homogêneo e linear, e que não admite a ociosidade, o repouso e a vadiagem. Hábitos estes que, eram alvo da campanha moralizadora empreendida pela burguesia no sentido de consolidar os novos valores relacionados ao trabalho, à operosidade e à economia.

A obra de modernização exigia o arrasamento do que se identificasse com o velho, o tradicional, fossem prédios (como os cortiços ou casas de madeira), ou qualquer outra coisa, em nome da construção desses espaços novos que atendiam às necessidades do desenvolvimento econômico, à nova estética urbana e à criação de novos espaços de sociabilidade pública inseridos no contexto da modernidade.

A modernidade gerava uma postura de atração-repúdio, de celebração-combate às mudanças desencadeadas. O novo, que instaura outra ordem, é também um elemento de destruição, que ameaçava valores. Neste sentido, o indivíduo que vivenciava a modernidade se sentia ameaçado e seduzido ao mesmo tempo pelas transformações em curso.

A vivência da modernidade implicava ainda a construção de um imaginário social. Este é um processo mediante o qual, ao longo da história as sociedades se dedicam a um trabalho permanente de invenção das suas próprias representações globais, estabelecendo idéias-imagens através das quais elas se atribuem uma identidade (NIETHAMMER, 1997). O termo imaginário social, portanto, corresponde a estas representações coletivas da sociedade global. O imaginário coletivo comporta, pois, os desejos, sonhos e utopias de uma época (PESAVENTO, 1994).

Deste modo, no mesmo compasso da urbanização, as velhas formas de sociabilidade coletiva foram sendo diluídas pelo desuso ou pela repressão. As festas populares e religiosas foram lentamente desaparecendo ou sendo maquiadas em meio à intensa modernização dos costumes. As comemorações lúdicas, como as sessões de circo de rua, foram sendo reprimidas em nome desses novos códigos de civilidade e de vivência (FRANCO, 1998).

Podia-se ver claramente o aparecimento da modernização do ambiente, pois o largo de outrora se transformara em uma praça, as velhas construções baixas cederam lugar a belos palacetes, e esta remodelação urbana, trazendo melhoramentos e embelezamentos à cidade, exigia mudanças nos hábitos e costumes. Assim, vemos surgir, no espaço central da cidade em formação, a livraria América, a Praça da Harmonia, o Chalé da Praça XV, e a Rua da Praia, locais que traduziam esse novo modo de viver sendo freqüentados por intelectuais na busca da modernidade reproduzindo um ambiente europeu através da sua arquitetura, de sua boemia literária e de sua produção cultural.

Mas foi a Rua da Praia que melhor expressou esse período de modernização transformando-se na síntese de nossa *Belle Époque*⁴ (PESAVENTO, 1992) com

⁴ A *Belle Époque*, do francês bela época, foi um período na história da Europa que começou por volta do final de 1871 e durou até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914. A expressão também designa o clima intelectual e artístico do período em questão (SINGER, 1977). Foi uma época marcada por profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o cotidiano. Neste parágrafo a expressão “nossa belle époque” remete a conotação de transformação que a modernização trouxe a cidade de Porto Alegre com grande destaque a Rua do Praia como espaço desta manifestação.

seus cafés, cinemas, livrarias, tipografias, casas de negócios, alfaiatarias, relojarias, sapatarias e inúmeros letreiros luminosos, feitos com as mais diversas cores, ela também era local de reunião, de sociabilidade. Verdadeiro palco de vivências, a Rua da Praia tornou-se o local onde os acontecimentos políticos e ordinários tomavam lugar. Seu trecho central, onde hoje é a Praça da Alfândega, era a área onde se concentravam os comerciantes, já que ali existia o cais de desembarque. Nestes primeiros tempos a Rua da Praia terminava na atual rua General Câmara, e o trecho que sobe até a Praça Dom Feliciano era chamado de Rua da Graça, se bem que esta denominação, ainda que presente em todos os documentos oficiais, não tenha se arraigado entre o povo, tanto que o nome Rua da Praia se estendeu a todo o seu presente curso em torno de 1843, quando a rua recebeu suas primeiras placas indicativas, e depois desta data o nome Rua da Graça não aparece mais.

A rua sendo um local de passagem, era sem dúvida também um local privilegiado de encontro e de troca. Um espaço de lazer e uma vitrine imensa e viva, que se contrapunha aos objetos imóveis das vitrines das lojas. Entretanto, por mais que o novo imaginário urbano se povoasse das figuras de homens e mulheres bem-vestidos a "flanar" pelas ruas, existiam outros personagens neste cenário urbano. A rua era também meio de vida, biscateiros e vendedores ambulantes transitavam diariamente, entrecruzando-se com carroceiros, amas-secas, motoristas, motorneiros e *free-lancers* de toda ordem. Neste sentido a rua era o palco de muitos fazeres, a rua era de todos, a rua era do povo, onde se misturavam operários, professores, caixeiros de loja, bancários, negociantes e, porque não dizer, vagabundos, desocupados e larápios (PESAVENTO, 1992).

A partir desse momento de euforia, de expansão urbana, os sobrados passaram a ceder seus espaços aos prédios neoclássicos e aos imponentes edifícios. Os odores das fábricas, dos cafés, das confeitarias, das quitandas que se dissipavam no ar, começavam a poluir e a abrupta transformação arquitetônica resumia o sentido dessa modernização surgindo por consequência uma divisão social do seu espaço. Outros espaços e formas de sociabilidade que não estavam em harmonia com esse processo de modernização, como os becos e cortiços, eram taxados de velhos e imundos, num tom depreciativo característico do discurso modernizador em relação à tradição e ao passado.

As novas avenidas eram as vias expressas do tráfego de automóveis, caminhões e ônibus que não parava de crescer e tomar conta da cidade, modernizando as atividades comerciais, industriais e sociais. Viver na capital, freqüentar cafés, salões, cabarés, casas de jogos, clubes e teatros passou a ser um sinal de bom gosto e de *status* social. O cinema, a moda, o *footing* e o automóvel eram os novos símbolos da vida moderna. A cidade começa a ser pensada como uma vitrine, em tamanho ampliado, do luxo e do prestígio burguês (FRANCO, 1988).

Neste mesmo ímpeto de modernização dos espaços sociais públicos, a Intendência construía duas praças nos arrabaldes, a Praça Pinheiro Machado e a outra no ajardinamento fronteiro a Igreja Nossa Senhora da Glória. Esta última era um pequeno jardim público que limitava com o alinhamento da Estrada da Cascata, mas a outra era bem mais que isso. A Praça Pinheiro Machado tornar-se-ia um centro de lazer e difusão dos novos padrões da sociabilidade pública no Bairro São João, um bairro habitado por um expressivo número de operários que trabalhavam nas indústrias ali situadas.

Entendemos que a criação de novas praças possibilitaria espaço para a manifestação destas formas modernas de sociabilidade. Um exemplo disso era o Auditório Araújo Viana⁵ que foi inaugurado ao lado da Praça Matriz, destinando-se às retretas da Banda Municipal, tornando-se um dos centros de grande atração da cidade. Nos dias em que a Banda executava um programa de músicas clássicas, uma verdadeira multidão afluía ao local e além de todos os bancos ficarem completamente tomados, um público numeroso permanecia de pé. É importante notar como a presença nesse espaço, estava vinculada ao cumprimento de uma série de regras de conduta, de comportamentos, de acordo com os novos padrões de sociabilidade pública. Existe inclusive, um olhar crítico e discriminador, produtor de clichês, censor destas condutas e até das vestimentas, acusando os valores morais e estéticos da época. A roupa, pela sua cor, suntuosidade ou funcionalidade, discriminava socialmente. No auditório se reuniria a “nata” da sociedade, em domingos e datas festivas especiais, para ouvir as audições da Banda Municipal.

⁵ Em 1927, o Intendente Otávio Rocha construiu no local da antiga Bailante da Hidráulica o Auditório Araújo Vianna para os concertos e apresentações de banda municipal. Possuía concha acústica e uma platéia ao ar livre com 400 bancos que se estendiam ao longo de quatro terraços. O Auditório foi demolido em 1955, para dar lugar ao Palácio Farroupilha, sede da Assembléia Legislativa, inaugurada em 1967. Como contrapartida um novo auditório foi construído no Parque Farroupilha (Redenção).

Entretanto é na *Belle Époque* de Porto Alegre, de mulheres que até então utilizavam roupas cheias de rendas e gomas que lhe impediam movimentos bruscos, pertencentes a uma sociedade que era há pouco tempo escravocrata onde o sedentarismo como valor nobre ainda era preservado, que vemos surgir a prática do ciclismo dentro de um conjunto de atividades corporais modernas que alterou o vestuário, permitindo à mulher utilizar estes novos trajés sem infringir normas e, pelo contrário, estando por assim fazer no trem da história, na modernidade (WEBER, 1992).

Ocorre uma expansão da vida pública, os antigos saraus e a Sociedade Bailante⁶ são substituídos pela vida elegante da burguesia nos cafés, como o Colombo e o América, nas confeitarias, como a Rocco e a Central onde se reuniam intelectuais e jornalistas, da mesma forma que as barbearias e alfaiatarias eram pontos de reunião da elite (MONTEIRO, 1995). Acontecem às sessões de cinema no Cine Avenida, Rio Branco, Odeon, Colombo, Garibaldi, Carlos Gomes, Talia, Palácio, Marabá, Central e Astor, a princípio elitizadas. Além disso, muitos destes cinemas eram na verdade cines-teatro, onde eram apresentadas operetas, comédias e outros gêneros. Estas funções teatrais ocorriam também em espaço de importância impar para a cidade, o Teatro São Pedro, templo das comédias e operetas. Existiam, ainda, o Teatro Coliseu (Voluntários da Pátria) e o Teatro Apolo (Independência). Lugares de reunião igualmente importantes eram o Clube do Comércio, o Grande Hotel, os cassinos e os cabarés (FRANCO, 1998). Os concertos noturnos recriavam um ambiente, misto de sonho e ostentação, que caracterizavam os espetáculos apoteóticos de manifestação do prestígio burguês na virada do século (MONTEIRO, 1995).

As praças, espaços arborizados, ajardinados, iluminados e gradeados para o desfrute da elite em seus passeios ou na prática do *footing* e as novas avenidas dariam um tom aristocrático aos hábitos da sociedade porto-alegrense. A descrição das obras da avenida como uma desordem aparente da qual surgia um magnífico passeio, um primor da arte urbanística, era uma metáfora da sociedade capitalista que através do aparente caos da economia de mercado possibilita a acumulação do capital, a riqueza e a opulência.

⁶ A casa bailante em estilo neoclássico, onde hoje se eleva o edifício da Assembléia Legislativa, promovia festas e congraçamentos sociais.

Novas idéias, novas tecnologias e mão-de-obra mais qualificada foram responsáveis pelas mudanças na produção do espaço urbano construído (PESAVENTO, 1994). Uma nova Porto Alegre é descortinada por uma intendência eficaz em transformar o velho no novo, em dar visibilidade ao futuro trilhando caminhos de paralelepípedos modernos sob olhar atento e inebriado aceite da população.

As transformações urbanas que presidem a estruturação da ordem burguesa são criadoras de uma nova sociedade, mais moderna e agitada sem dúvida, do que aquela que acabava de ser suplantada. Neste contexto, articula-se todo um jogo de representações. De um momento histórico de grande transformação trata-se de construir e difundir o mais possível às imagens da sociedade que se acaba e de generalizar o sentimento de que ela realmente é coisa do passado. A velha ordem, enfim, deve ser sepultada. Abre-se espaço para a ascendente burguesia. E é para ela, principal atriz do espetáculo da rua, que a cidade se transforma (parques, jardins, calçamento, boa luz, segurança), lojas com vitrines iluminadas, cafés com espelhos, cinemas e teatros. O palco está armado para que a burguesia desempenhe a *performance* desejada. Nas compras do comércio chique, nas tardes de lazer no velódromo, nas sessões de teatro e cinema, os elegantes vão e vem. Olhar e ser visto era a regra do jogo.

Deste capítulo emerge a compreensão de que as obras de remodelação da cidade, praças e avenidas, tiveram o sentido de atender a demanda por uma nova estética urbana e da construção das relações sociais. Os espaços criados ou modernizados seriam o cenário para a criação de hábitos, costumes e valores que sustentariam a nova organização social relacionada à inserção da sociedade porto-alegrense em uma "etapa superior" do desenvolvimento capitalista. A seguir veremos como os espaços das praças públicas para a cidade de Porto Alegre foram, desde os primórdios da pequenina vila, apropriados para diversas práticas até que se tornam eleitos como espaço de ir e vir e das práticas corporais e esportivas, para entendermos a importância da idéia deste lugar onde se desenvolveu especialmente este ideário de modernização.

2.3 Panorama das Praças e Parques Públicos de Porto Alegre

Neste capítulo pretendemos apresentar um traçado histórico da criação das primeiras praças e parques públicos de Porto Alegre. Isto esclarecerá não somente espaço-temporalmente o leitor, como o fará compreender como se estabeleceram estes logradouros públicos aquilatando sua importância no surgimento da pequena cidade até atingir este período de modernização estudado. Ao buscar estas informações para a construção deste capítulo produzimos uma base de dados (Apêndice 1) que totaliza registros de 47 praças que foram criadas no período de 1920 a 1940, sendo que nosso estudo tem o foco nas praças onde ocorreram as práticas corporais e esportivas.

Caminhar por caminhos que não vimos ser desbravados, descobrir um tempo que não vivemos, mas que nos alcançam nos dias de hoje através dos lazeres constituídos, difundidos e aceitos pelo povo é o convite que fazemos. E é na pequena vila de Porto de São Francisco dos Casais, primeiro nome da cidade de Porto Alegre, que iniciamos nossa caminhada.

Fixada no topo de uma colina de onde era possível controlar todo o fluxo de embarcações pelo rio Guaíba a vila foi considerada, em 1773, lugar apropriado para sediar o centro político e administrativo do Estado. A pequena cidade murada tinha como marco de sua entrada, um portão colonial, construído neste mesmo ano, e que naquela época, era fechado ao anoitecer, de forma a resguardar os cidadãos dos temidos invasores e saqueadores.

Elevada a categoria de paróquia e recebendo o nome de Porto Alegre o clero implantou sua sede, a Igreja Matriz, no ponto mais alto do povoado. Uma missa festiva foi celebrada nas obras da Igreja da Matriz, cuja construção iniciara um ano antes. Nesta década, no terreno conhecido como Alto da Praia com poucas edificações no seu entorno, começava a dar forma ao que viria a ser a Praça da Igreja Matriz constituindo o marco inicial, participando da história e da vida da cidade chamando-se hoje, oficialmente, Praça Marechal Deodoro. Construída por inúmeras transformações este espaço concebido como um lugar de memória, uma espécie de “Acrópole” da capital do Rio Grande do Sul, tornou-se a primeira praça a partir de 1772, data oficial da fundação de Porto Alegre.

Embora a Praça da Matriz reunisse as construções mais nobres da acanhada cidade à beira do rio, como o antigo Palácio da Presidência⁷, a provedoria da Real Fazenda⁸, o aristocrático Casarão dos Câmara⁹, o logradouro não passava de um terreno com declive acentuado, sulcado pela erosão, sem arborização, iluminação ou calçamento.

Vamos adiante neste nosso caminho. Pouco a pouco novas áreas vão sendo aterradas, surgindo então o Beco dos Ferreiros, perpendicular à Rua da Praia e outra paralela a esta que seria mais tarde a Rua 7 de Setembro. Neste beco que mais tarde deu primeiro nome à praça, se instalou, na esquina das ruas citadas, importante ferraria que fabricava peças para montarias e atendia aos estaleiros próximos. Defronte ao Beco dos Ferreiros¹⁰ seria organizada a Praça do Peixe e ao lado dela já se desenhava a Praça do Paraíso, área arborizada, fechada com dois portões, em oposição, ocupando o centro de lados opostos (MACEDO, 1973).

O primeiro projeto de implantação deste logradouro surgiu no início do século XIX, quando foi delimitado um largo com 1199 braças quadradas (5.755,20 m²), não urbanizado à beira do Guaíba e a primeira referência oficial sobre esta praça nas Atas da Câmara Municipal é datada de seis de abril de 1811 (FRANCO, 1998). Este grande logradouro público que atualmente ostenta o nome de Praça XV e Praça Montevideú, foi conhecido como Praça dos Ferreiros no fim do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, quando passou a ser conhecida como Praça do Paraíso (MACEDO, 1973).

O nome da praça de “Paraíso” pode ter relação à organização daquele espaço para possibilitar a recreação ao ar livre, nas proximidades de uma área muito congestionada pelo comércio de beira-rio ou também por que da frente dela partia uma rua chamada do Paraíso. Desde 1780, funcionava ali perto a Casa da Comédia, logo depois conhecida como Casa da Ópera. Tão importante nos seus quarenta anos de funcionamento que acabou mudando o nome de Beco dos Ferreiros para Beco da Ópera (MACEDO, 1973).

Interessante que esta Praça Montevideú é um dos logradouros públicos de história mais obscura, seja por se confundir, em antigos documentos, com a área da atual Praça 15 de Novembro, seja porque pertenceu em parte a particulares, que

⁷ Conhecido com o nome de Palácio de Barro.

⁸ Prédio que mais tarde passou a abrigar a Assembléia Legislativa e a Capela do Divino.

⁹ Residência do primeiro Presidente da Província, o Visconde de São Leopoldo.

¹⁰ Atualmente Rua Uruguai.

nela tiveram construções que só foram desapropriadas pelo município em 1855, quando a Rua da Alfândega ou Nova da Praia foi regularizada e prolongada. Esta rua, futura praça, situada entre o Beco da Ópera e a Doca da Praça do Mercado permaneceu aberta e sem urbanização por muitos anos (FORTINI, 1968). A concretização da praça só ocorreu depois de 1855, quando a presidência da Província autorizou as desapropriações necessárias “para se levar a efeito a continuação da Rua Nova da Praia e a praça que lhe tem de ficar imediata”, concluídas somente em 1858 (PESAVENTO, 1992).

Nesta época o portão que dava acesso à vila, já não existia, mas emprestava o nome à “Praça do Portão”, recanto entre o extinto quartel do Oitavo Batalhão e a Santa Casa de Misericórdia e, por extensão, ao largo existente diante do quartel. Somente quarenta anos depois foi aprovado pela Câmara um requerimento para arborizar, entre outras, a Praça do Portão, que já havia recebido um dos chafarizes da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense e em 1873 passou a denominar-se Praça General Marques, em homenagem ao Tenente-General Conde de Porto Alegre. Em 1884 uma comissão é encarregada dos melhoramentos e arborização a praça, concluídos em 1886 (FRANCO, 1998).

Mas a importância da localização da cidadela, situada as margens do lago, faz com que grande parte dos acontecimentos sejam sediados nas redondezas. E é ali na margem do rio do Guaíba, na Praia do Arsenal, que estava o Largo da Força que abrigava estaleiros da construção naval. Assim conhecida, nos início da colonização da vila, caracterizava-se como um lugar ermo, de mau aspecto. A importância do Largo da Força remontava à sua primitiva função. Ali ficava o Pelourinho, uma coluna com o símbolo da justiça, onde se executavam as sentenças e na falta de imprensa se divulgavam os avisos oficiais. Segundo Pereira Coruja, não teria senão, de um lado, o estaleiro de Francisco Batista dos Anjos, e do outro, uma carreira de casinhas de capim e de telha com fundos para o rio (MACEDO, 1973).

Em 1856 a área foi aterrada, ajardinada e arborizada, recebendo a denominação de Praça do Arsenal. Em 1865 a praça recebe com nova arborização 94 árvores. Mas tarde com o final da Guerra do Paraguai, o local recebe o nome de Praça da Harmonia, comemorando a paz que deveria reinar entre os países da Bacia do Prata e era um lindo passeio público da cidade às margens do rio Guaíba.

Grande movimentação no pequeno povoado local produzia o antigo porto fluvial da cidade, lugar apropriado para surgir um comércio de frutas, legumes e peixes, próximo dos pequenos barcos que conduziam este tipo de mercadoria tornando-se, com o tempo, ponto de comércio ambulante, com quitandas, bancas de peixe entre outros (MACEDO, 1973). Nesta época havia uma praça defronte ao trapiche, chamada de Largo da Quitanda, mais tarde conhecida como Largo do Comércio que era lugar de trocas comerciais, estruturando o cotidiano pacato, confrontando donas de casa e mulheres “de vida fácil”, idosos e crianças, marinheiros e mendigos, senhores e escravos, e convivendo com o porto, a porta de entrada da riqueza da cidade. Ali o cais de pedra é construído junto ao Guaíba, para facilitar o desembarque de passageiros e mercadorias. E em 1804 é ampliado o ancoradouro através da construção de uma ponte sobre o rio, com cais e trapiche, obra notável por suas dimensões, com 24 pilares de cantaria adentrando o leito fluvial que possibilitava o desembarque de sumacas¹¹ e iates de grande porte (BAKOS, 1996).

Este Largo surgiu na vertente norte do Guaíba onde se configurou o maior desenvolvimento da vila de Porto Alegre. Esta preferência, em detrimento da vertente sul, se atribui a maior profundidade do Guaíba, que facilitava o porto e a construção de estaleiros, e ao abrigo do vento sul, chamado de “Minuano”, que castigava do outro lado. O Largo da Quitanda, mais tarde Praça da Alfândega, se estabeleceu como centro portuário. Assim a Rua do Ouvidor¹² era um eixo, o outro era a própria Rua da Praia. Ao longo desta cresciam e multiplicavam-se atividades, e até mesmo certo zoneamento se percebe pela marcação dos mais importantes logradouros. Estes dois logradouros eram também centros de recreação, oferecendo festas ao ar livre, nos domingos e feriados, que incluíam a apresentação de grupos ocasionais de instrumentistas e funâmbulos com variado programa de habilidades e proezas (DAMASCENO, 1956).

Athos Damasceno Ferreira escreveu, em 1940 a obra “Imagens sentimentais da cidade”, contando histórias de Porto Alegre no século passado. Nesta obra registrou histórias da velha Praça da Quitanda. Era conhecida como a “Praça dos kioskes, espécie de baú de turco”, pois era possível comprar muitas coisas “um

¹¹ As sumacas eram embarcações menores de origem holandesa, com dois mastros e velas latinas (retangulares ou triangulares), utilizadas para transporte de carga e passageiros dos centros produtores aos principais portos nacionais (SPALDING, 1967).

¹² Atual Rua General Câmara.

mundo de quinquilharias". Também referida como a "Praça dos Jornais", pois que em duas das faces fronteiras a ela se instalaram diversos jornais da cidade como o "Correio do Povo" (DAMASCENO, 1956, p. 27-28) No centro da praça, no alinhamento da atual Rua Sete de Setembro, foi construído um prédio próprio para a alfândega em 1820. Os comerciantes foram transferidos para a Praça do Paraíso, mas, por resistência destes, a Câmara acabou permitindo, de forma transitória, a utilização do lado oeste como local de mercado, passando a se chamar Praça da Alfândega – na época, muitos logradouros públicos recebiam o nome devido às atividades nelas desempenhadas.

Em 1866, a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense instala um chafariz de ferro bronzeado para abastecimento de água potável à população e a arborização é iniciada com o plantio de nove árvores por empreitada, mas logo a praça foi entregue aos moradores do entorno para que a adornassem e ajardinassem, seguindo a orientação da engenharia pública. Alguns anos após foram instalados bancos e um quiosque. Assim, em 14/03/1883 seu nome foi alterado pela Câmara Municipal de "Praça da Quitanda" para "Praça Senador Florêncio", em homenagem ao político e senador do Império, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, falecido em 1881 (FRANCO, 1998).

Este comércio portuário intenso abastecia as vizinhanças através do Caminho da Azenha (atual Avenida João Pessoa), uma íngreme ladeira, com trânsito intenso de carretas e sujeito a constante erosão provocada pelas enxurradas. Em 1857 a Província, por solicitação da Câmara, urbaniza a área fazendo a correção da descida através de aterro, com muro de contenção na parte inferior, dotado de pilares e gradis ornamentais, escadaria em leque, esgoto pluvial subterrâneo e arborização. Esta ladeira, chamada do Oitavo ou Ladeira do Portão, em 1858 recebeu a denominação de Praça da Independência que mais tarde seria alterado em homenagem à República Argentina, para Praça Argentina.

Em 1865, o município resolve adquirir um terreno aberto com frente para as ruas da Igreja, Bela e Arvoredo, a fim de organizar mais uma praça para instalação de um chafariz. Ocorre que o herdeiro dos terrenos, João Soares de Paiva, que residia no Rio de Janeiro, fez exigências consideradas excessivas em termos de preço. A Câmara em 1866 desapropria a área, declarando-a de utilidade pública. Em 1887, inicia-se o ajardinamento que, em 1920, passa por uma remodelação completa, a fim de minimizar sua íngreme ladeira. Teve diversos nomes ao longo de

sua história: Alto do Manoel Caetano, Alto do Senhor dos Passos, Alto da Conceição e Alto da Bronze. Este último, perpetuado na tradição de Porto Alegre, tem algumas versões de origem como o de uma prostituta que vivia em casa à direita da praça tendo dado nome àquele lugar por ser ela a figura mais notável do bairro (CORUJA, 1881).

O primeiro ajardinamento de espaço público da cidade ocorreu como forma de manter limpas, saneadas, áreas de muita importância para o seu povo. Era preocupação das autoridades a conservação das praças e de seus chafarizes, pois na época estes eram de fundamental importância para o abastecimento d' água. A arborização era ainda desejada mais como um meio de evitar que ali fosse lançado lixo, porque, até então, os espaços abertos na vizinhança da Rua da Praia eram ocupados com tablados para representação de atos variados ao ar livre. A Praça Conde d'Eu, por exemplo, ainda em 1875, era ocupada pelo circo Albano Pereira (MACEDO, 1973).

O contínuo desenvolvimento comercial e as determinações da República de melhorarem os portos e de se sanarem as cidades levam Porto Alegre a enfrentar de forma decisiva essa grande tarefa.

A construção de um porto modelo passa a ser uma das grandes metas da “Política dos Transportes” do governo Borges de Medeiros, que previa a interligação de todo o Estado por uma malha de vias de rodagem, férreas e fluviais. Os técnicos e políticos da época viam a localização de Porto Alegre a situação ideal para a construção de um entreposto comercial entre o interior do Estado, dotado de importante rede fluvial, e o mar, através da Lagoa dos Patos (MONTEIRO, 1995).

A Praça Senador Florêncio ou da Alfândega, sendo um forte ponto de referência e representando todo um passado histórico, era o local natural para localização do ponto de desembarque de passageiros. Desta maneira, a construção do cais começa ali, no eixo da qual é colocado o portão central.

Em meados do século XIX, foi escolhido o terreno para a construção do primeiro mercado público. Inaugurado em 1844, marca a ocupação formal da Praça do Paraíso, sendo que o lado da antiga Rua de Bragança¹³ foi aterrado e o entorno que era caracterizado pelo lodaçal, recebeu obras de urbanização, incluindo o calçamento. Entretanto, essas melhorias não alteraram significativamente suas

¹³ Atual Rua Marechal Floriano.

condições, pois nas imediações havia alguns ranchos para parada de carretas (PIMENTEL, 1945).

Uma parte do terreno doado à Santa Casa de Misericórdia pelo Desembargador Luís Corrêa Teixeira de Bragança era utilizada então, para organizar a chegada destas carretas que transportavam gêneros alimentícios, transferidas, após algum tempo, para a Praça do Paraíso sendo designado logradouro público em 1809. Esta praça teve diversos nomes ao longo de sua história: Praça da Alegria, Alto da Caridade, Alto da Misericórdia e Praça da Misericórdia. Em 1873, recebe a denominação de Praça Dom Feliciano, em homenagem a Dom Feliciano José Rodrigues Prates, primeiro bispo do Rio Grande do Sul (FRANCO, 1988). A construção das escadarias da Santa Casa em 1865 e a terraplenagem do terreno em frente definiu seu formato, que se mantém inalterado até hoje. É possível que esta área da praça pertencesse à Josefa de Azevedo, a “Brigadeira”, pois, em ata da Câmara de 1830, esta fez cessão de todo o terreno que se achava cercado até a direção da Rua da Praia, para praça pública fronteira ao edifício da Misericórdia (MACEDO, 1973).

O nome da Praça do Paraíso foi alterado para Praça Conde D’Eu, após 1869, quando o primeiro Mercado foi demolido e transferido para o local atual, possibilitando sua urbanização. Em 1870 o vereador José Antônio Rodrigues Ferreira apresentou uma proposta de ajardinamento e calçamento incluindo a construção de um chalé para venda de refrescos e um coreto para apresentações da Banda Municipal. Como o projeto não foi executado imediatamente a Praça foi usada por circos, sendo que o Circo Universal possuía um barracão de madeira até 1878.

A vida cultural da Província convergiu para o centro cívico com a inauguração do Teatro São Pedro. Ao lado dele, foi erigido um edifício gêmeo, destinado inicialmente a abrigar a Câmara Municipal e, mais tarde, o Tribunal de Justiça, reforçando o eixo de acesso pela Rua da Ladeira (Rua General Câmara). Do outro lado, o antigo prédio da Bailante da Hidráulica Porto-Alegrense, promovia festas, reuniões e conferências. Do lado leste, na esquina com a Rua Duque de Caxias, ficava o prédio da Intendência Municipal que, em 1901, deslocou-se para o Paço Municipal sede municipal atual. Foram também nos anos de 1870 que começaram a circular, pela Praça, os bondes puxados por jumentos (MACEDO, 1973).

A atual Praça da Matriz recebeu o nome de Praça de Dom Pedro II, em homenagem à visita do monarca a Porto Alegre, que viera comandar a defesa do Rio Grande do Sul contra a invasão paraguaia. É instalado, então, um chafariz com cinco estátuas de mármore, quatro delas simbolizando os rios da bacia do Guaíba: Jacuí Caí, Sinos e Gravataí e uma, no alto, simbolizando o rio Guaíba. Das cinco peças originais, quatro encontram-se descaracterizadas na atual Praça São Sebastião (conhecida como Praça do Rosário) e uma, a que representava o rio Guaíba foi perdida. Mais tarde com a inauguração do gasômetro, a Praça da Matriz recebeu postes de iluminação pública a gás no entorno do chafariz central.

A Câmara aprovou orçamento para construção de um jardim arborizado na Praça XV, cercado com um gradil de ferro com quatro portões. Em 1880, os carreteiros são deslocados para a atual Praça Rui Barbosa e as árvores são plantadas. Com o calçamento ampliado e o projeto do primeiro chalé aprovado são instalados lampiões a gás e a Praça é inaugurada em dois de dezembro. Dois anos após, foi colocado um chafariz de ferro bronzeado, que atualmente encontra-se no Parque Farroupilha, mas somente em 1885 foi erguido o primeiro chalé para venda de sorvetes e, em 1889, a Praça Conde D'Eu passa a chamar-se Praça 15 de Novembro.

O antigo chalé da Praça XV foi substituído em 1911 pelo tradicional Chalé da Praça XV. A praça sofreu redução de tamanho em 1928, para possibilitar a ampliação das ruas laterais. Em 1929 foi construído o primeiro abrigo coberto para bondes, no lado da Rua Dr. José Montauray. Ao ser construído o primeiro Palácio Municipal nesta praça o Intendente José Montauray solicitou à República Oriental do Uruguai autorização para dar ao largo fronteiro ao Palácio o nome de Praça Montevideu (FORTINI, 1968).

Com a Proclamação da República, a Praça da Matriz passou a chamar-se Marechal Deodoro, denominação oficial que permanece até hoje. O Estado passava por uma fase de euforia econômica, a qual se materializava num processo de transformação da fisionomia arquitetônica e paisagística da capital. Um amplo projeto de urbanização começou a ser pensado para a área a partir de 1906. Previam-se o alargamento da Praça da Matriz sobre o terreno ocupado pela Bailante que daria mais equilíbrio ao conjunto, pois o novo Palácio do Governo ficaria no centro da Praça, dominando a área cívica. Dois bulevares paralelos desceriam em direção ao Guaíba, desdobrando-se um na atual Rua General Câmara e o outro entre o

Arquivo Público e o Solar dos Câmara. Conforme o projeto original, confluía na Praça da Alfândega numa rótula que teria ao centro o monumento a Júlio de Castilhos. O trânsito subiria por um lado e desceria pelo outro, sendo desviado ao largo da Praça, sem passar em frente ao Palácio Piratini. A Praça seria o jardim frontal do Palácio. Ao fundo, jardins escalonados com acesso público conectariam o Palácio à Rua Fernando Machado. Desta concepção urbanística, restou apenas um prédio residencial feito construir com alinhamento enviesado na Riachuelo por causa do traçado imaginário da avenida (FRANCO, 1998).

A Praça da Alfândega já se constituía num dos logradouros mais interessantes e bem localizados da cidade, sendo procurado por toda população. A presença dos bondes, primeiro puxados por burros, seguidos pelos elétricos, era responsável pela grande circulação de transeuntes. A construção de hotéis, clubes, cinemas, restaurantes, cafés, traziam para a praça uma animação permanente não só durante o dia, mas também à noite no Grande Hotel, no Clube do Comércio, no Cinema Guarany e no Cinema Central. Nela, a principal porta de entrada da cidade, dezenas de prédios eram erguidos edificações suntuosas, profusamente ornadas com obras de arte, expressão material da prosperidade econômica (MONTEIRO, 1995).

A ligação entre a Praça da Alfândega com a Praça Marechal Deodoro, sede do Palácio do Governo e Catedral Metropolitana dava-se pela Rua General Câmara. Foi neste contexto que se decidiu erguer, no centro da praça, onde anteriormente existia um chafariz, e posteriormente fora colocada à estátua de Conde de Porto Alegre um monumento em homenagem àquele que foi o maior vulto do republicanismo Rio-Grandense – Júlio de Castilhos.

A praça foi totalmente remodelada com desenho marcadamente geométrico e simétrico, ressaltado pela criação do platô onde convergem todos os caminhos e visuais, marcando a perspectiva desde a subida da Rua da Praia para destacar o monumento, tendo como pano de fundo o Palácio e a Igreja da Matriz. Este traçado e pavimentação em pedra portuguesa se mantêm até os dias de hoje, com exceção do platô, que era pavimentado com ladrilho hidráulico na cor rosa e branca e foi substituído por basalto e mármore. A única alteração ocorreu no canteiro central que teve seu gramado substituído por areia e abriga a área de recreação infantil. A vegetação predominante e provavelmente original é o jacarandá (FRANCO, 1998).

O monumento foi concebido por Décio Villares numa época em que no Estado a Proclamação da República desencadeara uma sucessão de crises que culminaram com a Revolução Federalista de 1893-1895, entre castilhistas (chimangos) e gasparistas (maragatos), com a vitória dos primeiros. Os trabalhos de modelagem e fundição em bronze do monumento em homenagem a Júlio de Castilhos, o primeiro presidente republicano do Estado¹⁴, foi feito na França, de onde vieram os principais conceitos para o significado dos monumentos no espaço urbano (BAKOS, 1996). Assim estavam as praças, plantadas no ir e vir da cidade com seus monumentos, seus usos, suas serventias a população.

Ao percorrer o caminho destas primeiras praças surgidas desde a pequena Vila de Porto de São Francisco dos Casais, entendemos que muito mais estava por vir. Com o passar do tempo outras tantas praças foram dadas à cidade e nelas veremos surgir ideários de uma vida moderna com novas utilizações para estes espaços. Descobrir como se deu esta apropriação, como se difundiram estas novas condutas e quais eram elas é o nosso caminho. Entendermos como se estruturou este espaço, a praça, desde os primórdios da cidade foi para nós uma condição, pois se trata do local, lugar das realizações, dos fatos, onde se desenvolverá o nosso próximo capítulo.

¹⁴ Durante o Brasil Império os governantes do Estado eram escolhidos pelo governo central, geralmente homens nobres nomeados pelo imperador. Após a Proclamação da República os governantes, denominados *presidentes do Estado*, passaram a ser escolhidos pelo voto direto. Com a Revolução de 1930, e depois no Estado Novo, *interventores federais* passaram a reger o Estado. Com a redemocratização, após a Era Vargas, a denominação passou a ser *governador do Estado* (FRANCO, 1988).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa consistem na consulta e análise de fontes impressas através da análise documental (BARDIN, 1977; TRIVIÑOS, 1992). A análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação.

Um documento é qualquer material escrito que possa ser usado como fonte de informação sobre um assunto. A pesquisa documental é uma modalidade de coleta de dados que apresenta algumas vantagens, conforme Ludke & Andre (1986): o baixo custo, ser fonte não reativa (permite acesso onde não se pode contatar o sujeito) e não se alterarem no meio da pesquisa. É usada quando os dados são problemáticos e para validar e ratificar informações e não é neutra, pois a escolha dos documentos nunca é totalmente aleatória.

Na coleta de documentos o pesquisador deve estar atento para reconhecer a utilidade em documentos e registros que não parecem, à primeira vista, ser importantes. Os documentos não oferecem problemas quanto à coleta propriamente dita, pois já existem antes da investigação e não sofrem interferência do pesquisador. Mas, há a necessidade de algumas precauções, pois os documentos não foram feitos para a pesquisa, mas foram feitos por algum motivo (que deve ser investigado), eles podem omitir e ou ressaltar algo com um objetivo e podem ter erros não intencionais (CORTES, 1998).

Segundo Le Goff o “documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver talvez esquecido, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura; o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1992).

Interessante ressaltar que se a metodologia for entendida somente como um conjunto de técnicas passa a ter papel secundário. A metodologia deve ser entendida então, como um conjunto de diretrizes que orientam uma investigação científica, ou como diz Minayo (2001 p.36) é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, diferenciando-se de método, visto aqui como operações (técnicas) de coleta e análise de dados (LESSARD-HERBERT, GOYETTE & BOUTIN, 1990). Nela devem ser abrangidas as concepções teóricas, as técnicas e o potencial criativo do pesquisador. Os pressupostos teóricos-metodológicos não devem ser super estimados para que a pesquisa possa atingir seus objetivos (MINAYO, 2002). Toda prática científica, que é uma forma de abordar a realidade, pode ir ao encontro de quem nela investe ou não, por isso o objetivo da pesquisa nunca deve ser negligenciado.

Então abraçadas à análise documental, iniciamos a caminhada pela cidade de Porto Alegre. A cidade aparece aos olhos da ciência moderna como um verdadeiro laboratório de observação e experiência, legítima como objeto de conhecimento e um novo campo de pesquisa. Pensar a cidade é pensar nos “problemas urbanos”, nas suas conseqüências sobre a população e na forma de resolvê-los. Estudar a cidade, nesse período de modernização é constatar a importância deste espaço por excelência para a construção de significados, expressos em bens culturais em um tempo único de grande ebulição e de transformações que nos mostram infinitos vieses de estudo.

Numa primeira etapa, nosso objetivo era encontrar fontes e, nelas, os documentos necessários para a pesquisa. Não havia preocupação com a análise propriamente dita, que seria o passo seguinte com a organização do material. Nesse momento, importava tão somente a obtenção de informações advindas de fontes diversas.

Assim a pesquisa documental percorreu diversas fontes históricas sobre as praças e parques públicos na cidade de Porto Alegre no período de 1920 a 1940, como o Catálogo da Revista do Globo, jornais porto-alegrenses, o Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul, manuscritos e álbuns de fotografias encontrados no Centro de Memória do Esporte (CEME) da ESEF/UFRGS, documentos, mapas e plantas baixas, projetos arquitetônicos e legislação que passamos a contemplar individualmente a partir de agora.

A escolha da Revista do Globo, meio de comunicação impresso editado pela Livraria Editora Globo em Porto Alegre no período de 1929-1967 utilizada como fonte de pesquisa deve-se a ênfase dada aos esportes desde sua primeira edição em 1929, onde apresentou uma seção a eles dedicada, além de publicar em 1933 um número especial sobre as práticas esportivas. Esta revista esta digitalizada e divulgada em formato de CD-ROM disponível para pesquisa (MAZO, 2004). Interessante salientar que vários autores (MOTTIN, 1996; THORSTENBERG, 1998; TORRESINI, 1999; CASTRO, 1999; GOMES, 2001; SOARES, 2001; DALMÁZ, 2001; MAZO, 2004; ROLIM, 2008) já subsidiaram suas pesquisas neste acervo denotando sua importância e riqueza de informações sobre os assuntos ligados especialmente à cultura local e regional.

O Almanaque Esportivo do Rio Grande do Sul foi organizado por José Ferreira Amaro Júnior no período de 1942 a 1959. Encontramos vários exemplares à disposição na biblioteca da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS) com algumas reportagens focalizando as Praças de Desportos.

Ainda consultamos o acervo do CEME/ESEF/UFRGS, a documentação do Museu da Comunicação Social Hipólito Jose da Costa e do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho onde os materiais registrados e organizados nestes locais, deram o perfil inovador na descoberta dos detalhes da história.

Além dessas fontes históricas subsidiaram esta pesquisa as dissertações, monografias, teses, livros e outros documentos que fazem referência ao tema estudado encontrados em arquivos públicos, bibliotecas, fundações, memoriais e acervos particulares contribuindo para aporte teórico e desenvolvimento da investigação.

Cabe salientar que entre todos estes, um lugar tornou-se especial. O Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS é, sem dúvida, um lugar privilegiado para os pesquisadores da história do esporte e da educação física. Talvez a euforia com que sejam tomados os primeiros momentos dentro da sala-arquivo seja, justamente, a energia que o pesquisador necessita, se não para continuar, talvez, para nunca mais deixar este campo de pesquisa. Conduzida até os arquivos e deixada lá com eles pela colaboradora da UFRGS Leila, sentia como se tivesse voltado realmente no tempo. Ao pé, como sabiamente sugeriu a banca qualificadora, me encontrava. Ao pé de um tempo em que via surgir às respostas dos meus questionamentos.

O material catalogado no CEME sobre práticas corporais e esportivas e recreação pública advém em grande parte de doações de familiares dos personagens envolvidos neste momento histórico da cidade de Porto Alegre ou ainda de documentos da própria Escola de Educação Física que também esteve fortemente ligada neste movimento resultando inclusive em sua criação. Seguramente abrir gavetas e folhear álbuns antigos¹⁵, ler documentos manuscritos, certas vezes inclusive decifrando caligrafias, evoca uma magia de voltar no tempo em um momento que só é permitido ao pesquisador que se permite estar ao pó. Trata-se de um processo de garimpagem onde os documentos precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, das gavetas, dos álbuns e receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num jogo de quebra-cabeça.

Encontrei no CEME uma riqueza de informações novas que precisavam ser descobertas para que o grande quebra-cabeça a que me submeti montar, iniciando a pesquisa, pudesse ser construído. Este quebra-cabeça montado mostrou-me uma versão da história. Mas como algumas peças teimaram em ficar escondidas e outras não encaixaram por completo, descobri pelo caminho que o “jogo” continua...

¹⁵ Existe neste acervo um álbum que traz uma série de recortes dos Jornais da época da cidade de Porto Alegre, do Brasil e também do exterior (Uruguai, Estados Unidos), onde o professor Frederico Guilherme Gaelzer registrou, através destes recortes de artigos de jornais, o seu trabalho. Os jornais encontrados nestes recortes foram A Notícia, o Correio do Povo e a Última Hora (atual Zero Hora) que geralmente destacavam notícias sobre as praças e parques e as mudanças em sua infraestrutura. Esta ênfase dada auxiliou na reconstrução e no entendimento das fases por que passou a cidade de Porto Alegre, e especialmente as praças como espaços de lazer, do ponto de vista de suas alterações arquitetônicas e dos significados a ela atribuídos. Este álbum foi doado por Lenea Gaelzer, filha do professor, ao CEME/ESEF/UFRGS, juntamente a um vasto material pessoal com fotos, documentos e plantas arquitetônicas que se referiam ao trabalho executado pelo Professor na cidade de Porto Alegre e nos países onde estudou e trabalhou. Ele não possui registro catalográfico e por este motivo a partir deste momento o citaremos como: Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS.

4 AS PRAÇAS DE DESPORTO DE PORTO ALEGRE

A fisionomia da cidade de Porto Alegre, alterada em função das intervenções urbanas, transformou-se com a destinação de espaços públicos às atividades de lazer para a população porto-alegrense. Através do planejamento urbano, obras de saneamento, alargamento de ruas, embelezamento da cidade, construção de prédios públicos, praças e parques constatamos a preocupação, por parte das autoridades da Intendência, então governo municipal, de melhorar as condições de vida da população, destacando a construção de algumas praças ou a apropriação de outros espaços públicos para fins de lazer. Este capítulo aborda as praças públicas, mas apenas aquelas que promoveram práticas corporais e esportivas organizadas a semelhança do que já ocorria nos clubes esportivos da cidade.

A necessidade e o interesse de investimento institucional em educação, esporte e recreação eram prementes, influenciada pelo movimento de educação física mundial, que poderia ser um meio de prevenção da delinqüência juvenil. Além disto, a demanda de trabalhadores para a prática de esporte que se popularizava pela conquista de maior tempo livre e a preocupação com as crianças que careciam de lugar público para brincar davam as praças *status* de lugar adequado para este fim. Era então necessário que estes espaços fossem dotados de equipamentos apropriados e recursos humanos que organizassem as práticas corporais e esportivas que ali seriam desenvolvidas. As relações sociais se desenrolariam nestes espaços no tempo livre do trabalho e a importância de direção para estas ocasiões e para as ações que seriam realizadas começaram a despertar na municipalidade a intenção de controle.

Elias (1989) coloca que tempo e espaço devem ser estudados conjuntamente porque estão imbricados. Então é necessário compreender o tempo no contexto onde esse é produzido, devendo-se considerar o espaço como relevante na configuração das relações sociais. As praças tornavam-se os espaços para o tempo livre e a direção das ações nestes espaços aparece como função inerente a municipalidade. Nessa direção foi criado o Serviço de Recreação Pública pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1926.

O Serviço de Recreação Pública foi idealizado pelo Prof. Frederico Guilherme Gaelzer¹⁶, então, primeiro inspetor de Educação Física da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Sul. O Prof. Gaelzer é considerado o pioneiro na institucionalização da recreação pública na cidade de Porto Alegre, pois programou e implantou os Jardins de Recreio, também chamados de Praças de Recreio, em algumas praças públicas da cidade. Além disso, cabe destacar que quando foi criada a primeira instituição de ensino superior em educação física no Rio Grande do Sul – a Escola Superior de Educação Física – foi professor pioneiro na implantação em 1940 e atuou como diretor desta instituição no período de 28/9/1955 a 24/2/1959 (GUTIERREZ, 1971).

Para Macedo (1973) Gaelzer foi um grande divulgador da recreação e dos esportes em Porto Alegre. Com a experiência acumulada, inclusive como integrante do Departamento Estadual de Educação Física (fundado em 1939), o Prof. Gaelzer foi um precursor da recreação pública no Estado e até mesmo no país. Ele definiu diretrizes para as atividades nas praças públicas, particularmente direcionadas as práticas corporais e esportivas nos chamados Jardins de Recreio.

No arquivo pessoal do Professor Gaelzer doados ao CEME/ESEF/UFRGS, muito embora o local da publicação da maioria dos textos tenha sido recortado, cabe referir que num recorte de jornal encontramos citação interessante quanto a instituição das Praças de Desportos e de sua característica de trabalho precursor na América do Sul.

[...] Ficaremos com um conjunto de jardins em porto alegre que preenchendo os fins a que se destinam mediante uma direção cuidadosa e constante será o primeiro no gênero na America do sul (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, 01/11/1929).

¹⁶ Professor Frederico Guilherme Gaelzer nasceu em Novo Hamburgo, então município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 29 de Julho de 1897. Em 1910, fez a formação primária em São Leopoldo e o curso secundário em Berlim, na Alemanha. Quando retornou ao Barsil atuou como atleta da Associação Cristã de Moços (ACM) de Porto Alegre em 1918. No ano seguinte viajou para os Estados Unidos e estudou Universidade de Chicago, formando-se em Educação Física, recebendo o título de *Máster of Science* em Educação Física e Recreação. No ano de 1921 atuou como professor na Universidade de Chicago. Retornou ao Rio Grande do Sul em 1923, mas permaneceu pouco tempo, deslocando-se para estudar e trabalhar na ACM de Montevideo no Uruguai. Na ACM trabalhou com basquetebol e participou dos programas de recreação pública. Após um ano de permanência no Uruguai, em 1924 retornou a Porto Alegre. Em 1926 inicia pesquisa, sobre o levantamento de áreas livres com vistas a um futuro atendimento da população em praças, promovendo atividades de educação física, esportes e recreação pública. Concluído o levantamento solicitado pela Intendência de Porto Alegre foi nomeado para trabalhar na Intendência a partir de agosto de 1926. Ainda neste ano criou o “Systema de Jardins de Recreio” nas praças da cidade Faleceu em 1º de Setembro de 1972 (FEIX, 2003).

Devemos ressaltar que nos documentos consultados encontramos as praças públicas, onde se instalaram os Jardins de Recreio, nomeadas como “Praça de Desporto”. Entendemos que isto ocorria, pois o Serviço de Recreação Pública tinha em sua concepção atingir um grande público para as atividades corporais, quer recreativas ou esportivas, incluindo então nestas das crianças aos idosos. Assim nos primeiros anos da instalação dos Jardins de Recreio e sua ênfase nas praticas recreativas as reportagens dos jornais da época utilizavam esta nomenclatura para tratar destes espaços. Com as praticas esportivas tomando vulto as citações passam a referir-se as Praças de Desportos. Neste trabalho vamos tratá-las conforme encontramos referido nos documentos consultados respeitando esta linha do tempo e também a linha de ações nelas desenvolvidas.

O primeiro Jardim de Recreio instalado na Praça nº 1 - Praça de Desportos General Osório, também conhecida como Praça do Alto da Bronze, visava a prática de atividades Recreativas direcionadas (WERNECK, 2002; FEIX, 2003). Nesta praça foram improvisadas as mais rudimentares aparelhagens, como por exemplo, pneus velhos amarrados em árvores constituindo um meio de recreação para crianças (FEIX, 2003). Sobre estes artefatos improvisados registra o professor Gaelzer em um dos relatórios da época encontrado no acervo do CEME/ESEF/UFRGS o seguinte:

Os primeiros instalados foram presos as arvores, sendo aproveitados pneus usados e alguns aparelhos que já possuíamos em deposito no almoxarifado. Aos poucos, porém foram estes substituídos, adquirindo-se outros mais modernos e efficientes, o que veio contribuir para um accrescimo considerável da affluencia de creanças e rapazes (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d).



Ilustração 1 – Praça General Osório ou Praça Alto da Bronze /1927
Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

Em fevereiro de 1927 foi instalado o segundo Jardim de Recreio na Praça de nº 2 – Pinheiro Machado (conforme Decreto-Lei nº 88 de 19/02/1927), situada no arraial de São João. Este era o Jardim de Recreio mais freqüentado até porque inicialmente não possuía cerca. Posteriormente com a introdução de alguns melhoramentos e para o controle da freqüência pela fiscalização e os zeladores, a exemplo do que tinha sido feito no primeiro Jardim de Recreio, foi colocada uma cerca com uma única entrada. Na sequencia foram instalados os Jardins de Recreio na Praça nº 3 – Florida e na Praça nº 4 – Dr. Montaury, sob a orientação técnica do professor Gaelzer.

O professor Gaelzer deixou registrado muito de suas realizações em textos, diários, publicações de jornais possibilitando que hoje pudéssemos ler o passado e conhecer, na versão dele, como aconteceu a institucionalização destes lugares de lazer. Sobre como eram constituídos os espaços temos na ilustração nº. 2 a planta baixa do primeiro Jardim de Recreio na Praça General Osório ou Praça do Alto da Bronze assinalando a disposição dos brinquedos infantis, quadras esportivas, e vegetação existente demonstrando a organização que se submetia a praça que abrigaria o Jardim de Recreio. A planta encontrada no acervo do

CEME/ESEF/UFRGS traz o registro da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) com descrição da vegetação local e a localização das quadras de vôlei e basquete, brinquedos, área de descanso e prédio para o Jardim da Infância.

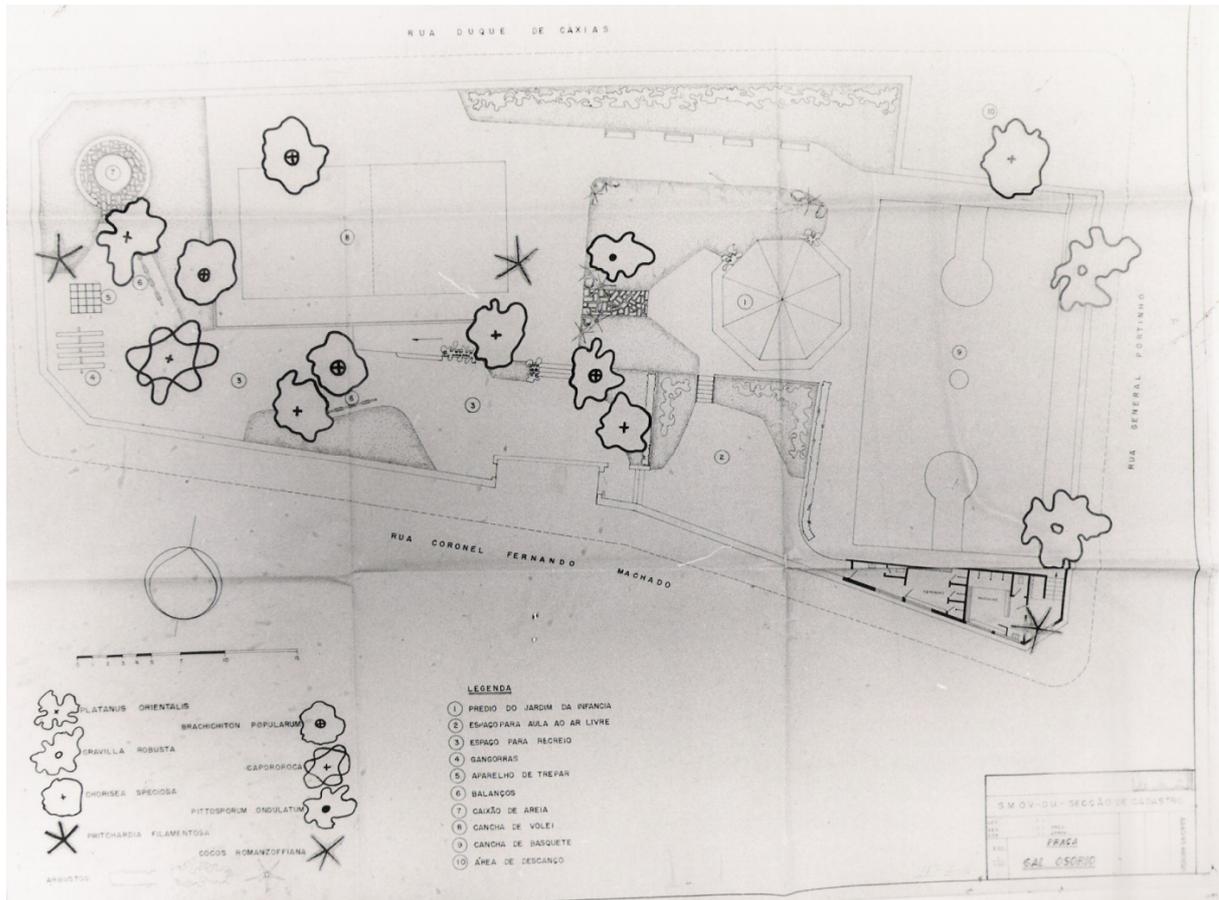


Ilustração 2 – Planta baixa do primeiro Jardim de Recreio na Praça de Desportos General Osório. s/d. Fonte: Arquivo do CEME /ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

A princípio, por serem desconhecidos, talvez, os fins a que se destinavam espaços públicos dessa natureza, conforme os relatos registrados havia certa dificuldade para conseguir uma freqüência “seleta”; porém aos poucos, e com a divulgação de regulamentos internos, foram atingidos os objetivos de trazer aos jardins as crianças e os jovens.

Em relação a esta organização e padronização dos espaços para recreação pública encontramos em planta, a lista mínima dos brinquedos para um parque infantil de um Jardim de Recreio enumerando seis brinquedos que fariam a composição deste espaço. Com tamanhos exatos e medidas para sua reprodução os balanços para meninas e para bebes, as gangorras, escorregadores, o passo do

gigante e um aparelho de ginástica descritos como no modelo, nos alertam para a padronização que se buscava nos materiais utilizados para as atividades desenvolvidas nestes jardins.

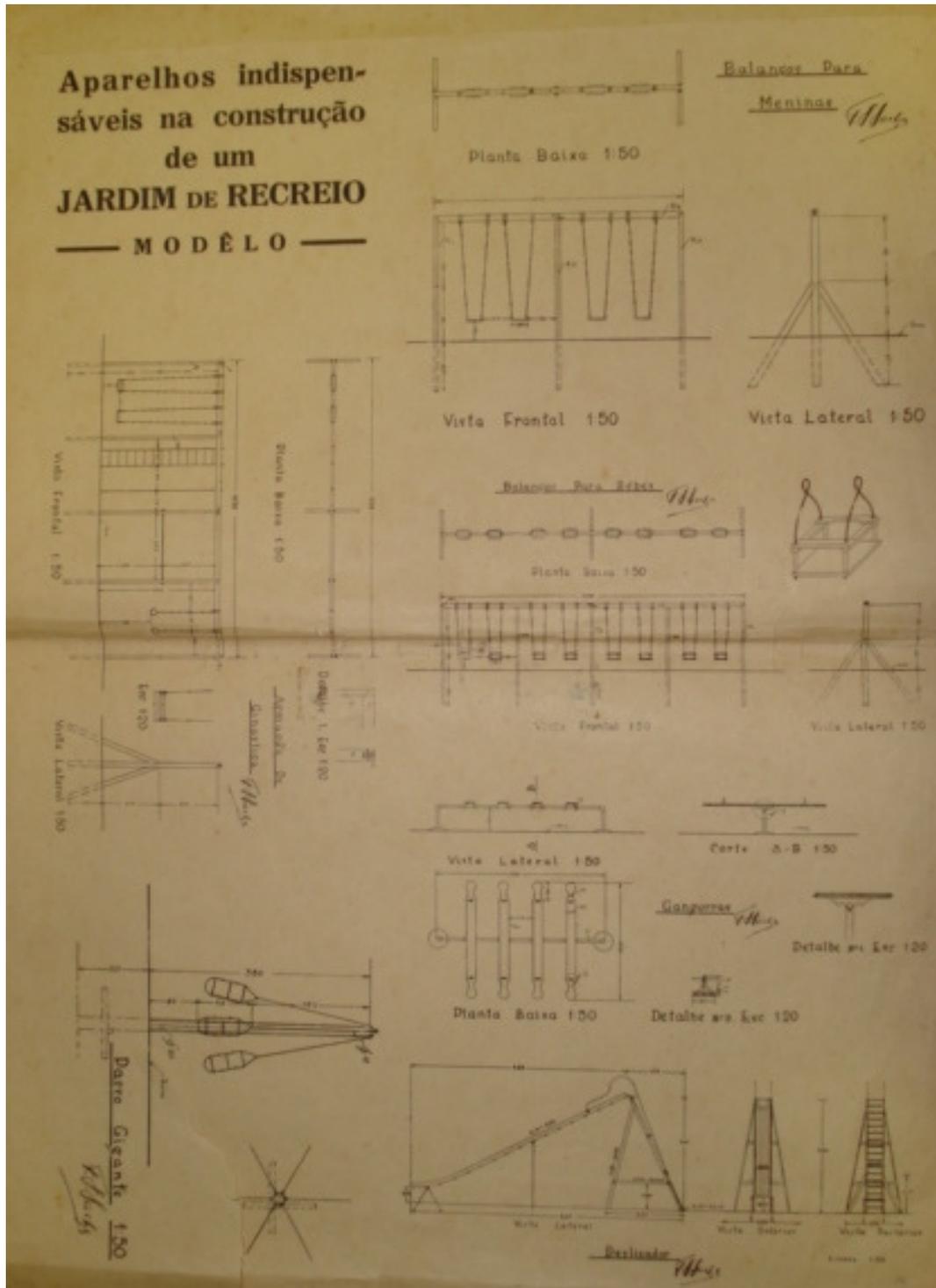


Ilustração 3 – Planta modelo de aparelhos indispensáveis para construção de um Jardim de Recreio. s/d. Fonte: Acervo CEME /ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

Entendemos então que os primeiros Jardins de Recreio e Praças de Desportos e foram doados a população, mas com a necessidade de um controle e organização que ficou sob o ponto de vista administrativo subordinado á direção dos municípios. Com o decorrer do tempo, as formas de controle e organização foram aprimoradas por especialistas no assunto. As características foram sendo aprimoradas e os Jardins de Recreio passavam a contar com espaços delimitados e aparelhagens adequadas para as práticas corporais e esportivas.

Em 30 de Dezembro de 1928 é noticiada a criação do Jardim de Recreio da Praça de Desportos nº 4 – José Montaury, com ênfase para a qualidade atingida em pouco tempo de implantação do serviço. Esta praça tinha uma aparelhagem moderna, localização privilegiada e ótimo espaço físico para práticas corporais e esportivas diversas, conforme podemos perceber na citação abaixo:

“Dividir-se-á em secções masculina e feminina, tendo cada uma dellas pavilhões, canchas e aparelhos gymnasticos. Este como dissemos, localizado na zona da Independência e Moinhos de Vento virá proporcionar uma recreação sadia aos jovens dessa parte da cidade. Nas suas três canchas de tennis, basket-bal, volley-ball, base-ball, chuveiros e demais installações encontrarão todos o sufficiente com que occupar-se” (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d).



Ilustração 4 – Praça de Desportos José Montaury. s/d.
Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.

Sobre a organização dos trabalhos nas praças encontramos em relatório realizado pelo Professor Gaelzer e direcionado ao Intendente em exercício a descrição das atividades nestes espaços. Previa-se, então, atendimento a todas as idades:

“Pela manhã, das 6h às 7h30min, as pessoas idosas tem oportunidade de fazer os seus exercícios físicos; das 8h às 11h funcionará, sob a orientação de uma professora, o Jardim de Infância para as crianças menores de 12 anos. Neste recanto infantil aparelhado com tanque de patinar, balanços, gangorras, trapézios e argolas, acontecem os jogos para os menores que ainda não freqüentam as escolas. À tarde, das 15h às 18h, os escolares que já estiverem livres de suas tarefas procuram as praças e começa então nova fase de atividades no Jardim de Recreio. Nos gramados e nas quadras de voleibol, o instrutor organiza jogos que unindo os jovens da mesma idade exalta o conagraçamento das equipes. A partir das 18h, com o encerramento do trabalho no comércio, a praça volta suas atividades aos que até esta hora trabalham, pois com o encerramento das fabricas e casas comerciais, começa a afluência dos trabalhadores que aproveitam as últimas horas do dia em atividades voltadas a competição entre os times existentes na praça, ora em torneios com os freqüentadores das outras praças.” (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d).

No contexto desta experiência institucional deflagrada em Porto Alegre, os significados de recreação foram construídos em estreita relação com a educação física e o esporte, em consonância com a política social e urbana propagada na época. Neste percurso, o Serviço de Recreação Pública preocupou-se, sobretudo, com a massificação das atividades físicas nos Jardins de Recreio, logradouros públicos destinados a promover a formação física, social e moral da população. Além disso, a recreação, tendo como matriz de pensamento, principalmente, a educação física, foi entendida como sinônimo de atividades físicas e culturais diversas. Essas atividades integravam, na visão das lideranças políticas, um programa completo de educação física. Neste trajeto, a recreação também foi vista como uma metodologia de trabalho diferenciada para a educação física fosse ela desenvolvida no âmbito do ensino formal ou da educação extra-escolar (GOMES, 2003).

Observamos a proximidade de localização dos Jardins de Recreios com as escolas, sendo que os primeiros aparecem como uma extensão dos objetivos de formação dos espaços educacionais nos espaços de lazer. Os quatro Jardins de Recreio construídos até o final dos anos 1920 estavam localizados próximos de escolas como refere a citação a seguir:

Assim é que o jardim de recreio nº 1 situado na Praça General Osório, faz frente ao Colégio Fernando Gomes e dista somente quatro quadras da Escola Normal do Gymnasio Anchieta do Colégio Nossa Senhora do Rosário e do Colégio Elementar.

O jardim de recreio nº 2 localizado na Praça General Pinheiro Machado fica ao lado do Colégio e Seminário Evangélico e a duas quadras do Colégio Metodistas. O jardim de recreio nº 3 que ocupa a Praça Florida fica ao lado do futuro Colégio da Cooperativa dos empregados da viação férrea.

O jardim de recreio nº 4, também denominado Dr. Montauray, dista somente uma quadra do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, duas quadras do Colégio Espírito do Nazareno e a quatro quadras do Colégio Porto Alegre e da Instituição Pia Chaves Barcellos. (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d)

A Praça de Desportos passou a ser vista em função da valorização da Educação Física, como complemento da escola, a qual estava fortemente unida, pois foi transformada em Praça de Educação Física. Assim o programa de Educação Física da escola e o da praça obedecia a mesma orientação e, tendo o mesmo fim, foram fundidos num único. As praças mantinham ligação íntima com a escola. Eram locais espaçosos, que tinham um programa e proporcionavam aos freqüentadores alegria pela prática de jogos e atividades ao ar livre.

Em palestra proferida pelo Professor Gaelzer (GAELZER, 1975) encontramos a afirmação de que os Jardins de Recreio eram freqüentados, diariamente, por mais de mil pessoas, e que a média de freqüência mensal era de 25.000 crianças e jovens, distribuídos em turmas ao longo do dia (WERNECK, 2002). Nos documentos pesquisados no CEME/ESEF/UFRGS, encontramos registros da freqüência destas praças em gráficos e tabelas como podemos observar a seguir.

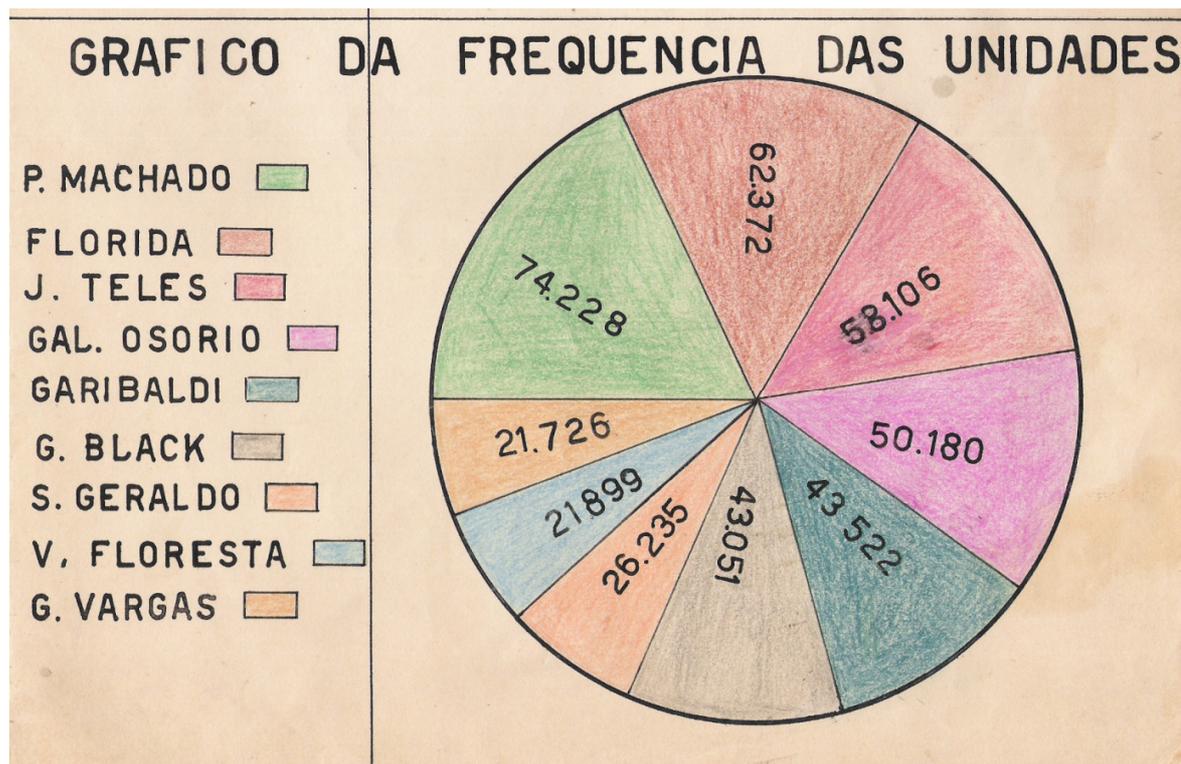


Ilustração 5 – Gráfico de frequência nas praças. s/d.

Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

Em documento dirigido ao Sr. Acylino Carvalho, Diretor Geral de Obras e Viação, no qual não consta a autoria, encontramos relatório sobre os Jardins de Recreio que acreditamos ter sido redigido pelo Professor Gaelzer. Ressaltamos a seguir trecho que trata do controle de frequência, registro dos participantes assíduos nos dois primeiros Jardins de Recreio inaugurados em Porto Alegre:

Tenho o prazer de apresentar-vos o relatório dos serviços e movimento dos Jardins de Recreio que há quasi um anno se vêm construindo nesta Capital por ordem do Sr. Dr. Intendente [...] Para facilitar a fiscalização temos todos os freqüentadores assíduos registrados e classificados em categorias. A secção feminina está dividida em meninas e moças e a secção masculina em três categorias: meninos (de 12 a 14 anos), rapazes (15 a 17) e moços (18 a 25). Apesar de apenas um ano de funcionamento destes jardins torna-se digno de nota o cavalheirismo com que se batem as diversas turmas (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d).

As Praças de Recreio corresponderam as expectativas do município, verificando-se em todas elas, segundo os registros encontrados, grande frequência. Justamente, a estas construções das relações cotidianas influenciadas pelas

práticas habituais, das rotinas, que queremos chamar atenção. A afluência citada nos relatórios nos leva a ver um nível de integração social que se dava nos espaços da praça alimentados por sua organização, estrutura e processos.

Elias (1980) destaca a necessidade de a análise passar gradativamente da perspectiva da ação para a função. O autor alerta que o conceito de função não deve ser interpretado como uma expressão de desempenho de uma ação unitária, mas sim como um termo que deve ser compreendido de forma relacional, principalmente com o poder (ELIAS, 1992). Com o desenvolvimento e as transformações ocorridas no processo de modernização da cidade de Porto Alegre podemos observar mudanças no estilo de vida imperante e nas configurações sociais existentes relacionadas diretamente com o controle social eficaz das massas. Este cenário favorecia o surgimento das opções civilizadas e controladas de entretenimento e lazer.

As Praças de Desporto foram símbolo desta organização e controle já que no desenrolar das atividades nestes espaços consolidavam-se estes mecanismos. A oferta do lazer como ação existia, e sua função era controladora. Nota-se, pois que os próprios hábitos de lazer na cidade suplantavam os antigos que foram sendo substituídos como, por exemplo, as festas populares pelo baile dançante no clube, a sessão do circo de rua pela matinê no cinema, com evidências de um autocontrole mais efetivo dos indivíduos durante o convívio social no lazer. Das praças existentes, quatro já possuíam aparelhamento completo, proporcionando não só aos jovens como as crianças horas de recreação e, ao mesmo tempo, de prática corporal e esportiva.

No ano do segundo aniversário da instalação da primeira Praça de Desportos General Osório foi realizada uma solenidade em comemoração ao sucesso do projeto. Encontramos o convite para esta solenidade com data de 16 de Agosto de 1929, conforme imagem a seguir:

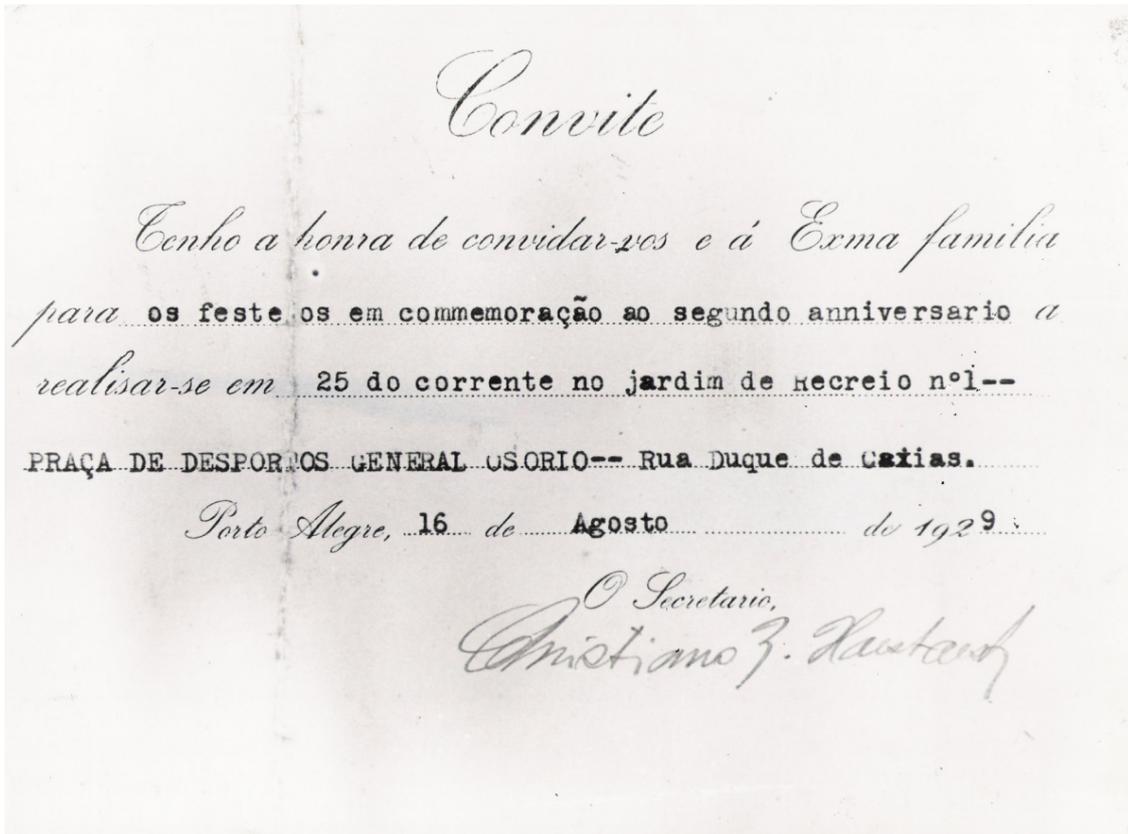


Ilustração 6 – Convite para festejos do segundo aniversário de inauguração da Praça de Desportos General Osório datado de 16 de Agosto de 1929. Fonte: Arquivo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

A organização de eventos sociais servia para aproximar e fortalecer os vínculos existentes entre os freqüentadores da praça. Os organizadores comemoravam os aniversários de um projeto de sucesso e a experiência dos jardins de Recreio em Porto Alegre ganhava defensores também nos jornais da cidade. Ao tratar sobre um problema suscitado pela prisão de uma quadrilha de meninos de 11 a 15 anos, aos quais a policia soltou por não saber que destino dar-lhes, o Diário de Noticias, em coluna chamada “Em torno do lar”, assinada por Eula K.Long aborda a importância dos espaços públicos de lazer e apresenta as praças como uma medida para evitar o desvio de conduta e a delinqüência juvenil:

Esse deverá interessar bastante a nós, os de Porto Alegre, e alegrar-nos o saber que já temos em mãos o principio daquillo que poderá tornar-se um poderoso factor para a preservação da nossa juventude. [...] Aproveitamos, pois, a experiência desses grandes centros, que vêem nas suas praças de recreio, devidamente dirigidas, não um luxo ou um ornato da cidade, mas sentinellas e guias que protegem a juventude do paiz contra os inimigos da sua

ordem e sua moral. Oxalá a mesma convicção se arraigue nas mentes dos nossos dirigentes! (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d).

A revista do Globo, na sua edição de 11 de Setembro de 1937, em uma matéria específica sobre as Praças de Desportos/Educação Física, ressalta a importância da recreação pública gratuita como parte integrante na vida dos povos civilizados. Pondera que a Praça de Educação Física funcionando ao lado da escola, a qual era considerada elemento indispensável, servia nas horas em que esta não funcionava, de centro de recreação pública da juventude e ponto de reunião social de adultos do bairro. Passando o intervalo das aulas numa praça destas, as crianças teriam verdadeiros tempos de reparação física proporcionando um recreio ordenado e produtivo. E, além disto, não só as crianças e jovens se beneficiariam deste espaço como podemos ver na publicação citada: “o homem hodierno póde, nas horas de lazer, fugir ao bulício da cidade e entregar-se a uma sadia recreação que lhe retempere o corpo e a alma para prosseguir na luta pela vida” (MAZO, 2005)

Propagando o desenvolvimento de normas de conduta social que inibiam as demonstrações espontâneas de emoções, conformando hábitos culturais civilizados e padrões de relacionamento que eram internalizados pelos indivíduos logo depois de reproduzidos, as Praças de Desportos eram espaços de controle social eficaz através da mudança de estilo de vida impulsionada pela modernidade. A sociedade moderna reservou para o lazer a satisfação da necessidade que os indivíduos têm de experimentar em público a explosão de fortes emoções, sem com isso perturbar ou colocar em risco a organização da vida social. As rotinas das práticas corporais e esportivas nas praças garantiam este nível elevado de segurança aos indivíduos e as instituições possibilitando a integração e formando uma rede de ligações.

Falemos então sobre as praças olhando mais de cima, como se sobrevoássemos Porto Alegre. Na reprodução dos mapas a seguir, documentos datados de 1932, que foram localizados no acervo do Museu Moysés Velinho, pela Professora Janice Zarpellon Mazo, podemos observar as áreas específicas para a recreação, demarcadas no período.



Ilustração 7 – Planta da cidade de Porto Alegre (1932) e suas áreas de recreação
 Fonte: Arquivo Histórico Moysés Velinho

No próximo mapa estas áreas aparecem divididas em Praças de Educação Física, campos de futebol, estádios, clubes de remo, praias para banho, áreas de recreação e jardins públicos. Evidencia-se que um grande espaço da cidade estava voltado para o lazer e a recreação que através do Serviço de Recreação Pública era administrado e gerenciado para continuar o processo de padronização e inserção da cultura do lazer na cidade de forma organizada.

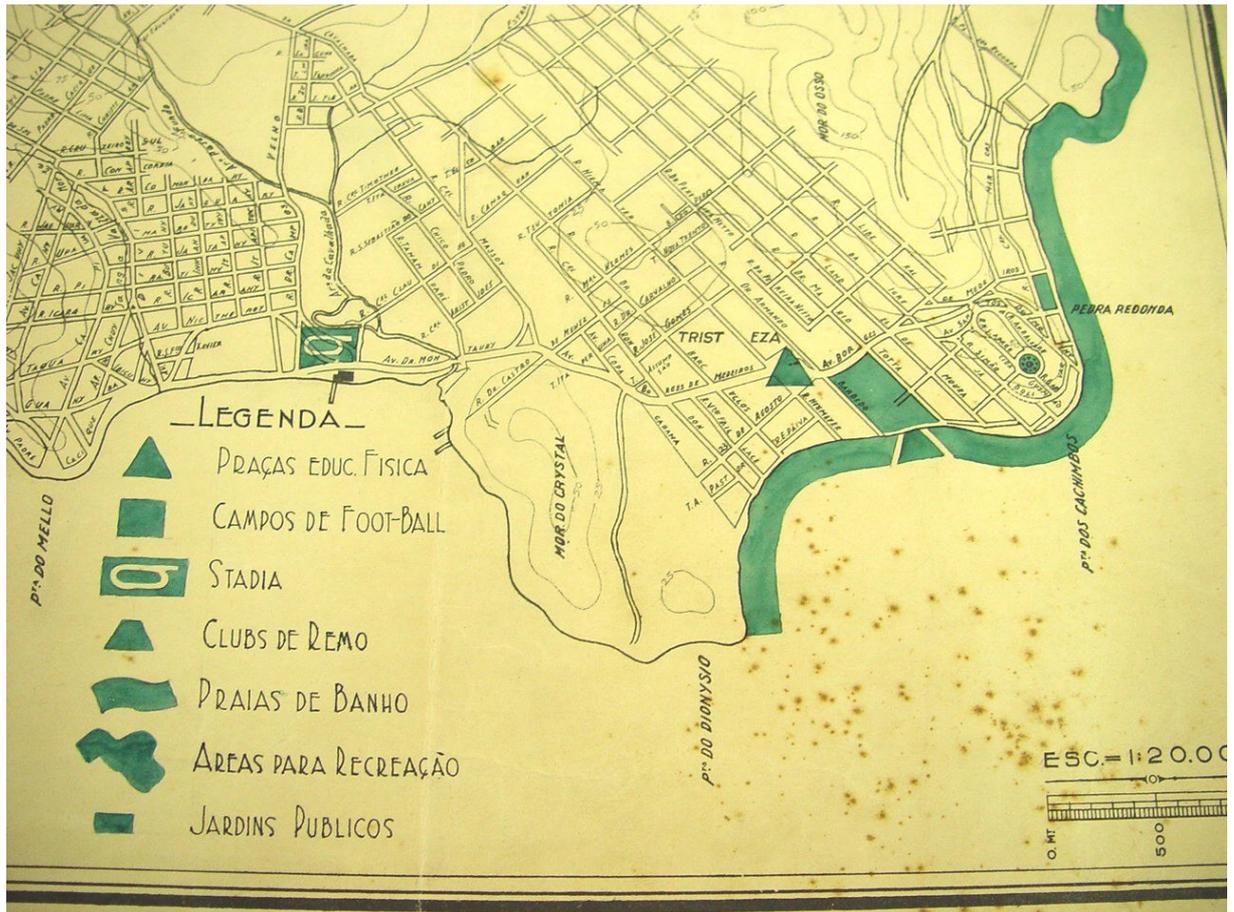


Ilustração 8 – Planta da cidade de Porto Alegre (1932) com a localização das áreas de lazer destacando-se as Praças de Educação Física e as áreas de recreação.
Fonte: Arquivo Histórico Moysés Velinho

O fato de que o núcleo do projeto de modernização urbana estivesse centrado sobre a criação de praças abre o espaço para que as práticas instituídas nestes espaços se afirmem. Constatamos a caminhada progressiva para instaurar a prática recreativa na cidade de Porto Alegre quando vemos no próximo mapa que, em 1932, dez praças já estavam em funcionamento, uma em construção e duas em projeto. Observamos que pela ordem, as praças foram criadas, ocupadas e por serem organizadamente utilizadas pelo serviço de recreação pública incitaram a criação de novas praças. Chamamos atenção para uma delas em especial: Praça de nº 13. Mesmo sendo apenas o projeto de uma futura praça já tinha recebido o nome de Praça Getúlio Vargas. Justamente neste momento começamos a encontrar nuances do nacionalismo que se instaurava no país, de forma mais contundente nas praças de Porto Alegre.

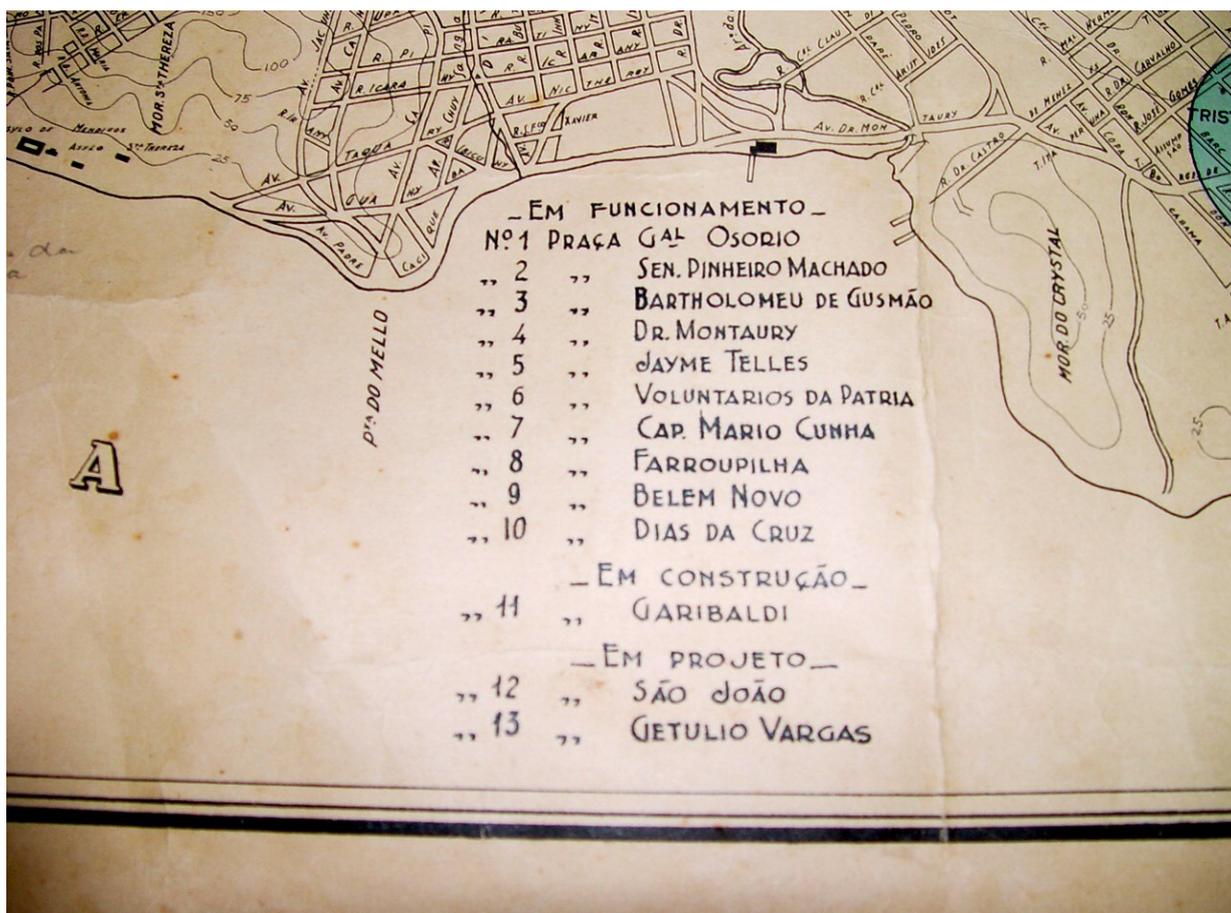


Ilustração 9 – Planta da cidade de Porto Alegre (1932) destacando-se os nomes das praças em funcionamento, em construção e em fase de projeto. Fonte: Arquivo Histórico Moysés Velinho.

Até o presente momento constatamos as manifestações positivas das ações nas Praças de Desportos/Educação Física para o lazer das crianças, jovens e adultos que nela participavam das atividades dirigidas e orientadas. Porém, a manutenção destes espaços com o passar dos anos deixou de ser prioridade municipal, como podemos observar em uma carta enviada ao Diário de Notícias (s/d) endereçada a secção “A Cidade” com um relato do abandono em que se achavam as praças. A carta relata ações de depredamento como o arvoredo que recentemente plantado em volta da Praça Florida estava quase todo destruído pela falta de cuidado, e inclusive o desaparecimento de quase todo o gradil em torno desta praça. Ressalta o autor na carta que era um contraponto ao fim a que foi criada e também a intenção do prefeito Octavio Rocha que viabilizou sua instalação e acreditou estar dotando a capital de um melhoramento proveitoso para a infância, proporcionando-lhe de um modo eficaz de desenvolvimento físico e que pela falta de cuidado, ia ficando ao abandono.

Os gastos para sua criação, mais de 500 contos de réis, e para manutenção com funcionários, superior a um conto de réis por mês também são mencionados inclusive como denuncia de descaso já que a soma parecia ser vultosa para a época. Sugere o autor da carta que, a permanecerem os jardins em abandono, sem fiscalização direta da seção de obras do município era preferível transformá-los em jardins públicos de passeio, com arvoredo e vegetação agradável ou, então, entregá-los á fiscalização direta dos subintendentes dos distritos, que por estarem mais perto poderiam melhor reparar por esses logradouros públicos.

Lendo esta carta, entretanto, uma referência nos chamou muito a atenção. O autor na tentativa de responsabilizar alguém pelo abandono em que se encontravam as praças traz revelações que nos fazem transcrever parte deste texto:

[...] O [jardim] de São João, que tem o nome de Pinheiro Machado, está completamente abandonado e o da Florida não reúne mais a multidão de crianças que antes ali passavam horas na mais pura alegria, dos rapazes e das meninas que, com os seus torneios de “baskett-ball” e “volley-ball” faziam o encanto do local. Antes, duas ou três vezes por semana era a praça aberta a noite, até ás 9 ou 10 horas, para que se entregassem os seus freqüentadores aos torneios desportivos. Agora nada mais disso há, porque um senhor com cara e modos de estrangeiro, que diz ser o director, parece ter emburrado com a petizada. [...] Com um pouco de animação, por não ter sido attingido pela birra do director, há o jardim do Alto da Bronze, mas esse mesmo já não reúne, como noutros tempos, o entusiasmo dos seus freqüentadores (Diário de Noticias, s/d).

Neste trecho podemos observar além de uma reclamação quanto a manutenção estrutural do espaço físico, uma reclamação pessoal. É fato que a conservação não era a mesma do período inicial da instalação das Praças de Desportos. Mas também o descaso que tomava conta dá características de abandono por parte da municipalidade que tinha nestas praças até pouco tempo tanto apreço.

Sendo a municipalidade representada pelo diretor das praças e Jardins de Recreio, também responsável pela organização e desenvolvimentos das atividades locais, entendemos que esta reclamação estava voltada ao Professor Gaelzer ratificada pela frase “senhor com cara e modos de estrangeiro”. O que podemos entender nesta afirmação é que as características físicas da etnia alemã do Professor Gaelzer eram citadas para identificá-lo na carta, como imigrante alemão

ou descendente destes (teuto-brasileiros) justamente no período que precedia a “onda nacionalista” no Brasil (GERTZ, 1991). Nesta época intensificavam-se os discursos questionadores das diferenças culturais, que eram marcantes nos teuto-brasileiros em todo o território nacional. Entretanto, cabe lembrar aqui, como já o dissemos anteriormente, que o Prof. Gaelzer era cidadão brasileiro, nascido em Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul.

Nessa perspectiva estava em jogo a formação e definição do “ser brasileiro”, não admitindo a pluralidade étnica e em oposição ao “ser estrangeiro”. Esta construção passaria principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, dos hábitos, da língua e da ideologia. A uniformização cultural implicava na exclusão dos “estrangeiros” entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização que será abordado no quinto capítulo. Schwartzman (2000, p. 166-167) ressalta que a amplitude do que era ser considerado estrangeiro poderia fugir à simples e direta vinculação à pátria de origem. Sendo uma estigmatização político-ideológica, cidadãos brasileiros poderiam ser considerados como tal se discordassem da doutrina oficial.

De fato, quanto aos procedimentos e atitudes do Prof. Gaelzer, não relata a carta uma discordância as regras em vigor neste período. Contudo é utilizada a prerrogativa de que, somente por ser descendente de alemães, já se considerava em posição a ser questionada. Como se manifestava publicamente uma opinião em desagrado, o fato de “ser” tornava-se ponto passível de ataque. Mesmo assim, apesar desta condição de teuto-brasileiro, portador dos “modos de estrangeiro” reconhece o autor da carta o bom trabalho levado a efeito nas Praças de Desportos. Na carta consta ainda referência aos momentos de alegria em que moças e rapazes passavam nas praças disputando torneios de basquetebol e voleibol realizados à noite, até às 21h ou mesmo até 22h, duas ou três vezes por semana, encantando aos que assistiam. Estes torneios que aconteceriam na praça foram mencionado em um dos convites para a Festa da Primavera como observar a seguir.

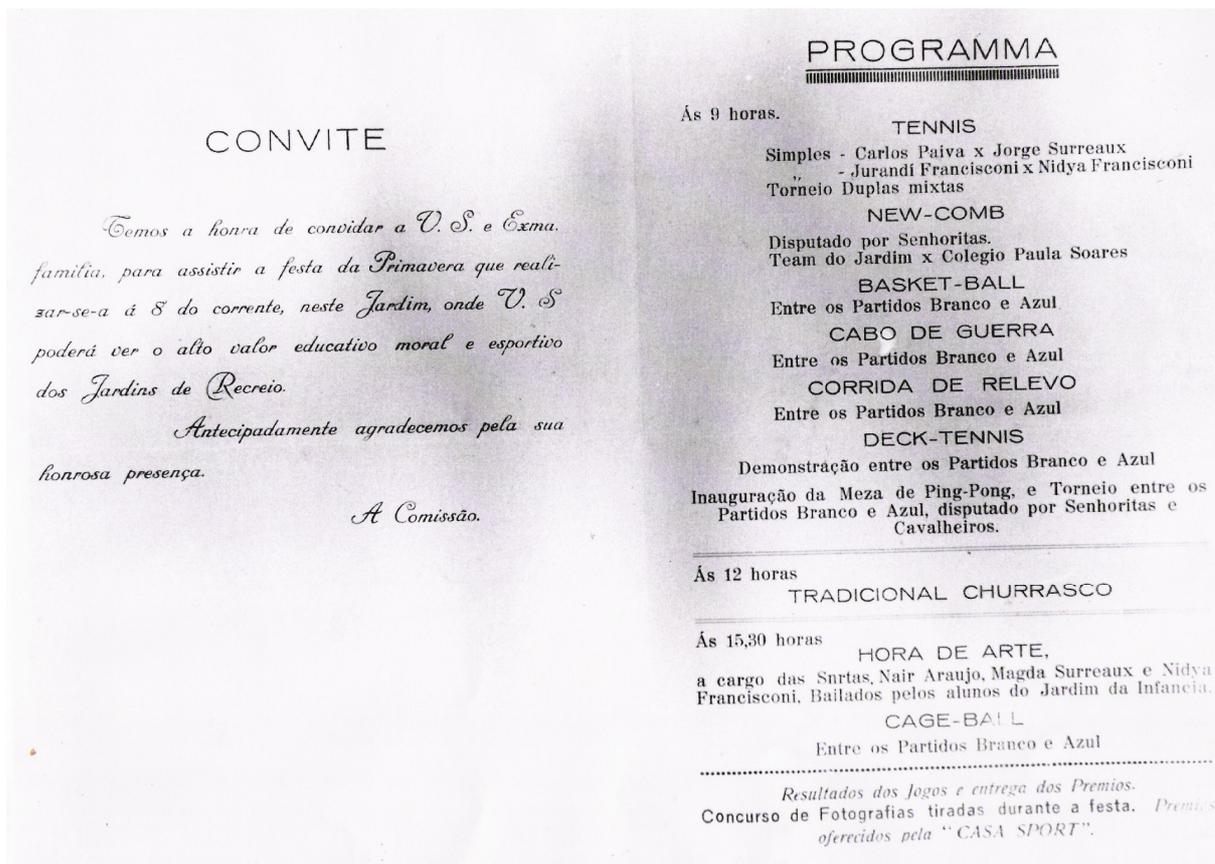


Ilustração 10 – Convite para a Festa da Primavera em um dos Jardins de Recreio constando competições entre o *team* da praça e Colégio Paula Soares. s/d. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.

Mas a carta ainda nos guarda uma importante informação quando diz que o Professor Gaelzer ficou “embirrando com a petizada” privilegiando alguns freqüentadores quanto à utilização dos espaços esportivos da praça. Salientamos isto, pois constatamos que existia uma intenção clara do Professor Gaelzer em estimular a formação de equipes para competição nas praças. Desde o primeiro ano as praças já eram representadas por suas equipes em competições interpraças.

No próximo capítulo abordaremos nossas constatações quanto à condução desta ação nas praças. O que se pode ver até aqui é que, de um espaço destinado para o lazer e recreação de todos – concepção original das Praças de Desportos e dos Jardins de Recreio – começava a forjarem-se espaços para a formação de “atletas” que sediados em suas praças, nelas treinavam e a elas representavam. Um indício que nos fez buscar respostas para a possibilidade de, a praça de todos, estar transformando-se na praça de alguns. Começava a surgir então, para além dos clubes esportivos, os *clubs* das praças de Porto Alegre.

5 OS CLUBS DA PRAÇA

A organização das “Praças de Desportos” realizada pelo professor Gaelzer era notável. Para facilitar o controle e a própria fiscalização todos os freqüentadores assíduos eram registrados e classificados em categorias. Segundo as anotações e relatórios encontrados a secção feminina estava dividida em meninas e moças e a secção masculina em três categorias: meninos (de 12 a 14 anos), rapazes (15 a 17 anos) e moços (18 a 25 anos).

Assim cada praça, para participar dos campeonatos que se realizavam, poderia formar os seus *clubs* representantes. A organização dada permitia que cada categoria tivesse direito a formar em cada jardim, dois *clubs* esportivos. Todos os *clubs* tinham organização autônoma estando, porém, sempre fiscalizados pelo instrutor da Praça de Desportos, que deveria fazer parte de todas as comissões.

Com base nos documentos e publicações de jornais encontrados no CEME/ESEF/UFRGS organizamos um quadro onde se encontram relacionados os *clubs* formados nas praças:

Nome da Praça	Nome dos <i>clubs</i> das praças
Jardim Nº 1 - Praça General Osório ou Praça do Alto da Bronze	Club Athletico Marechal Deodoro Athlético General Osório Grupo dos Solteirões Honestos Grupo Athletico Jovial Gaúcho Volleyball Club
Jardim Nº 2 - Praça Pinheiro Machado	Grêmio Athletico Cruzeiro do Sul Athletico Rio-grandense Athletico Botafogo Athletico General Pinheiro Machado.
Jardim Nº 3 - Praça Florida	Athletico Flamengo Bataclan Volley Ball Club Florida Volleyball Club Jabú Volleyball Club Esportivo Sul América

Quadro 1 – *Clubs* formados nas Praças de Desportos e Jardins de Recreio números um, dois e três.

Os *clubs* que representavam as praças eram formalmente criados e registrados para conhecimento da organização do serviço de recreação pública. Formados por jogadores e por componentes de diretoria, os *clubs* ao comunicar sua fundação deixavam registrados seus integrantes. Encontramos nos arquivos do CEME/ESEF/UFRGS o cartaz e o ofício comunicando a criação do *Bataclan Wolley-Ball Club* que representava a Praça de nº 3 – Praça Florida com data de 24 de Julho de 1927 no mesmo ano da criação desta praça.

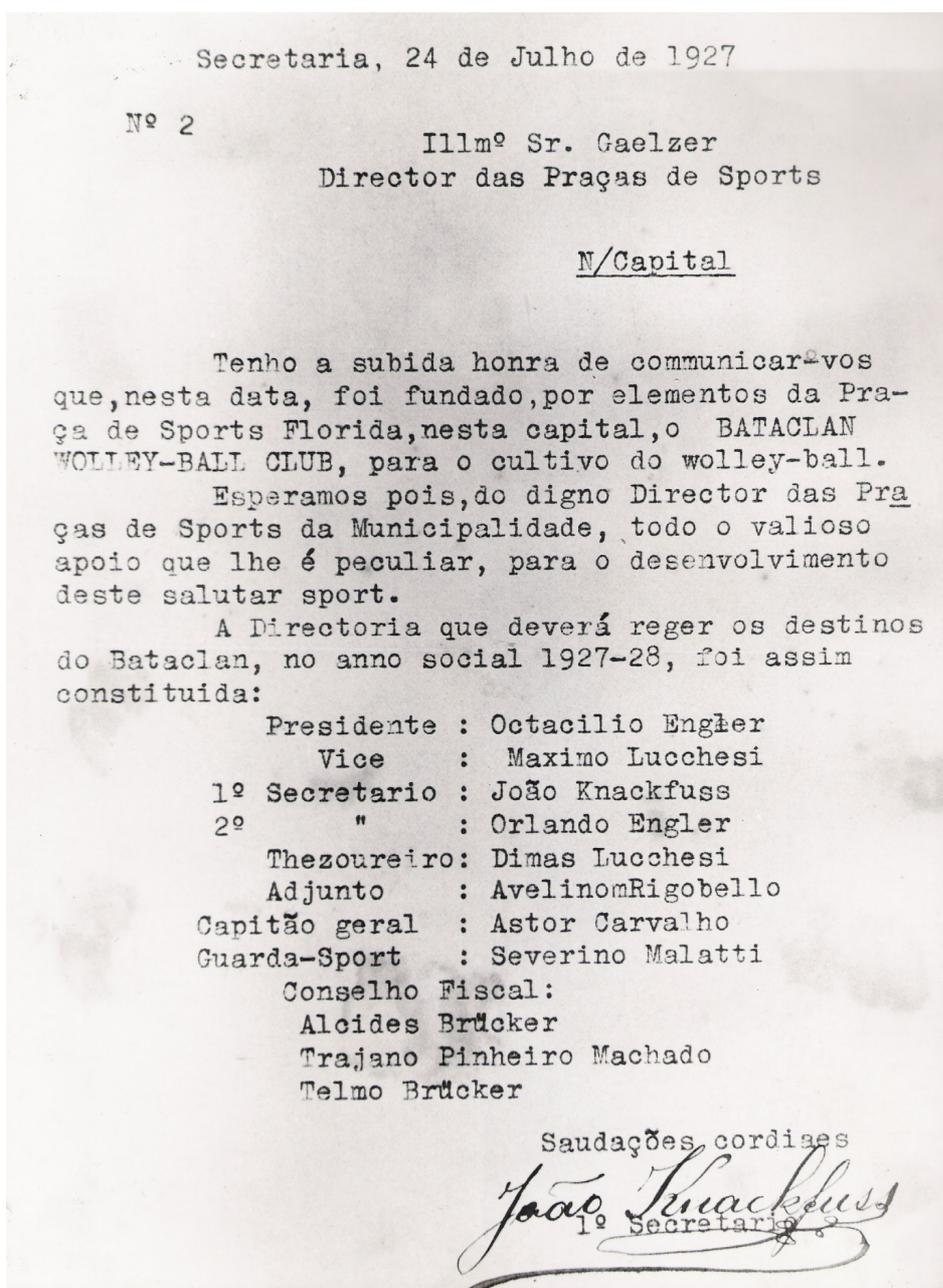


Ilustração 11 – Ofício de fundação do *club* da Praça Florida, *Bataclan Wolley Ball Club* em 27 de Julho de 1927. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

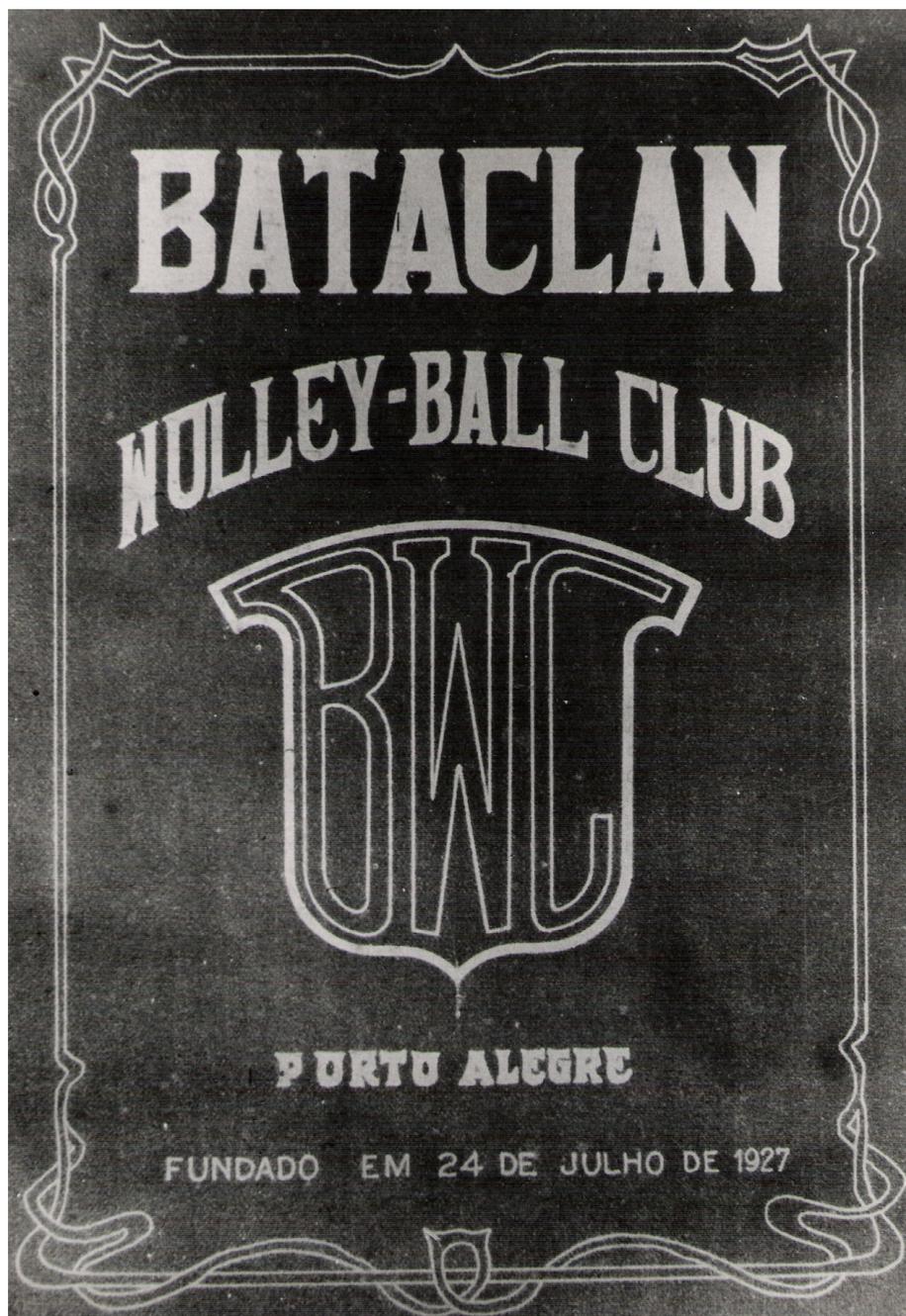


Ilustração 12 – Cartaz do *Bataclan Wolley Ball Club* fundado em 24 de Julho de 1927.
Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

Os *clubs* das praças registravam nos jornais da cidade seus atos, como por exemplo, a fundação, comunicados de assembléias, nova diretoria e datas das competições esportivas entre equipes. Destas publicações localizadas no CEME/ESEF/UFRGS podemos cruzar dados de dois *clubs* formados em praças, *Club Atlético General Osório* e o *Gaúcho Wolley-ball Club*, que registraram em assembléia sua mesa diretora com os mesmos cargos manifestando assim a

organização que se dava ao fundar um clube da praça, como mostramos no quadro a seguir:

	<i>Club Athletico General Osório</i>	<i>Gaucha Wolley-ball Club</i>
Nome da Praça	General Osório	General Osório
Presidente	Wilson Freitas Maciel	Macahé Contreiras
Vice-Presidente	Miguel de Castro Martins	Neolon Pio da Silva
Período/Gestão	22/08/1929 a 22/08/1930	Não encontrado
Secretário	Paulo Soares	J. M. Kaenzel
Tesoureiro	Pedro Caputti	Felix Goya
Capitão Geral	Antonio Silva	Emilio Stoll
Capitão de <i>Team</i>	Luiz Romano	Lourival Zanini

Quadro 2 – Relação de dirigentes, gestão e praças dos *clubs Gaucha Wolley-ball Club e Club Athletico General Osório*.

Muitos embates esportivos foram realizados nas praças e para citar alguns exemplos destacamos: Campeonato Popular de Basquete (1938); Torneio Universitário de *Football* (1938); Torneio de Vôlei Feminino (1940); Grande Corrida Rústica "Semana da Pátria" (1939); Torneio de Basquete e Vôlei da Praça Dr. Montauray (1938) e o Programa de Recreação na Praça Pinheiro Machado em homenagem aos garotos vendedores de jornais (1938/1939) (PIMENTEL, 1945; MAZO, 2007). Estas diversas competições nos remetem ao entendimento de que as praticas corporais e esportivas constituídas como modernas atividades de lazer cumpriam seu papel liberando as tensões do estresse cotidiano, permitindo as manifestações de sentimentos guardando a integridade física e moral das pessoas dentro da ordem imperante (ELIAS & DUNNING, 1992).

Entendemos que a idéia dos *clubs* nas praças já era nascente desde a criação dos primeiros Jardins de Recreio estimulada pela idéia de que a educação corporal e moral da juventude, além da escola, deveriam estender-se às praças, parques e *clubs* através das competições esportivas especialmente voltadas para a juventude.

O Voleibol, como foi possível observar no quadro dois, já era praticado em Porto Alegre com verdadeiro entusiasmo. Pela iniciativa do Professor Gaelzer foi organizado o "Campeonato Municipal de Volley-Ball" na cidade. Esse campeonato disputado em duas categorias, de rapazes e moças, poderia ter inscritos em cada

praça uma equipe somente e por este motivo foram realizadas eliminatórias entre os *clubs* nos Jardins de Recreio, a fim de ser apurado o campeão de cada praça, o qual disputaria a prova final no campeonato municipal. Aquilatamos a importância deste evento quando encontramos em publicação de jornal a menção sobre a entrega da premiação aos vencedores com a presença do Intendente Municipal Dr. Octavio Rocha:

Aos vencedores, a municipalidade oferecerá uma taça, que será entregue pelo Dr. Octavio Rocha, intendente municipal, no dia do encerramento do campeonato que será no jardim de recreio “Dr. Montaury” (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS).

Como temos constatado a organização com que se davam as atividades nas praças também ficou registrada nos programas impressos que eram elaborados com um roteiro sobre os acontecimentos naquele dia aprazado. Encontramos um exemplo na imagem a seguir onde vemos o programa de um dos eventos realizados nas Praças de Desportos. Na descrição deste programa as atividades que seriam voltadas aos menores, meninos e meninas, foram relacionadas como corrida em 75 metros, capitão soldado ladrão, corrida em pneus, jogo das batatas, circulo, salto em distancia, cabo de guerra.

A categoria de “rapazes” com atividades já voltadas aos moldes esportivos como corrida em 100 metros, salto em distancia, lançamento de bola, entre outras. E a categoria de “senhoritas” com corridas de agulhas e de velas, descrição condizente a preservação de sua feminilidade, apesar da prova. Todas estas eram sempre dedicadas em homenagem a nomes de expressividade na cidade. Fato interessante é que, nestes roteiros as dedicatórias sempre vinham seguidas simplesmente do nome a honrar.

Na imagem a seguir nos chama a atenção a terceira modalidade para rapazes “lançamento de bola” onde encontramos a frase: “dedicada ao esforçado Director da Praça, Sr. Guilherme Gaelzer”. De fato seu esforço parece-nos incontestado. Entretanto não encontramos quem organizava e mandava à impressão este programa, para termos a possibilidade de comentar, no caso de ser uma confecção organizada pelo prof. Gaelzer, se este fato dava-se em defesa própria do autor ou, se feito por outrem, em homenagem prestada a ele. Agora, nesta mesma imagem, chamamos a atenção para o “Torneio de Volley-Ball” disputado entre os times das praças Jahú e Sul América; e Bataclan e Florida.

<p style="text-align: center;">Categoria de menores (meninos e meninas)</p> <p>Corrida em 75 metros, dedicada ao Sr. Prudencio de Lima Capitão soldado ladrão, dedicada ao Sr. Felix Monteiro Jr. Corrida com pneus, dedicada ao Sr. Antonio Rossato Jogo das batatas, dedicado ao Sr. Alvaro Prétz Circulo, dedicada ao Sr. Francisco Umann Salto em distancia, dedicado ao Sr. Luiz Corrêa Cabo de Guerra, dedicada ao Sr. Alcides Brückner</p> <p style="text-align: center;">Categoria de rapazes</p> <p>Corrida em 100 metros, dedicada ao Sr. Orestes Bueno Corrida em Sacco, dedicada ao Sr. Francisco Matte Lançamento da bola, dedicada ao esforçado Diretor da Praça, Sr. Guilherme Goelzer Salto em distancia, dedicado ao Sr. Oswaldo Amorim Corrida de cigarro, dedicada ao Sr. Marino Eichenberg Corrida de 3 pernas, dedicada ao Sr. Maximo Lucchese Corrida de obstaculos, dedicada ao Sr. Adroaldo Fachel</p> <p style="text-align: center;">Torneio de Volley-Ball</p> <p>3 partidas de volley-ball em homenagem ao Presidente do Florida Volley-Ball Club, Sr. Alberto Knackfuss</p> <p>A — Eliminatória entre Jahú e Sul America B — Eliminatória entre Bataclan e Florida C — Final entre os vencedores da primeira e segunda</p> <p style="text-align: center;">Categoria de senhoritas</p> <p>Corrida de agulha, dedicada a Exma. Sra. D^a. Olivia Lucchese Corrida da vela, dedicada a Sta. Elvira Signoretti</p>		<p style="text-align: center;">COMISSÕES:</p> <p>Director geral do torneio: Snr. Octacilio Engler Director das provas: Sr. Betiöl</p> <p style="text-align: center;">DISTRIBUIÇÃO DE PREMIOS:</p> <p>Sta. Ricardina Prétz Sta. Wally Humann Sta. Elvira Lignorette Sta. Alda Nascimento Sta. Diva Lucchese Sta. Alice Lucchese Sta. Fantina Nascimento Sta. Ondina Brückner Sta. Angelina Rossato Sta. Ondina Pires Martins Snr. João Knackfuss Snr. Astor Carvalho</p> <p style="text-align: center;">JUIZES DE SAHIDA:</p> <p>Alberto Knackfuss Silveria Sobrinho</p> <p style="text-align: center;">JUIZES DE CHEGADA:</p> <p>Orestes Bueno Alcides Brückner</p> <p style="text-align: center;">JUIZES DE RAIA:</p> <p>Astor Carvalho Orlando Engler Severino Meletti Affonso Vanoni</p> <p style="text-align: center;">Chronometrista: Dimas Lucchese Inscrições: Victorino Cavedon</p>
---	---	--

Ilustração 13 – Programa das atividades realizadas no Jardim de Recreio Florida. s/d.
Fonte: CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob titulo Recreação Pública.

As duas imagens a seguir nos trazem a memória um momento especial durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Ao nos deparar com as fotografias dos times formados nas praças nos chamaram atenção alguns detalhes. Os integrantes perfilados seguravam as flâmulas que através das inscrições “Praça numero 2” e “Praça numero 3” delimitam seu espaço. Começamos e perceber que, aquela ação registrada nas fotografias, deixava saber, a quem as manuseasse, a que ou a quem eles representavam. Quem eram de onde vinham e por quem lutavam.

Eram times ou *clubs* como eles mesmos se denominavam. *Clubs* de um lugar real onde poderiam experimentar as agruras e os prazeres salutareis das competições esportivas. *Clubs* de um lugar onde eram aceitos e tinha a importância de levantar sua bandeira, sua flâmula. Este lugar que estava para além das associações esportivas da cidade era a “Praça de Desportos”.



Ilustração 14 – Time de Basquetebol da Praça nº 3 Florida. s/d.
Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.



Ilustração 15 – Time de Voleibol da Praça nº 2 Pinheiro Machado. s/d.
Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

De fato neste período as atividades esportivas na cidade eram organizadas, principalmente, por associações esportivas de origem alemã freqüentadas pela elite porto-alegrense. Elas caracterizavam-se pela importância dada ao culto do corpo e da mente, à educação moral da juventude, à obediência as autoridades, à valorização da cultura teuto-brasileira. Consideravam que o exercício físico regular contribuía para o processo de disciplinarização e militarização da sociedade, principalmente, dos jovens. Neste sentido o associativismo esportivo manifestou-se como importante mecanismo de preservação da identidade étnica e cultural pela difusão da ginástica alemã, de práticas esportivas, dos festivais de ginástica e manutenção do idioma (dialeto) alemão nas associações, fato observado, principalmente, nestas comunidades teuto-brasileiras.

As primeiras associações desportivas em Porto Alegre foram fundadas pelos teuto-brasileiros na segunda metade do século XIX, quando este grupo migratório já tinha superado a difícil fase da colonização e começava a dinamizar sua vida social (ROCHE, 1969). No período compreendido entre meados do século XIX e princípio do século XX foram organizadas 10 associações esportivas em Porto Alegre pela iniciativa dos teuto-brasileiros: *Turnerbund* (1867), *Von Musterreiter* (1885), *Ruder Club* (1888), *Ruder-Verein Germânia* (1892), *Club Walhalla* (1896), *Rodforvier Verein Blitz* (1896), *Deutscher Schristzen Verein* (1897), *União Velocipédica* (1899), *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense* (1903), *Fussball Porto Alegre* (1903) (MAZO, 2003).

Este número expressivo reforça a afirmação de que “as associações eram sustentáculos das tradições de origem” dos teuto-brasileiros na fase de adaptação ao novo país (SEYFERTH, 1990). As exigências estabelecidas para o ingresso nas associações teuto-brasileiras eram influenciadas pelos critérios de nacionalidade alemã. Para associar-se era necessário ser imigrante alemão ou teuto-brasileiro e pertencer à elite teuto-brasileira. As associações esportivas eram reconhecidas enquanto espaços da elite, cuja finalidade era tornar visível o lastro econômico, social e político do grupo, além da matriz cultural (SEYFERTH, 1990).

Já as equipes das praças, os *clubs* surgiram fora deste espaço e logo tomaram expressão esportiva. Seguindo a noção de Roger Chartier (1991) de representação, o pertencer ao *club* da praça, defendendo sua flâmula, treinando exclusivamente no seu espaço, são então, práticas culturais que estariam ligadas à representação cultural de identificação com este *club*. Entendemos que a cultura é uma construção que envolve intenção racional e não resulta de atos instintivos, mas

atos e valores significativos para um grupo. Através destes é que se dá a ler as intencionalidades de quem os produzem.

Destaque especial pode-se dar também ao fato de que, através das práticas corporais e esportivas realizadas nas Praças de Desporto da cidade, além de proporcionar um lugar adequado para a difusão de alguns esportes, vemos aparecer nestas os “atletas da praça” transformando-se em grandes nomes do esporte do nosso Estado.

Brauner (2005) revela que Wilson Santana Vieira, o Kalunga, que marcou época no Basquetebol, começou a jogar no basquete na Praça General Osório, a conhecida Praça Alto da Bronze. A partir da trajetória de Kalunga, iniciada em uma praça da cidade, é possível perceber que estes locais eram pólos de fomento de diversas práticas corporais e esportivas.



Ilustração 16 – Time de Voleibol da Praça nº 5 Jaime Teles. s/d.
Fonte: Acervo CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

Interessante encontrar esta característica de atleta de clube surgido na praça, para além dos espaços estabelecidos pelas associações esportivas, confirmando nossas desconfianças sobre estas práticas. Contudo, da mesma maneira, é

interessante e instigador encontrar os contratempos e percalços resultantes destas ações que nos faz olhar de diversos lugares uma mesma história.

A propósito da participação nos campeonatos esportivos das praças e seus *clubs* encontramos no acervo do CEME/ESEF/UFRGS em um artigo publicado no Diário de Noticias uma carta reclamatória dirigida ao Vice-Intendente Municipal em exercício Alberto Bins. Nesta carta, uma espécie de abaixo assinado, os reclamantes moradores das adjacências da Praça de Desportos Florida, abordavam o fato de o Professor Gaelzer, então Diretor de Esportes da cidade, ter inscrito os *clubs* de três praças na *Liga Athletica Rio Grandense* para participar do campeonato oficial de basquetebol da cidade. Com esta medida os reclamantes acreditavam que o diretor atentava contra os fins altruísticos que levaram a serem criadas as referidas praças. Relatam que ao filiar as três praças à Liga, foi realizada a inscrição de apenas dez rapazes por clube. Todavia, grande número de rapazes que praticavam exercícios nestas praças recusou-se a atender a inscrição pelo clube da praça como podemos entender na transcrição de parte da carta datada de 19 de abril de 1928:

[...] Acontece, porém que grande numero de menores que praticam salutaes exercícios phisicos na Praça Florida, recusou-se a attender ao appello do sr. director dos Jardins de Recreio no sentido de por estes se inscreverem, isto porque já têm esses rapazes os seus clubs predilectos na cidade, de cujas bandeiras são defensores. Isto não agradou ao sr. director que, em represália, não permite que se entreguem a exercícios phisicos nas praças outros rapazes sinão aquelles que por elle estão inscritos.

Vem dahi, então, a má vontade de s.s. contra os que não attenderam ao seu chamado. Não repara s.s., na sua obsessão, que os jardins de recreio não são propriedades particulares suas, mas sim logradouros públicos, onde todos têm o mesmo direito de acesso, desde que se portem com a devida decência e respeito as leis.

Ordens severas s.s. dá no sentido de serem afastados os que não pertencem á turma de s.s organizada para o seu comando pessoal no campeonato de baskett-ball da cidade.[...]

(Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d)

A manifestação das idéias da população através de publicações em jornais e revistas passava a se afirmar como uma forma de participação nas mudanças da cidade, e nestes meios de comunicação mostrava seus pontos de vista e exigiam o apoio de seus governantes. O que se pode depreender desta reclamatória entre tantos pontos citados é que se instaurava em 1928, no segundo ano de funcionamento das Praças de Desportos em Porto Alegre, um desejo de que estas

obtivessem representatividade esportiva. O Diretor, Professor Gaelzer, que juntou aos seus guardados em recortes de publicações nos jornais da época, também as reclamações que recebeu, tinha o ensejo de formar nestas praças os *clubs* que as representassem.

A cidade de Porto Alegre já ostentava nomes de clubes que restritos a uma elite social não davam acesso as classes menos favorecidas economicamente. A participação dos *clubs* das praças na *Liga Athletica Rio Grandense* era uma forma de dar lugar a estes espaços públicos e ao trabalho executado neles pelo professor Gaelzer na preparação destas equipes.

As restrições instauradas aos não participantes dos *clubs* inscritos nos deixa claro a rivalidade com os clubes de Porto Alegre na expressão “já têm esses rapazes os seus clubs predilectos na cidade, de cujas bandeiras são defensores” (Álbum de artigos do acervo do CEME/ESEF/UFRGS, s/d). Se não estão comigo estão contra mim, já nos diz o ditado. É nesta perspectiva que vemos o posicionamento do diretor das praças entender que, se estes rapazes já tinham seus clubes do coração, que os defendessem e utilizassem seus espaços para treinar e aprimorar suas equipes. As praças passam a ser vistas a partir de agora como o “Clube Praça” e seus espaços seriam restritos aos seus defensores.

Não tardou para que os fins a que se destinavam as praças fossem levantados, para que este procedimento fosse criticado. Alertam os reclamantes que se tratava de um “capricho pessoal do director” e que servia para “fazer política na entidade oficial de atletismo da capital”. Tampouco se esqueceram de Otávio Rocha e os fins altruísticos que o levou a definir a criação das praças em Porto Alegre. Por fim denotam que se assim o Diretor continuasse a proceder, levaria a praça à condição de abandono como já podia se observar em outras praças. Mas afirmavam que isto acontecia pelo desinteresse do mesmo por estas.

A Carta ainda consta de nove solicitações elencadas, de obras, aparelhagem e material, horários de funcionamento das praças, e atenção mais eficaz do diretor. Desta, cinco pontos nos chamaram mais a atenção e ressaltamos a seguir. Estes pontos estão entrelaçados no que vimos pesquisando que é a clara formação de *clubs* nas Praças de Desportos para além dos clubes esportivos que já existiam na capital. Reclamavam e solicitavam os autores:

- [...]2º. – Proibição terminante da praça ser filiada a entidade oficial de atletismo, visto que a esta devem interessar somente os clubs e associações organizadas da cidade e não os jardins de recreio;
- 3º. – Instituição dos campeonatos dos jardins de recreio, de volleyball e basket-ball, entre os diversos pequenos clubs existentes nas praças, apurando-se annualmente o campeão de cada uma dellas em cada elemento e por fim, em provas finais, os campeões de todos, como no anno passado, foi feito com excellente successo quanto ao volley-bal;
- 4º. – Liberdade aos clubsinhos das praças para frequentare-na como direito, sem as odiosas preferências impostas pelo sr. director;
- 5º. – Ser a praça aberta três vezes por semana a noite, para exercícios dos rapazes, determinando-se uma noite para cada um dos seus clubs;
- 6º. – Um regulamento para a praça, dando direitos e deveres iguaes a todos;[...]

Ao solicitar que seja criado um regulamento para o funcionamento da praça e que esta seja proibida de filiar-se a ligas esportivas, os reclamantes apontam para uma situação que se desenhava nas competições entre associações esportivas e os *clubs* das praças. Entendemos que já se havia instaurado naquele momento um proceder muito semelhante aos dos clubes de fato, quando da seleção das equipes e proibição de participação dos atletas pertencentes a outros clubes.

Na visão dos reclamantes o ideal seriam os campeonatos entre praças sagrando-se os campeões nas competições entre as equipes que nela fossem formadas e principalmente que os “clubesinhos” tivessem liberdade para frequentar e utilizar-se da praça. O que podemos constatar é que mesmo após esta reclamação formal veiculada no jornal da cidade os campeonatos e torneios nas praças se multiplicavam. Encontramos várias notas de jornais dizendo do excelente desempenho dos rapazolas da Praça A ou das senhoritas da Praça B. Assim seguiram-se os anos e as competições.

Ao final da década de 1940, o "Serviço de Educação Física da Diretoria de Praças e Jardins" já contabilizava a promoção de diversas competições esportivas entre elas as de basquetebol (categoria infantil juvenil masculino), lance livre (categoria infantil e juvenil masculino), voleibol (categorias infantil, juvenil, masculino e feminino), *croquet* (categoria juvenil feminino) e regata de veleiros em miniatura nas praças da cidade. Algumas praças demonstravam um desempenho acima da média e por isto sagravam-se vencedoras e recebiam atenção especial nas folhas dos jornais da cidade. Elas eram as Praças Florida, Pinheiro Machado e General Osório. Mas uma delas alcançou maior destaque no cenário esportivo da cidade: a

Praça Bartolomeu de Gusmão, mais conhecida apenas como Praça Florida. Localizada na zona norte da capital, a Florida teve uma movimentação esportiva intensa. Sempre haviam times representando a Florida em campeonatos interpraças, organizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e nestes eventos a Praça Florida era destaque.

Algum tempo depois já em 1948, porém, o clube da praça filia-se a *Federação Atlética do Rio Grande do Sul* e passa a disputar o campeonato citadino nas suas diversas categorias com o nome de *Florida Atlético Clube*. Ganha então, a praça, piso pavimentado com cimento e são instaladas arquibancadas ao redor da nova quadra, pois a “pracinha”, como era chamada, tinha muitos torcedores, que lotavam sempre as arquibancadas.



Ilustração 17 – *Florida Atlético Clube*, equipe da Praça Florida filiada a *Federação Atlética do Rio Grande do Sul*. s/d. Fonte: Acervo do CEME/ESEF/UFRGS Pasta-arquivo sob título Recreação Pública.

Clubes como *Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense* e *Sport Club Internacional* sempre tinham “olheiros” nas praças em busca de novos valores para suas equipes. Esses exemplos permitem verificarmos o quanto era comum, nesse período, a

formação dos jogadores a partir de suas atividades nos *clubs* das praças que, posteriormente a esse aprendizado, faziam carreira em clubes de renome e estrutura, em associações esportivas propriamente ditas. Paulo Dreyssig, jogador e treinador das equipes da Florida por muitos anos testemunhou este crescimento da praça no cenário de Porto Alegre trazendo-nos um dos testemunhos mais significativos sobre este período, dizendo: “Éramos um “clubezinho”, que não tinha nem sede, a sede era na própria praça” (BRAUNER, 2005, p. 43).

Neste capítulo tivemos a intenção de contar um pouco do período em que as praças públicas eram dotadas de uma organização e estrutura esportiva e dar foco especial de atenção ao surgimento dos *clubs* das praças e suas trajetórias de conquistas e percalços para além das associações esportivas. Analisando estas ocorrências também encontramos outra forma expressiva de manifestação corporal e esportiva fomentada pela chegada do regime político do Estado Novo (1937-1945). Na “Semana da Pátria”, data ápice deste regime, dentre as muitas comemorações realizadas as “Demonstrações de Educação Física” tomam um espaço especial e merecem nosso destaque.

Das praças e de seus *clubs* convidamos o leitor para ingressar num espaço privilegiado que será o palco destas apoteóticas demonstrações corporais e esportivas. Aproveitemos que o portão está aberto, vamos entrar no Parque Farroupilha, a nossa “Redenção”.

6 PARQUE FARROUPILHA: PALCO DE DEMONSTRAÇÕES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A maior obra de embelezamento da administração de Otávio Rocha no tratamento urbanístico da cidade de Porto Alegre foi sem dúvida a dos Campos da Redenção. Nela foi investida uma soma bastante alta para que, a até então pastagem de animais e descampado fosse integrada à área central da cidade, tomando-se um local de lazer dos porto-alegrenses. É neste importante palco do lazer da cidade de Porto Alegre que, no período do Estado Novo (1937-1945), aconteceram as grandes demonstrações de Educação Física. Neste capítulo vamos abordar a constituição deste espaço privilegiado da cidade, e sua ocupação no Estado Novo como palco dos momentos apoteóticos do regime, através das demonstrações de práticas corporais e esportivas.

O atual Parque Farroupilha, conhecido como Redenção, carrega em si a história de libertação de escravos de uma cidade precursora deste movimento. Este espaço recebeu o nome de Redenção como referência a libertação de mais da metade dos escravos da cidade e do grande movimento abolicionista que teve lugar em Porto Alegre quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel.

Doado a cidade em 24 de outubro de 1807 pelo governador Paulo José da Silva Gama, o local foi inicialmente chamado de Potreiro da Várzea ou Campos da Várzea do Portão, passando mais tarde a denominar-se Campos do Bom Fim, devido à proximidade da Igreja do Senhor do Bom Fim e das festas que ali se realizavam. Em 9 de setembro de 1884, a Câmara propôs a denominação de Campos da Redenção em homenagem à libertação dos escravos do terceiro distrito da Capital. Redenção é o nome que até hoje está enraizado na memória do povo.

Em 1930, o urbanista francês Professor Alfred Agache, quando de sua passagem por Porto Alegre, a convite do intendente municipal Alberto Bins, comprometeu-se a mandar um plano de ajardinamento dos campos da Redenção, antes mesmo de realizar o Plano de Melhoramentos da Capital. Realizado o "Anteprojeto de Ajardinamento dos Campos da Redenção" no Rio de Janeiro, indicando apenas as linhas gerais do futuro grande parque jardim, sua concepção obedecia a dois estilos característicos e perfeitamente distintos entre si. A parte central do grande parque foi projetada no estilo francês e as partes que circundavam o centro no estilo inglês. O projeto proposto tinha sobre tudo um dos mais fortes

elementos de composição do urbanismo francês, o *Rond-point* no centro do parque, formado pela convergência de avenidas arborizadas lateralmente, com iluminação central. Este detalhe afirmava a busca pela semelhança à “cidade do desejo”, Paris, que passou a caracterizar as cidades do final do século XIX e início do século XX. O centro do grande jardim teria forma simétrica com jardins e um espelho d’água. Caminhos tortuosos, atalhos para passeantes foram projetados e um grande lago numa face e, na outra, campos para a prática esportiva.

Com a direção do Dr. Gastão de Almeida, chefe da diretoria de Jardins da Intendência Municipal, começaram os trabalhos desta construção. O estilo nobre relembra as matas virgens formada por capões de eucaliptos e outras árvores de grande porte, circundadas pela plantação de árvores e arbustos pequenos, a fim de simular a formação de capoeiras e catingas. Varias ruas cortavam o parque, sendo as mais largas de 10 metros servindo para levar os transeuntes aos pontos mais importantes do parque e, também, para facilitar a ligação das avenidas ao redor. Um grande lago de mais ou menos 300 metros de comprimento e 70 metros de largura foi construído e, uma vez aproveitando o declive natural do terreno uma longa cascata que terminava em uma grande ilha, acolhia um viveiro de aves.

Um grande pavilhão para bar e festas foi entregue á exploração particular esperando-se destes a realização de varias atividades de lazer e diversão para a população porto-alegrense. Sem dúvida o maior e mais freqüentado parque da cidade teve, em sua constituição, muito empenho para transforma-se em pouco tempo no principal espaço de lazer da capital.

Era a Redenção que abrigava os mais importantes centros de recreação, como o Circo de Touros¹⁷, na frente da Rua da República e o velódromo¹⁸, que foi uma conquista dos que se dedicavam ao ciclismo.

¹⁷ Nas primeiras touradas ali realizadas, de que se tem notícia, em 1875, atuou uma empresa da qual faziam parte o toureiro Trascuelo e o bandarilheiro português Almeida Fontes. Os últimos espetáculos ocorreram no primeiro semestre de 1898 e deles dá amplo noticiário a imprensa local. Na arena tudo acontecia para desgostar os aficionados. No fim de abril o jornal A Federação publicou a despedida do Pureiro Tinoco, que declarou não haver mais condições de trabalho, desculpando-se com a população pela falta de touros, de músicos e de ferros. Apenas mais um mês funcionou o "Circo" com o "bandarilheiro espanhol Manoel Lopez, "El Morenito" (MACEDO, 1973).

¹⁸ A primeira sociedade destes foi proclamada existente no dia 7 de março de 1896. Mais tarde surgiu outra formada por descendentes de alemães, que, não se contentando em fazer apenas os bons passeios de fins de semana, cuidaram de competir, desafiando a primeira para uma corrida, que se realizou dia 10 de janeiro de 1897 e a perderam. O velódromo, na esquina da Rua Sarmento Leite com a Rua Osvaldo Aranha, foi inaugurado dia 19 de novembro de 1899 estando presentes as mais altas autoridades, inclusive o prefeito José Montauray e o presidente do Estado, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros. (MACEDO, 1973)

Foi no dia 19 de setembro de 1935, que os Campos da Redenção receberam a denominação de Parque Farroupilha, através do decreto municipal nº 307/3.

Nos anos seguintes instaurou-se o Estado Novo marcado por balizas substanciais na educação, política e cultura brasileiras. Foi um período no qual se construiu tradições e práticas culturais em torno de um ideário nacionalista, para a formação do homem civilizado rumo ao trabalho pela pátria (VAZ, 2006). A influência do Estado Novo, período privilegiado pela perspectiva de desenvolvimento urbano em detrimento do setor agrário-exportador da República Velha e da formação de uma classe urbana, do desenvolvimento tecnológico, da consolidação das bases políticas e sociais e da industrialização brasileira, faz com que o lazer comece a ser delineado em consequência da separação trabalho e não trabalho, fortalecimento da burguesia urbana e a ampliação da classe média (SKIDMORE, 1975).

Com a institucionalização do aparelho burocrático do Estado, na criação dos ministérios e leis a eles relacionados, culminando no ano de 1937 no regime autoritário, estabeleceu-se o objetivo de salvaguardar e garantir que as metas, traçadas pelo regime, fossem cumpridas pelas diversas instituições, fazendo também da educação uma área privilegiada na difusão de idéias-força do Estado autoritário.

Getúlio Vargas representava o populismo brasileiro semelhante à emergência de grandes estadistas, de líderes carismáticos que ocorreu em grande parte da Europa e América Latina. Vargas foi o político brasileiro com o maior apelo carismático e tinha nas massas sua força política. Assim que assumiu o governo em 1930, para dar feição renovadora, revolucionária às suas ações, valeu-se do “novo” como palavra de ordem.

O governo de Vargas seria o responsável pelas transformações que o país necessitava e ele, o líder, estaria à frente delas. O passado era representado como “velho”, o atraso que deveria ser superado por “novas” idéias e realizações. As bases do regime consideravam que, para manter a sociedade controlada, havia a necessidade da participação popular e necessidade da aceitação integral das idéias veiculadas a respeito do que seria melhor para o todo. Então a maneira encontrada para efetivar este projeto foi o controle e a organização do espaço público, acionando além a moral e o civismo para forjar a idéia de um estado-nação brasileira.

O desenvolvimento urbano e industrial no Estado Novo foi primordial para forjar as bases políticas, econômicas, sociais e culturais do lazer e a urbanização influenciou sobremaneira as atividades de tempo livre. Vargas e seu projeto centralizador de governo, por tomar medidas em benefício do trabalhador como o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal obrigatório, as férias remuneradas, a indenização por demissão sem justa causa, etc., promoveram o desenvolvimento das atividades de tempo livre, como o rádio, o cinema, o teatro e as festas populares.

O governo inclusive incentivava essas manifestações culturais, pois devido à censura, elas mostrariam apenas o lado bom do Brasil (SCHEMES, 2004). É a inserção da atividade para reforçar o regime e evitar a ociosidade utilizando-se deste momento como propaganda e controle da população. Associado a essa necessidade de controle notava-se a preocupação com alguns elementos da nação, como a valorização da terra, do homem e das instituições nacionais (GOMES, 1996). As bases que propunha Getúlio Vargas estavam relacionadas às mensagens de cunho nacional-patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar o orgulho pela sua brasilidade.

Todas as formas de controle social, através do corpo, como por exemplo, as demonstrações de Educação Física culminavam nas festas cívicas. Desse modo às comemorações relativas ao dia do trabalho, à semana da pátria, aos aniversários do presidente e à instauração do Estado Novo foram momentos importantes no lazer do trabalhador que foram utilizados ideologicamente (SANTOS, 2004). As festas cívicas, nesta época, com a participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças e a população em geral, lotavam os estádios de futebol, as praças e as escolas e contavam com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas, declamações, desfiles por todo o país.

A ocupação das praças e parques nestas festas cívicas aparece inserida neste contexto de progresso e de renovação de mentes, pretendida pelo Estado Novo. A educação corporal e moral da juventude, nas praças, somavam-se ao processo desencadeado nas escolas e associações desportivas visando à formação da nação brasileira (MAZO, 2003).

Nesse cenário, o Parque Farroupilha através das grandes festas cívicas que nele aconteceram, transformou-se então, no grande palco das demonstrações de Educação Física no final da década de 1930. As comemorações da Semana da

Pátria tomam espaço por várias entidades esportivas e colégios da capital que traziam nestas formas peculiares de envolvimento das massas, em espaço privilegiado de lazer, a reafirmação de significados e lemas para o futuro, nos quais se enquadravam: desenvolvimento, trabalho e amor à pátria. O renascimento da nova ordem ficava evidenciado nestas festas, onde a unidade, a ordem, o progresso e a alegria eram retratados.

Estas grandes demonstrações de Educação Física eram exaltadas como um espetáculo de rara beleza proporcionando quadros coreográficos e atléticos maravilhosos, nos aspectos assinalados nas imagens publicadas nas colunas da Revista do Globo (MAZO, 2005). O caráter da festa possibilitava a transmissão dos valores do novo regime, ou seja, as festas eram responsáveis pela manutenção da lembrança e, como tal, representavam instrumentos adequados para incutir, na massa, os ideais que o regime queria perpetuar.

Entendemos que, tendo em vista a necessidade de consolidar a relação de pertencimento ao Brasil foram produzidas as práticas culturais, cuja repetição objetivava atualizar, constantemente, a adesão imaginária do indivíduo à sociedade, sendo as comemorações consideradas os aspectos mais duradouros e poderosos na afirmação de identidades. Tais eventos encarnavam os conceitos básicos do nacionalismo, “tornando-os visíveis e distintos para todos os membros, transmitindo os princípios de uma ideologia abstrata em termos palpáveis e concretos, que suscitam reações emocionais instantâneas de todos os estratos da comunidade” (SMITH, 1997, p.102).

A expressão da nacionalidade colocando a bandeira do País no lugar mais alto, central e complexo da formação atlética executada pelos jovens na próxima imagem, nos deixa clara esta impressão de “espetáculo patriótico” narrada.

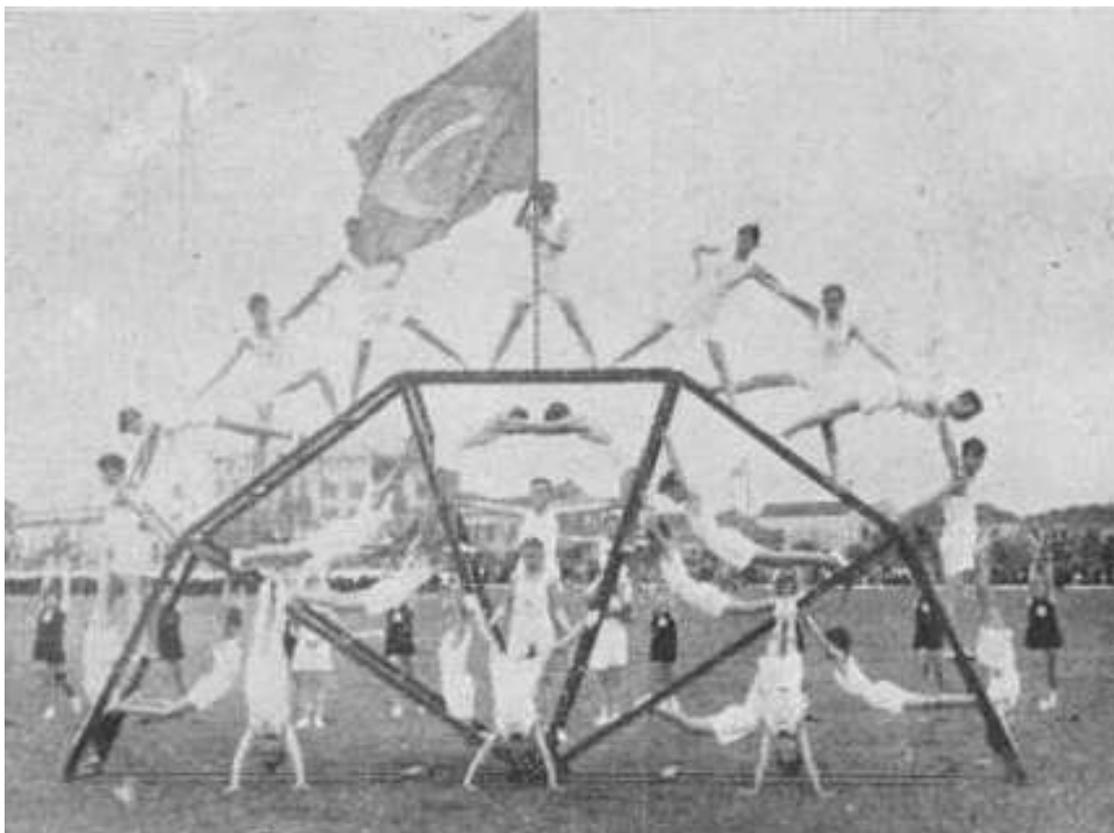


Ilustração 18 – Alunos do Colégio Concórdia realizando a prova atlética nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.10, n.236, p.44, 14 set.1938 [imagem] CD 04 Fonte: MAZO (2005).

As cerimônias apresentam, enquanto uma manifestação cultural, um forte apelo à reunião e a unificação. Segundo Thiesse (2000), os feriados nacionais, a bandeira e o hino nacional são partes da construção de uma memória nacional capaz de organizar e disciplinar os indivíduos. Os desfiles, também conhecidos como paradas produziam um espetáculo que traduzia as grandes referências identitárias culturais de forma ordenada e harmoniosa. Nestes eventos figuram os diversos componentes do conjunto nacional identificados sob a égide de representantes do Estado e de eleitos da nação (THIESSE, 2000).

Na imagem a seguir temos a vista geral das arquibancadas ocupadas pelo povo que acorriam ao Parque onde acontecia o espetáculo, para assistir as representações femininas em bailados e masculinas em provas atléticas que, também ficaram registradas nas imagens da Revista do Globo. Em artigo da Revista Brasileira de Educação Física, de outubro de 1937, encontramos relato que o estádio era capaz de induzir espontaneamente à disciplina; além disso, a camaradagem neles estabelecida representava uma força de coesão social.

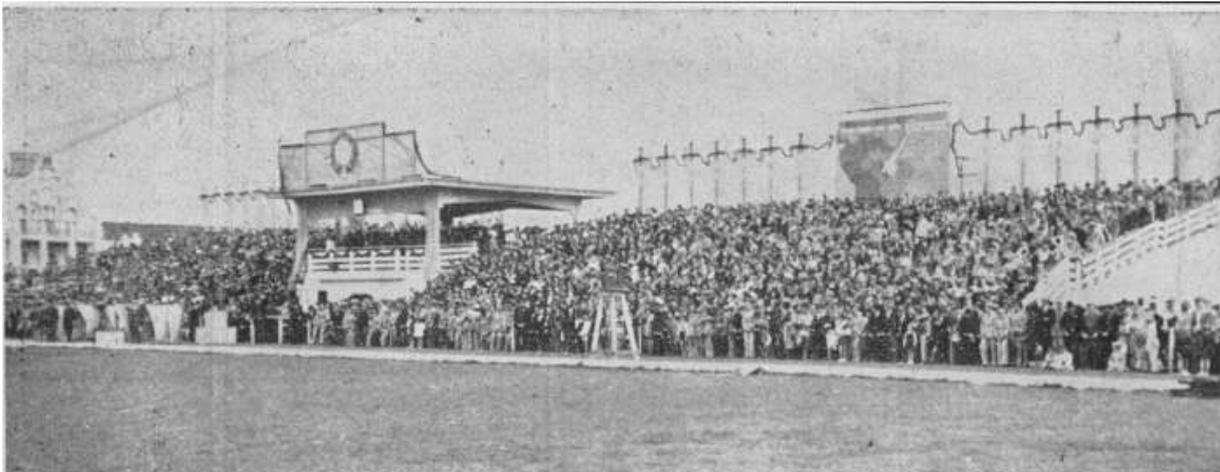


Ilustração 19 – Assistência das festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.10, n.236, p.44, 14 set.1938 [imagem] CD 04. Fonte: MAZO, 2005.

As demonstrações de Educação Física na Semana da Pátria serviram de mediação de práticas e manutenção de visões, como meio difusor no imaginário social no período do Estado Novo. Os porto-alegrenses percebiam nestas festas públicas, nas participações do Instituto de Educação e da Escola de Cadetes, a síntese do espírito esportivo da mocidade e a expressão de sua disciplina. Todos os anos as duas instituições se esmeravam nas apresentações e nos desfiles da Parada da Mocidade. Além disto, chamavam muito a atenção às demonstrações de ginástica, realizadas anualmente nos primeiros dias de setembro no campo de Pólo do Parque da Redenção, que tinha também a participação da Escola de Educação Física, do Centro de Instrução Militar da Brigada Militar e de alguns cursos secundários e primários de Porto Alegre.

Uma concepção de história nacionalista e patriótica, influenciada pelo contexto de guerra, estava presente nas “entrelinhas” das festividades. As festas reconstituíam momentos de “apoteose mística”, na exaltação do líder, no conglomerado de pessoas que se reuniam para adquirir forças e projetar algo de “novo” para o futuro. Nas demonstrações de Educação Física no Parque Farroupilha os ideais de patriotismo, raça, sacrifício foram potencializados e ressignificados, constituindo assim momentos marcantes na educação de crianças e jovens.

O processo de longa duração de monopolização da violência física pelo Estado, examinado por Elias (1994), potencializou a eficácia da dominação simbólica. As lutas antes baseadas na violência bruta transformaram-se em lutas simbólicas, tendo as representações por armas. A força, como não desaparece, pois

está sempre à disposição do soberano fica em reserva pela multiplicação dos dispositivos que a potencializam (marchas militares, medalhas, louvores, narrativas, etc.) no sentido de produzir a obediência e a submissão sem apelo à violência física direta sendo esta a dominação simbólica (CHARTIER, 1990). Na festa cívica vemos reforçada a imagem do poder, comemorando a morte do passado, o velho, dando lugar à instauração do novo, o futuro.

Neste contexto de transformações sociais onde o momento de lazer fora utilizado estrategicamente para o exercício de poder todas as atividades que tratavam diretamente do tempo de não trabalho tiveram papel ativo na formação da consciência do trabalhador. Assim no período do Estado Novo nas festas cívico-esportivas, as práticas esportivas também são utilizadas como veículo de fortalecimento do nacionalismo. Elas não só satisfazem necessidades utilitárias, mas dão forma material a uma formação ou solidificação de auto-identidade.

Foi então que a conquista da modernidade, em Porto Alegre, foi representada na Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha realizada em 1935 (SPALDING, 1967; FRANCO, 1988). Segundo Carneiro (1992) sob este pretexto, o Rio Grande e sua capital poderiam operar toda sua iconografia de modernidade num grande espetáculo de dimensões internacionais, reafirmador da significância adquirida com a liderança da revolução de 1930. Esta exposição ocupou a totalidade dos espaços do parque que passou a chamar-se então, Parque Farroupilha.

A exposição pretendia mostrar ao país o progresso do Estado do Rio Grande do Sul, particularmente na indústria, pecuária e agricultura e teve uma dimensão nacional com a exposição da produção de diversos estados brasileiros e estrangeiros. Durante a exposição, as associações esportivas promoveram diversas competições, exibindo o esporte como um costume da modernidade e as apresentações de hóquei e patinação apresentavam as novidades esportivas em Porto Alegre.

Temporalmente vão se sucedendo estas manifestações e como máxima destes eventos em novembro de 1940 realizou-se no Campo de Pólo como parte do programa comemorativo do Bicentenário de Porto Alegre um espetáculo suntuoso e verdadeiramente impressionante de demonstração de “cultura física”. Esta demonstração foi organizada e dirigida pela Escola de Educação Física e alcançou absoluto sucesso. Enorme multidão se aglomerava na praça de esportes para

assistir aos exercícios dos estudantes porto-alegrenses da qual participaram alunos de vários colégios públicos. Dentre a assistência desta solenidade, dada à importância que angariava, estavam no palanque oficial, o Presidente da República Getúlio Vargas ladeado pelos Srs. Nereu Ramos, Interventor Federal de Santa Catarina; Batista Luzardo, embaixador do Brasil em Montevidéu e Coelho de Souza, Secretário de Educação. Sobre estas demonstrações o Presidente Getúlio Vargas deixou registrada sua impressão:

Conforta o coração de quantos nasceram ou vivem nesta fecunda e hospitaleira terra apreciar, em dia como este, o entusiasmo viril do nosso povo, vê-lo integrado nas demonstrações de júbilo cívico da mocidade [...] Vejo com alegria tão vigoroso nascimento da consciência nacional.[...] As festividades que, outrora, tinham o cunho formalístico das comemorações puramente convencionais assumem, hoje, o caráter amplo e sugestivo de verdadeiras consagrações coletivas. Todos participam do regozijo nacional. Em todos os espíritos bem formados transparece o orgulho de ser brasileiro e trabalhar pelo progresso comum [...] (Vargas, 1942, p. 263).



Ilustração 20 – Presidente Getúlio Vargas assistindo as demonstrações de Educação Física nas festividades de comemoração ao Bicentenário de Porto Alegre nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.12, n.285, p.136, 30 nov.1940 [imagem] CD 05
Fonte: MAZO (2005).

A “mocidade” demonstrando “jubilo cívico” e o “entusiasmo viril” do povo através da participação nestas “consagrações coletivas” que ocorriam em todo o Brasil reafirmavam na idéia do coletivo e sua coesão, as bases da propaganda nacionalista. Entidades esportivas, grupos atléticos e escolas participavam com apreço das demonstrações. Entretanto, apesar da grande afluência pública aos eventos, com as palavras “todos participam do regozijo nacional” nos dá a conotação de unidade desejada e que através do discurso da suprema autoridade nacional deixava claro que os que dela participassem seriam pessoas “de espíritos bem formados” e que conseqüentemente teriam orgulho e trabalhariam pelo progresso comum.

Nas fontes documentais pesquisadas, tratamento especial dava-se ao falar das alunas do Instituto de Educação e suas apresentações coreográficas e as demonstrações atléticas dos diversos clubes da capital que promoviam um espetáculo que sempre era acompanhado por uma assistência expressiva. De fato nos registros fotográficos destes momentos existe uma sincronia estática, se podemos assim dizer, pois que, a exemplo da próxima imagem, com segurança nos dias atuais, creditaríamos a um programa de informática tamanha paridade gestual como podemos observar. Os preparativos para estes momentos de apresentação deveriam tomar dimensão de grande importância já que pelas folhas da cidade suas demonstrações sempre ganhavam destaque.



Ilustração 21 – Alunas do Instituto Educação nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção em 11 de Setembro de 1943. Revista do Globo, Porto Alegre, v.13, n.303, p.32, 13 set.1941 [imagem] CD 06 Fonte: MAZO (2005).

Na revista de Educação Física de outubro de 1937 encontramos uma destas afirmações que nos remete a próxima imagem, dada a técnica executada pelos alunos do colégio militar em uma demonstração pura de arte eivada de um adestramento latente quando nos diz que:

[...] existe no atletismo uma arte, uma técnica e uma política. A arte olímpica de modelar o ser triunfante. A técnica paciente de adestrar a mocidade. A política indispensável da mobilização e aperfeiçoamento das forças adolescentes do país [...] pelas lides esportivas [...] seu enquadramento pelas normas éticas dessa fase saudável e feliz das competições atléticas [...] (Revista de Educação Física, 1937 no.36 p.10)

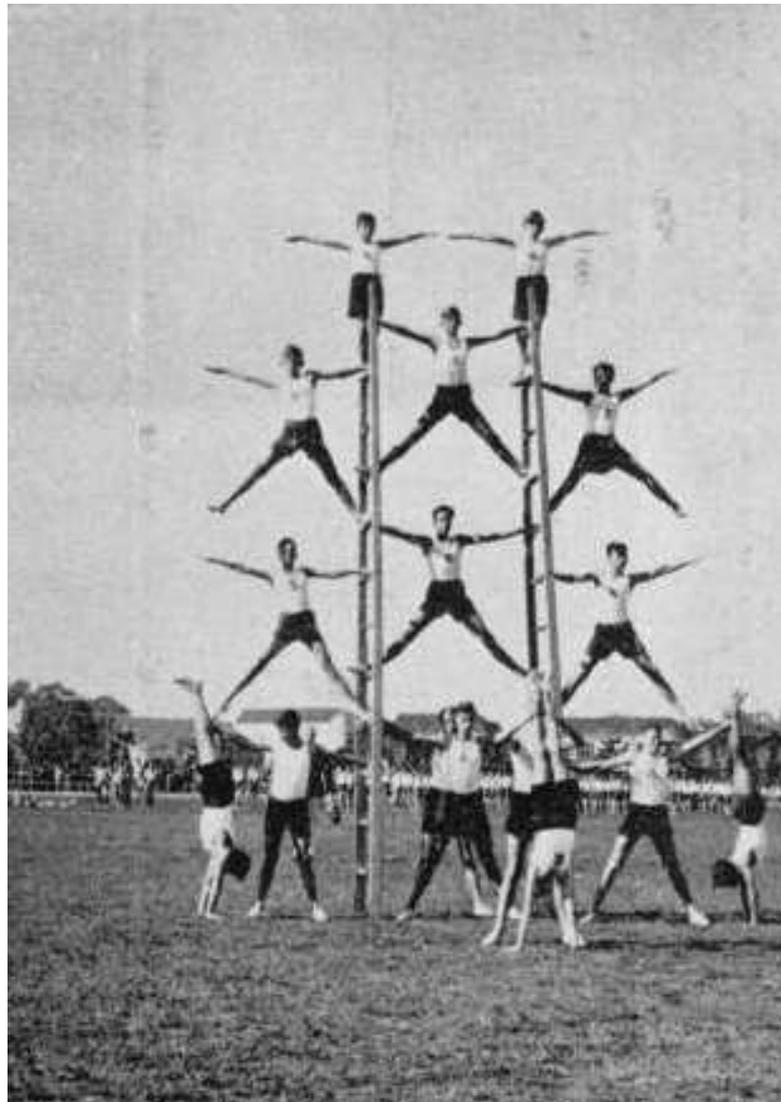


Ilustração 22 – Alunos nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção em 05 de Setembro de 1939. Revista do Globo, Porto Alegre, v.11, n.259, p.47, 16 set.1939 [imagem] CD 04. Fonte: MAZO, 2005.

Fica reforçada a idéia de disciplina no momento em que o autor fala em “adestramento da mocidade” seguindo um modelo militarizado de conduta. Por isto mesmo as formações de equilíbrio em pirâmides humanas em caráter competitivo reforçavam esta idéia, além do que sua concepção como prática remonta da Grécia e Roma antigas, desde épocas bastante remotas, muitos povos se dedicaram a práticas que podemos considerar como precursoras das manifestações acrobáticas (POZZO et al., 1987).

Tal como encontramos, as pessoas também participavam na construção de pirâmides humanas, com fins de lazer ou de competição. Entretanto, nos chama a atenção que os romanos o faziam por razões militares, treinando os seus soldados para escalar as paredes das cidades que atacavam (FURBLUR et al., 1989). Similaridade deixava transparecer Vargas quando dava importância a questão dizendo que “a grande virtude nacional deve ser uma virtude militar: - a disciplina” (VARGAS, 1938, p. 54). Encontramos aqui o interesse de demonstrar que as atividades físicas nestas demonstrações de Educação Física eram totalmente controladas e tinham uma função preventiva e corretiva com relação aos cidadãos, para evitar que eles se voltassem contra a ordem instituída. Na foto a seguir a materialização desta ordem e disciplina com espaço rigorosamente organizado de forma simétrica, filas retas e distancias entre participantes exatamente iguais.

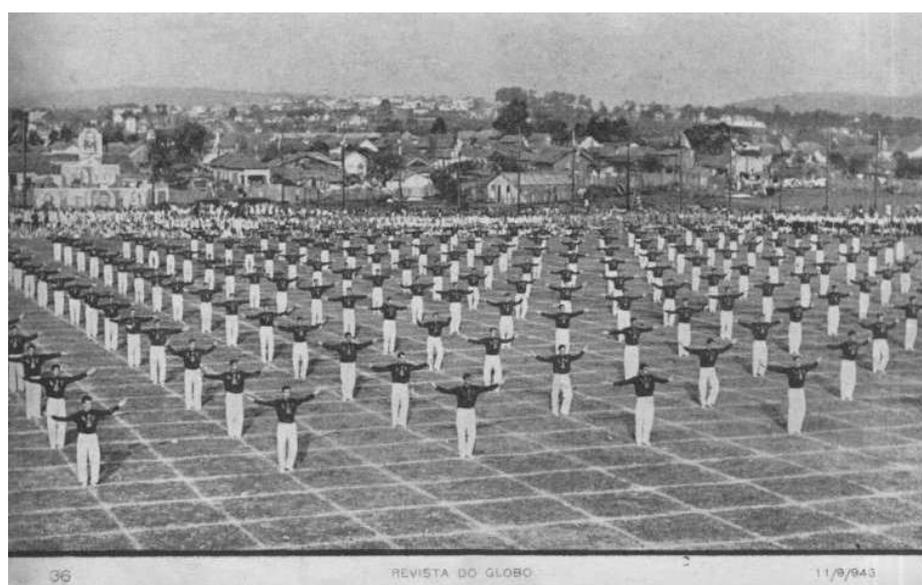


Ilustração 23 – Alunos da EPC Escola Preparatória de Cadetes nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.15, n.347, p.36, 11 set.1943 [imagem] CD 06 Fonte: MAZO (2005).

Essa intenção do governo em se utilizar das festas cívico-esportivas para fins de consolidação do regime fica clara, quando o Prof. Álvaro Cardoso escreve em um artigo, de Julho de 1939, denunciando essa prática dizendo

É preciso, de antemão, não confundir o desenvolvimento normal da educação física com o que se faz com o fito de preparo de demonstrações. Tivemos notícia de que, no ano passado, as ordens visavam, preponderantemente, a uma exibição no fim do ano e não deixamos passar sem protesto, esse fato deveras estranho. É muito comum em nossos meios trilhar-se por um funambulismo perigoso, com desprezo das boas normas que devem nortear esse ensino. Costuma-se pensar que a escola onde a educação física é bem cuidada é a que promove periodicamente demonstrações vistosas por seus números variados e novos, capazes de iludir até os que se dizem técnicos. Se é verdade que isto pode e deve ser feito em caráter de propaganda e difusão, trazendo grande soma de benefícios, não é menos certo de que nunca deverão ficar no olvido os princípios em que se deve basear a verdadeira ciência (Revista Brasileira de Educação Física, 1939, p. 6).

Aqui podemos ver claramente que não agradava a “todos”, esta exibição de fim de ano justamente por que o melhor desempenho não representava o grupo que recebera o melhor ensino de Educação Física. Nota-se a preocupação e dúvida em relação aos benefícios das demonstrações com caráter de propaganda e difusão e alerta para que os verdadeiros princípios da Educação Física não ficassem ao esquecimento. Apesar destas manifestações discordantes a respeito da utilização da Educação Física como espetáculo/propaganda, essa atividade continuava.

A Revista do Globo (MAZO, 2005) traz algumas reportagens especiais sobre estas festividades como a que ocorreu em 13 de Setembro de 1941 quando as alunas da Escola Superior de Educação Física, as alunas do Instituto de Educação e os alunos da Escola Preparatória de Cadetes tomaram parte no espetáculo da demonstração no “Novo Campo de Pólo do Caminho do Meio”. Na próxima imagem temos o registro, impressionante e impossível de precisar, da quantidade de moças que organizadas executavam coreografias, os bailados como por vezes encontramos na descrição das reportagens. E ainda na foto em seqüência, que essas demonstrações de dança deixavam a todos que as assistiam excelente impressão, por sua precisão e pela harmonia de movimentos em que eram executadas.



Ilustração 24 – Alunas do Instituto de Educação nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.13, n.303, p.32, 13 set.1941 [imagem] CD 06 Fonte: MAZO (2005).



Ilustração 25 – Alunas da Escola Superior de Educação Física nas Demonstrações de Educação Física nas festividades da Semana da Pátria nos Campos de Pólo da Redenção. Revista do Globo, Porto Alegre, v.13, n.303, p.32, 13 set.1941 [imagem] CD 06 Fonte: MAZO (2005).

As representações estão associadas no imaginário coletivo, onde grupos, para ganharem espaço e poder, produzem estratégias, discursos e idéias que têm ressonância no universo cultural e grande força de persuasão e convencimento.

O fortalecimento do Nacionalismo através das práticas a ele relacionadas era difundido nos espaços de sociabilidade, além daqueles propriamente escolares, como as praças e parques públicos nas festividades cívicas. A educação para a pátria e a educação da pátria foi uma das estratégias utilizadas pelo Estado Novo e neste sentido, a praça ou parque público exerceram um papel importante de palco para demonstrações, que transcendem o espaço de lazer para servir de espaço de difusão do nacionalismo.

Ao propor uma leitura do Parque Farroupilha, a Redenção, através da utilização e apropriação do seu espaço como revelador de manifestações de práticas corporais, tinha a intenção mostrar como este se tornou o palco principal das demonstrações de Educação Física na cidade de Porto Alegre no período estudado. Assim, fica para nós a idéia de um local onde o simples fato de ali “estar” significava “ser” parte da história das representações corporais que por ali se descortinaram. Na platéia, na assistência, nas formações atléticas, nos bailados, nos espaços da Redenção se encontraram neste período, os atores da realidade.

Foi neste palco que os ideais nacionalistas foram difundidos, propagados, aceitos, defendidos e questionados por alguns anos, através das demonstrações de Educação Física. Neste palco gerações viveram discursos de apelo ao patriotismo, evocando a necessidade de formar uma raça forte capaz de amar e merecer sua pátria. Neste palco a Educação Física foi utilizada como expressão de sincronia, precisão, harmonia, com atividades físicas controladas e disciplinadoras, instrumento nessa domesticação e adestramento das massas pretendidas pelo nacionalismo de Vargas. A aparição expressiva deste momento histórico para a cidade foi abordada na esperança de levantar a ponta de um véu que com maior dedicação poderá ser ainda estudado. Do palco da redenção encerramos nosso discurso, mas não nosso caminho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar como foi construída, pensada, dada a ler, a realidade social da cidade de Porto Alegre nos anos de 1920 a 1940 no que diz respeito às práticas corporais e esportivas nas praças e parques públicos era nosso objetivo neste estudo. Uma tarefa árdua por sinal, mas prazerosa também. A cada descoberta nos “achados” do tempo sentíamos como pequeninas vitórias quando analisávamos os documentos e avançávamos no caminho da pesquisa. Observar as práticas corporais e esportivas enquanto construção cultural e social nos dá a possibilidade de reconhecer uma identidade social observando a maneira escolhida de estar no mundo e suas representações que são determinadas pelos interesses dos grupos que as tramam.

A cidade de Porto Alegre, de 1920 a 1940, passou por um período de remodelação urbana sem precedentes. Novas avenidas, crescimento comercial e industrial, campanha moralizadora, novos cafés, Rua da Praia, novos costumes e o a difusão das práticas corporais e esportivas. Numa verdadeira época do “novo” a modernidade ditou as normas de conduta, instaurando um tempo de ameaça e sedução.

A ordem burguesa que tinha nos *footings* na Rua da Praia seu espaço de visibilidade começa a ver surgir nos espaços públicos das praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre as novas práticas corporais e esportivas. Estas práticas foram introduzidas nestes espaços, inicialmente, com a instalação dos Jardins de Recreio. Estes eram espaços compostos de praças de brinquedos infantis e quadras esportivas tinham seu ponto forte na organização de suas atividades resultando em utilização de seus espaços por crianças, jovens e adultos. Organização que se submetia a municipalidade, através da institucionalização do Serviço de Recreação Pública, e que teve no professor Frederico Guilherme Gaelzer um precursor e defensor.

Junto aos Jardins de Recreio ficavam as “Praças de Desporto” onde os campeonatos de voleibol, basquetebol, corridas e atividades de recreação, entre outras, tomavam as praças na modernização dos hábitos e costumes dos porto-alegrenses com grande assistência e participação.

Como aspecto inovador encontramos a partir destas práticas a formação dos times das praças, os *clubs*. A formação de equipes que representavam e defendiam as flâmulas de suas praças como se, em verdade, clubes fossem nos possibilita trazer de maneira especial, o que estas organizações representavam. Do que se pode enxergar em um primeiro olhar, nos chamou a atenção a similaridade destes *clubs* com as estruturas vigentes nas associações esportivas.

A praça passa a ser o clube com diretoria estabelecida e registrada nas folhas da cidade, equipes inscritas nas Ligas, e participação em campeonatos municipais. Eram semelhantes ou desejavam ser. E do mesmo modo como as associações esportivas tinham seus times, as praças possuíam a representatividade de uma parcela da população que não tinham acesso às associações esportivas. O esporte como fenômeno das sociedades modernas restituiria nos espaços de sua manifestação suas marcas mais específicas, como a livre iniciativa, investimento técnico, competitividade institucionalizada. Assim, os discursos proferidos para a instituição dos *clubs* das praças, dizendo mais do que aquilo que mostravam ou enunciavam, carregaram sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizaram no inconsciente coletivo e se representaram como naturais.

Com a chegada do período do Estado Novo observamos que para manter a sociedade controlada, havia a necessidade da participação popular e da aceitação integral das idéias veiculadas a respeito do que seria melhor para o todo. Uma das maneiras encontradas para efetivar este projeto foi o controle e a organização do espaço público, acionando a moral e o civismo para forjar a idéia da sociedade unida e harmônica. O elemento utilizado para este fim são as práticas corporais e esportivas que se afirmaram como veículo de fortalecimento do nacionalismo. Delas vemos surgir com expressividade às demonstrações de Educação Física nas festas cívicas do Estado Novo.

O grande palco das apresentações foi o maior parque da cidade. O Parque Farroupilha, a Redenção, sediou estas demonstrações de expressividade corporal como uma nova ordem onde a unidade e o progresso era retratado. Os porto-alegrenses se habituaram a ver nestas demonstrações o espírito esportivo exaltado e uma disciplina necessária para um futuro promissor de crianças, de jovens, da pátria, de todos. Elas propagavam a importância do fortalecimento físico, mental e moral dos seus praticantes para o crescimento do Brasil. Esses princípios

possibilitam entender estas práticas como um mecanismo de identidade neste contexto histórico.

As representações culturais de uma identidade nacional construída nas praças e parques públicos da cidade de Porto Alegre através das práticas corporais e esportivas nos anos de 1920 a 1940 revelam que estas foram resultado de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detinham o poder e a capacidade de resistência ou de aceitação, que a comunidade produziu de si mesma. O surgimento dos *clubs* para além dos espaços configurados para tanto, nos exemplificam a capacidade de resistência, ao passo que as demonstrações de Educação Física inseridas no contexto do nacionalismo, a de aceitação. As práticas nos deixam ver e reconhecer uma identidade social, pois nos permite assistir uma maneira própria de ser no mundo, e significar simbolicamente um estatuto e uma posição; em fim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marca de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da sociedade.

Assim do olhar que dirigimos a antiga Porto Alegre, no desenvolvimento deste trabalho, no decorrer dos dois últimos anos, fica a expressividade com que estas representações culturais de identidade através das práticas corporais e esportivas do período manifestaram-se, a ponto de nos fazer reconhecer sua existência e chamar a nossa atenção. Era nosso dever revelar o que encontramos até aqui, e mostrar o caminho para quem queira ir ainda mais além. Este era o brilho de que falávamos e pelo prisma que escolhemos esperamos ter sido possível torná-lo visível. Fica para nós um sentimento de agora sermos também parte desta história pelo simples fato de ter para ela olhado, para contar esta nossa versão.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. **Espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 109-121, set. 2001.
- AMARAL, S. **Lazer/Recreação: estudos de memória na cidade de Porto Alegre – uma proposta em andamento.** Licere. Belo Horizonte: Centro de estudos de Lazer e Recreação – CELAR, Escola de Educação Física da UFMG, 1998. II – V.1. set.1998
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAKOS, M. **Porto Alegre e seus eternos intendentos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996
- BOEIRA, N. **O Rio Grande de Augusto Comte.** In: DACANAL, José H. (org.) RS: Cultura e Ideologia, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **Programa para uma sociologia do esporte.** In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1995
- BRAUNER, D. **Bola ao cesto! Um olhar sobre o basquete na cidade de Porto Alegre na década de 50.** 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física) – ESEF, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CARDOSO, C. **Uma introdução à história.** 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CARNEIRO, L.C., **Porto Alegre: de Aldeia a Metrópole.** 1ª ed., Porto Alegre: Marsiaj Oliveira, 1992.
- CASTRO, M. **Relatório do Projeto Publicidade na Revista do Globo.** Faculdade de Comunicação Social, PUCRS. Porto Alegre, 1999.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como representação.** In: Revista de Estudos Avançados. São Paulo: Editora da USP, v.11, n. 5, 1991. pp 173-191.
- CORTES, S. M. V. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados.** In: NEVES, C. E. B. e CORRÊA, M. B. (org.) *Cadernos de Sociologia – 9. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas.* Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.
- CORUJA, A. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre.** Porto Alegre: Typografia do Jornal do Comércio, 1881 em http://www.ihgrgs.org.br/bibli_online/antigualhas

- DALMÁZ, M. **A imagem de Hitler e da Alemanha na Revista do Globo de Porto Alegre: 1933-1945**. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em História). PPGH/PUCRS.
- DAMASCENO, A. **Palco, salão e picadeiro. In: Porto Alegre no século XIX**. Editora Globo: Porto Alegre, 1956.
- ELIAS, N. **Sobre el tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- ELIAS, N. & DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa, Diefel, 1992.
- ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. (02 vol.). Rio de Janeiro, Zahar, 1994
- FEIX, E. **Lazer e cidade na Porto Alegre do início do século XX: a institucionalização da recreação pública**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. UFRGS. Porto Alegre, 2003.
- FORTINI, A. **Porto Alegre através dos tempos**. Porto Alegre, Divisão de Cultura, 1968.
- FRANCO, S. **Julio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1988.
- FRANCO, S. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998
- FRANCO, S. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1998
- FURBLUR, E.E., FODERO, J. M., (1989) **Creating Gymnastic Pyramids and Balances**. *Leisure Press, Champaign, Illinois*.
http://web.mac.com/lourencofranca/acro/Apoio_files/Em%20Defesa%20da%20GA%20na%20Escola.pdf
- GANS, M. **Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)**. Coleção ANPUH-RS. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GAELZER, F.G. **Álbum de recortes de artigos**. CEME/ESEF/UFRGS sem ficha catalográfica. s/d.
- GAELZER, L. **Recreação pública em Porto Alegre: evolução histórica**. Porto Alegre: UFRGS, 1975.
- GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 1979.
- GERTZ, R. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- GOMES, L. **Ernst Zeuner: artista designer**. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado). FAMECOS/PUCRS.

GOMES, C. **Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. 322f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GOMES, A. **História e Historiadores: a Política Cultural do Estado Novo**. RJ: FGV, 1996.

GUTIERREZ, W. 1971 em <http://www.esef.ufrgs.br/historico.php>

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2ª ed., 1992.

LESSARD-HÉRBERT, M.; GOYETTE, G. e BOUTIN, G. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Trad. Maria João Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, F. **Porto Alegre, história e vida da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1973.

MAZO, J. **A emergência e a Expansão do Associativismo Desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural brasileira**. Porto, Portugal, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade do Porto (UP).

MAZO, J. **O lazer na cidade de Porto Alegre**. In DACOSTA, Lamartine (org.) Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, 2004.

MAZO, J. **Catálogo do Esporte na Revista do Globo**. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

MAZO, J. **Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo (1929-1967)**. CD-ROM, Porto Alegre: PUCRS, 2005.

MAZO, J.; ROLIM, Luis Henrique. **Os clubes esportivos e sua participação na 'Semana da Pátria' em Porto Alegre: desfiles e competições cívico-educativas (1930/1940)**. Arquivos em Movimento (UFRJ), v. 3, p. 67-83, 2007.

MINAYO, Maria Cecília. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, C. **Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 1995.

MORENO, C. **O rio Guaíba**. Prazer das Palavras, Zero Hora 5 de Janeiro de 2008

MOTTIN, A.; MOREIRA, A. (orgs.). **Catálogo Literário da Revista do Globo**. Porto Alegre. Base de dados desenvolvida em software Micro-ISIS, de propriedade da UNESCO, v. 3.07, 1996.

NIETHAMMER, L. **Conjunturas de Identidade Coletiva**. Projeto História. São Paulo, n. 15, abr., 1997.

PESAVENTO, S. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PESAVENTO, S. (1994). **De como os alemães se tomaram gaúchos pelo caminho da modernização**. In: Mauch, C. e Vasconcellos, N. (orgs.). Os alemães no sul do Brasil. Canoas: Editora da ULBRA, p. 199-220.

PESAVENTO, S. J. **Indagações sobre a História Cultural**. Artcultura Revista do Nehac, Universidade Fed de Uberlândia, v. 3, n. 3, p. 9-15, 2002.

PIMENTEL, F. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO ALEGRE, A. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre, [s.ed.], 1940.

POZZO, T., STUDENY, C. (1987) **Théorie et pratique des sports acrobatiques**. Editions Vigot, Paris.
http://web.mac.com/lourencofranca/acro/Apoio_files/Em%20Defesa%20da%20GA%20na%20Escola.pdf

REZENDE, V. **Planejamento Urbano e ideologia. Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Rio de Janeiro. 1937-45 In. SCHEMES, C. **Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos VARGAS (1937-1945) e PERÖN (1946 – 1955)** Novo Hamburgo: Feevale,2004.160p

ROCHA, A. **A construção social do espaço urbano de Porto Alegre: o lugar da modernidade** in Comunicação apresentada no V Encontro Estadual de Professores de Antropologia - RS, São Leopoldo, 1987.

ROCHE, J. **Porto Alegre, metrópole do Brasil meridional** IN: ROCHE, J. & ABSABER, A. N. Três estudos rio-grandenses. Porto Alegre, UFRGS, 1966.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROLIM, Luis. **A chama que arde em nossos clubes! A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947)**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento humano). PPGCMH/UFRGS, 2008.

SANTOS, A. **A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Campinas: Unicamp, 2004.

SCHEMES, C. **Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos VARGAS (1937-1945) e PERÖN (1946 – 1955)** Novo Hamburgo: Feevale,2004.160p

SCHWARTZMANN, S. BOMENY, H. COSTA, V. **Tempos Capanema**. 2.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas/ Editora Paz e Terra, 2000, p.19.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1990

SILVA, D. e SILVA, D. da. **A Língua Nossa de Cada Dia: textos sobre língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Novo Século, 2007. v. 1.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

SMITH, A. **A identidade nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOARES, L. **Gênero e poder na Revista do Globo**. Porto Alegre, 2001. Monografia (Graduação em Comunicação Social). PUCRS.

SOUZA, C. & MÜLLER, D., **Porto Alegre e sua evolução urbana**, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

SPALDING, W. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1967.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

THORSTENBERG, V. **Página de Rosto: uma amostra do potencial literário da Revista do Globo**. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado). PPGL/PUCRS.

THIESSE, A. **A criação das identidades nacionais**. Lisboa: Temas e Debates Atividades Editoriais, 2000.

TORRESINI, E. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. Porto Alegre: Editora da USP; Editora da UFRGS, 1999.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

VAZ, A. **A Escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

VARGAS, Getúlio. **As Diretrizes da Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

WEBER, B. **Códigos e posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 1992 (Dissertação de Mestrado).

WERNECK, C. (2002). **Lazer e Estilo de Vida**. In: Burgos, M e Pinto, L. (org.). Recreação, lazer e estilo de vida no Rio Grande do Sul: refletindo sobre algumas ações desenvolvidas na capital gaúcha no período 1926-1978. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

APÊNDICE A – BASE DE DADOS DAS PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE DE 1920 A 1940

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça XV de Novembro e Praça Montevidéu	Não localizada	Antigo largo da intendência foi conhecido como Praça dos Ferreiros no fim do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, quando passou a ser conhecida como Praça do Paraíso e, posteriormente, Praça Conde D´eu.	Grande logradouro público entre as ruas Marechal Floriano e Uruguai, que ostenta atualmente o nome de Praça XV e Praça Montevidéu que resultaram da divisão de um mesmo espaço.	Não localizada
Praça Marechal Deodoro da Fonseca	Existe desde os primórdios da capital, em 1773.	Altos da Praia, Largo do Palácio ou da Matriz. Em 1865 passou a denominar-se Praça D. Pedro II e com a proclamação da República, mudou o nome para Marechal Deodoro. Até hoje a população chama o local de Praça da Matriz	Entre as ruas Duque de Caxias, Jerônimo Coelho, Largo da Legalidade e Rua Espírito Santo.	Não localizada
Praça Senador Florêncio	1783 Em 28 de maio de 1979, passou a chamar-se Praça da Alfândega, pela lei 4.563	Até o início do século passado o local da praça era conhecido como Costa do Rio e não pertencia ao domínio público, constituindo-se em propriedade particular; Largo da quitanda, Praça da Alfândega.	Ela está localizada entre a Rua dos Andradas, chamada pelo povo até hoje de Rua da Praia, e a Rua Sete de Setembro.	Não localizada
Praça Conde de Porto Alegre	1829 Ato n° 87 de 11/10/1912	Praça General Marques ou Praça do Portão	Sob o viaduto José Loureiro da Silva, no Centro da cidade.	Não localizada

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça Dom Sebastião	A primeira referência ao local se encontra em 1847 no requerimento da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição pedindo que fosse fixado o alinhamento da sua futura igreja, e ao mesmo tempo solicitava que fosse demarcada a praça que já dizia existir entre as ruas do Barbosa (Barros Cassal) e da Brigadeira (avenida Conceição).	Praça da Conceição. Em 25 de setembro de 1848 os vereadores autorizaram a permuta de terrenos entre a Prefeitura e a Santa Casa, cedendo esta uma parte da área referida .O logradouro passou a ser conhecido como Praça da Conceição, nome reconhecido oficialmente em 20 de outubro de 1857.	Entre as Avenidas Barros Cassal e Conceição.	Não localizada
Praça Dom Feliciano	Em 1830, Dona Josefa de Azevedo, a Brigadeira, fez a doação de toda a área para ser usada como praça. Sua delimitação definitiva não ocorreria antes de 1843, quando foi estabelecida a ligação entre a Rua da Praia e o Caminho dos Moinhos de Vento, atual Avenida Independência.	Antiga Praça da Caridade, Alto da caridade, Alto da Misericórdia, Praça da Misericórdia, Praça da Alegria.	Parte do terreno da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.	Não localizada
Praça dos Açorianos	1848	Porto do Dorneles	Sobre o aterro do antigo riacho dilúvio ao lado da estação do riacho.	Não localizada
Praça Argentina	1858 Decreto nº. 1527 de 7/8/1928	Praça da Independência, Ladeira do Oitavo e Ladeira do Portão.	Entre as Avenidas João pessoa, Osvaldo Aranha e Annes Dias.	Em 1878 a Câmara concede licença para implantação de um rинque de patinação, <i>skating rink</i> , pelo prazo de cinco anos, “formando para este efeito um grande circo”.

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça Brigadeiro Sampaio	1870	Largo da Força, Praça do Arsenal, Com o final da Guerra do Paraguai, o local recebeu o nome de Praça da Harmonia, comemorando a paz que deveria reinar entre os países da Bacia do Prata, Praça Martins Lima, Praça Três de Outubro e Praça Brigadeiro Sampaio.	Entre as Avenidas General Portinho, Rua dos Andradas e presidente João Goulart.	Não localizada
Praça Garibaldi	Primeira menção é de 1884 em crônica de Felicíssimo de Azevedo incluída em seu livro Cousas Municipais, ainda que só tenha aparecido nos mapas oficiais da cidade em 1903, quando começou a ser ajardinada em função do início das obras de retificação do Arroio. Originada de um largo, recebeu em 1915 um conjunto de mármore denominado "Anita e Garibaldi".	Praça da Concórdia	No local, na confluência das avenidas Venâncio Aires, Aureliano de Figueiredo Pinto e José do Patrocínio.	Não localizada
Praça Marquesa de Sevigné	Em 1887, o Vereador Leopoldo Masson propõe à Câmara Municipal destinar verba para o ajardinamento de uma pequena praça existente em frente à Rua da Figueira (hoje Coronel Genuíno)	Não localizada	Esquina das Ruas Coronel Fernando Machado com a esquina da Rua Coronel Genuíno.	Não localizada
Praça General Osório	1887	Conhecida como Alto da Bronze, a praça foi um largo até o início do século XX ; Ladeira de São Jorge; JARDIM DE RECREIO nº 1	Entre as ruas Duque de Caxias, Coronel Fernando Machado e General Portinho.	Em 1887 foi ajardinada. Por volta de 1930 foi transformada em praça de esportes. A Intendência construía ali uma quadra de futebol e outros brinquedos para o recreio infantil.

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça Julio de Castilhos	1890	Já se chamava o local de Praça Júlio de Castilhos, desde 1890.	Pequena praça, no Bairro Independência, no encontro das ruas 24 de Outubro, Mostardeiro, Ramiro Barcelos e Avenida Independência. No jornal católico A Época, de dezembro de 1890, já se pode ler uma referência a esta praça.	Não localizada
Praça Zeferino Brasil	Existente desde 1892 (Lei nº 70 de 04/06/1948 e Lei nº 133 de 19/11/1948).	Praça da República	Avenida Professor Oscar pereira no Bairro Glória.	Não localizada
Praça Jayme Telles	Ato nº 34 de 14/4/1894 da Intendência Municipal de Porto Alegre	Praça São Miguel	Arraial do Parthenon (atual Bairro Partenon)	Não localizada
Praça Garibaldi	Ato nº 51 de 4/7/1907 da Intendência Municipal de Porto Alegre	Praça da Concórdia	Confluência das avenidas Venâncio Aires, Aureliano de Figueiredo Pinto e José do Patrocínio.	Não localizada
Praça Guia Lopes	Ato nº 57 de 7/7/1908 da Intendência Municipal de Porto Alegre	Praça Dona Maria Luiza	Ponto terminal da linha de bondes de Teresópolis	Não localizada
Praça Barão do Rio Branco	1916	Não localizada	Fronteira ao edifício da empresa de Correios e Telégrafos	Não localizada
Praça Antonio Carlos Lopes	1916	Não localizada	Fronteira ao edifício da delegacia fiscal	Não localizada

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça Pereira Parobé	Decreto nº 24 de 17/10/1925	Não localizada	Logradouro histórico localizado ao lado do Mercado Público. O logradouro, hoje, de fato, não é mais do que um complexo e conta com terminal rodoviário e bancas de produtos como hortaliças e frutas.	Não localizada
Praça Oswaldo Cruz	Decreto nº 105 de 29/8/1927	No século passado, não passava de um largo às margens do Guaíba que servia de depósito de madeira e de lixo, ponto de lavadeiras e barqueiros. Em 1889, foi ordenada a limpeza rigorosa da área “no ponto fronteiro à Rua Pinto Bandeira”, na margem do rio.	Delimitada pelas ruas Voluntários da Pátria, Pinto Bandeira, Chaves Barcelos e Comendador Manoel Pereira.	Não localizada
Praça Pinheiro Machado	Decreto nº 88 de 19/2/1927	JARDIM DE RECREIO nº 2	Esquina da Avenida Farrapos com Avenida Brasil	Não localizada
Praça Bartolomeu de Gusmão	Não localizada	Praça Florida - recebeu essa denominação em 1936. JARDIM DE RECREIO nº 3	Localizada no encontro das Avenidas Farrapos, São Carlos e Comendador Azevedo, no Bairro Floresta.	A área tem 2.830 m ² e conta com playground e quadra esportiva. No local, funciona um Jardim de Infância da Secretaria de Educação (SMED).
Parque Tenístico José Montauray	1928 Parque em 1940	Praça Dr. Montauray JARDIM DE RECREIO nº 4	Entre as ruas Mariante, Vinte e quatro de Outubro, Mostardeiro e Dr. Vale.	É construído em uma área com cerca de 6.800 m ² , ricamente arborizada. Sua estrutura esportiva constitui-se de três quadras de tênis de saibro e um paredão.

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Parque Farroupilha	Decreto n° 307 de 19/09/1930 PMPA	Várzea do portão, Campo do Bom Fim, Campo da Redenção.	No polígono formado pelas avenidas José Bonifácio, João Pessoa, Engenheiro Luiz Englert, Setembrina e Osvaldo Aranha.	Não localizada
Praça 3 de Outubro	Decreto n° 209/14/11/1930	Parque da Harmonia Parque Mauricio Sirotsky sobrinho	Contornado pelas ruas Loureiro da Silva (Avenida Perimetral), Augusto de Carvalho e pela Avenida Edvaldo Pereira Paiva (Avenida Beira-Rio).	Não localizada
Praça Otávio Rocha	Decreto n° 256, de 1932.	O projeto possui estilo eclético, com passeios pavimentados em pedra portuguesa trabalhada, tendo seu alinhamento definido por balaustrada de alvenaria, típica da urbanização do final do século XIX e início do XX.	Constituída da sobra de desapropriações feitas para abertura e alargamento das avenidas Otávio Rocha e Alberto Bins,	Não localizada
Praça Bento Gonçalves	Decreto n° 307 de 19/09/1935	Não localizada	Não localizada	Não localizada
Praça Tacana	Decreto n° 38 de 7/11/1938	Não localizada	Não localizada	Não localizada
Praça Araguaia	Decreto n° 38 de 7/11/1938	Não localizada	Entre Avenida Guaíba e Rua Xavantes	Não localizada
Praça Tomocaré	Decreto n° 38 de 7/11/1938	Não localizada	Vila Assunção, Bairro Cristal.	Não localizada
Praça General Daltro Filho	Decreto n° 21 de 19/5/1938	Não localizada	Confluência das três vias Demétrio Ribeiro, Fernando Machado e Marechal Floriano.	Não localizada

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça Dr. Maurício Cardoso	Decreto n° 34 de 21/10/1938	Praça São Manoel	Localizada nas Ruas Félix da Cunha esquina Tobias da Silva, Bairro Moinhos de Vento.	Não localizada
Praça Antonio João	Decreto n° 50 de 28/12/1938	Não localizada	Entre Avenida Azenha e José de Alencar	Não localizada
Praça Edgar Scheneider	Decreto n° 69 de 16/5/1939	Praça Assis Brasil	Entre o cais e a Avenida Mauá	Não localizada
Praça Bartolomeu de Gusmão	Lei Municipal de 6 de Julho de 1936	Praça Florida - recebeu essa denominação em 1936.	Localizada no encontro das Avenidas Farrapos, São Carlos e Comendador Azevedo, no Bairro Floresta.	A área tem 2.830 m ² e conta com playground e quadra esportiva. No local, funciona um Jardim de Infância da Secretaria de Educação (SMED).
Praça Campos Sales	Decreto n° 253 de 10/02/1941	Não localizada	Entre a Avenida João pessoa e a Rua Prof. Annes Dias.	Não localizada
Parque Saint-Hilaire	Lei n° 16 de 29/11/1947- PMPA. O Parque possui uma área de 1.148,62 hectares, com um perímetro de 18.920,79 metros, dos quais, 240 hectares são destinados ao lazer e 908,62 hectares se destinam a preservação permanente.	Não localizada	RS-040 Avenida Senador Salgado Filho, nº 2.785 - Parada nº 38 Bairro Vera Cruz - Viamão	Conta atualmente com quatro canchas de bocha, três quadras de vôlei, quatro de futebol de campo, três de futebol society e duas quadra de futebol de salão, além de 120 churrasqueiras.
Praça da Saudade	Decreto-Lei n° 359 de 13/6/1947	Não localizada	Av. Prof. Oscar Pereira	Não localizada
Praça Alcides Maia	Lei n° 143 de 1/12/1948	Não localizada	Entre a Rua Professor Clemente Pinto e a Travessa Miguel Pereira.	Não localizada

NOME OFICIAL DA PRAÇA	LEGISLAÇÃO	NOMES ANTIGOS E/OU POPULARES (OBSERVAÇÕES)	LOCALIZAÇÃO	EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA ESPORTIVA
Praça Domingos Fernandes de Souza	Lei n° 239 de 21/07/1949	Não localizada	Bairro Cavahada	Não localizada
Praça 10 de Maio	Lei n° 248 de 08/08/1949	Não localizada	Não localizada	Não localizada
Praça Simões Lopes Neto	Lei n° 133 de 19/11/1948	Não localizada	Entre as ruas Simões Lopes neto, Travessa Irmão Pedro e Avenida Clemenciano Bamasque Bairro Teresópolis.	Não localizada
Praça São Caetano	Lei n° 133 de 19/11/1948	Não localizada	Não localizada	Não localizada
Praça Paulo Coelho	Lei n. 179 de 27/12/1948	Não localizada	Entre as Avenidas Teresina, Porto Alegre e Dr. Carlos Barbosa.	Não localizada
Praça Dr. Júlio de Aragão Bozano	Lei n° 47 de 14/04/1948	Não localizada	Travessa Ferreira de Abreu	Não localizada
Praça João Belém	Lei n° 47 de 14/04/1948	Não localizada	Entre as Avenidas Ipiranga e Ramiro Barcelos	Não localizada
Praça Zeferino Brasil	Lei n° 70 de 04/06/1948 Lei n° 133 de 19/11/1948	Praça da República	Avenida Oscar Pereira Bairro Glória	Não localizada